



Michelle Rabelo de Souza

---

# **EUNICE MICHILES E A POLÍTICA UMA HISTÓRIA PARA CONTAR**

***Para**  
Aos meus avós Júlia Gonçalves e*

*Manuel Emiliano Barbosa*  
*(in memoriam)*

*Por segurar minhas mãos na ida e na volta da escola, por terem me ensinado o caminho do saber, e pelos cuidados a mim dispensados.*

## **PREFÁCIO**

Incursionar pela perspectiva de gênero com expressividade nas relações que matizam a política representativa brasileira, para notabilizar a ação parlamentar de Eunice Michiles, não representou uma tarefa das mais fáceis para Michelle Rabelo de Souza, sendo, pois este, o grande desafio deste livro.

Originalmente dissertação de mestrado, realizado junto ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, sob minha orientação, este livro assenta-se num exame sobre a vida e o protagonismo político de Eunice Michiles, no Senado Federal da república Federativa do Brasil, em cujo pioneirismo feminino fez morada o preconceito e a discriminação de gênero.

Michelle Rabelo de Souza assumiu para si a tarefa de investigar os atos e a atuação parlamentar da primeira senadora do Brasil, presenteando os eleitores com uma pesquisa arguta, rigorosa, minuciosa e de difícil realização, em razão de a protagonista residir em outra cidade, e ser a sua principal informante.

Michelle Souza traz ao grande público os resultados de uma pesquisa de fôlego que desmistifica os clichês empregados a Eunice Michiles, vista pelos jornalistas como uma senhora distinta, elegante, num flagrante desprestígio ao seu cargo de senadora e revestido de preconceito de gênero. A história lacunada e silenciosa das mulheres na política é um repto ainda presente nas ciências, muito embora, valiosos estudos, estejam sendo realizados por algumas pesquisadoras que se ocupam do tema.

Este silenciamento sobre a presença de mulheres na política representativa do Brasil, especialmente, no que diz respeito à figura de Eunice Michiles, revela os ardes da dominação que age nos meandros da sociedade para

visibilizar a atuação feminina. Investida do espírito de pesquisadora e do faro de feminista, Michelle Souza, rasga o silêncio de gênero e reabilita Eunice Michiles, imputando a ela o devido reconhecimento, apresentando-a como a senadora que voltou o seu olhar para as mulheres.

A autora volta sua crítica ao sistema de dominação masculina que assinala a política parlamentar brasileira, que age sub-repticiamente e, às vezes, até muito explícito e grosseiro, para desautorizar a voz das mulheres, tornando-a menor na ode parlamentar, subjugando-a. Revela as angústias e sofrimento de uma mulher que teve de conviver com seus pares machistas, que lembravam-na o fato de ter assumido a vaga de senadora em virtude da morte do titular João Bosco Ramos de Lima. Este é, pois, um tipo de preconceito e violência moral que atinge fortemente o ser da mulher, aspecto criticado sobejamente por Michelle Souza.

## INTRODUÇÃO

Este livro nasceu do desejo de investigar sobre a participação das mulheres na política representativa brasileira que possui um sistema político conservador quanto ao corte de gênero, dando especial destaque à atuação da senadora Eunice Michiles no Senado Federal.

A luta das mulheres pela busca dos direitos políticos foi árdua no mundo ocidental. No Brasil, as primeiras manifestações do feminismo apareceram na segunda metade do século XIX, com sufragismo. A campanha pública pelo direito ao voto tornou-se conquista em 1932, sendo, pois consolidado em 1934 com a promulgação do novo Código Eleitoral Brasileiro. O segundo momento do feminismo no Brasil surgiu durante o contexto político do regime militar pós-64, e se caracterizou pela resistência à ditadura e contra a hegemonia masculina nas diferentes instâncias de poder como nos sindicatos e partidos políticos (PINTO, 2003).

As mulheres brasileiras conquistaram o direito ao voto em 1932, tendo sua consolidação em 1934. Somente em 1995, com a aprovação da Lei 9.100, de 29 de setembro, obtiveram a garantia de cota de 20% de gênero nas chapas das candidaturas. Após dois anos, em 1997, foi aprovada a Lei 9.504, passando a cota para 30%. No entanto, em qualquer aspecto avaliado, a conclusão é sempre a mesma, ou seja, houve ganhos, mas em ritmo muito inferior ao desejado. Embora as mulheres sejam cerca de mais da metade do eleitorado brasileiro, elas são poucas no parlamento, numericamente abaixo da população feminina em demasia. Atualmente o Senado brasileiro é composto por 81 senadores, sendo que apenas 10 são mulheres e apenas uma senadora pelo Amazonas. Na Câmara Federal, dos 8 deputados federais eleitos em 2014 pelo Amazonas, apenas uma mulher foi eleita.

De acordo com o IBGE (2010), as mulheres compõem 51,5% da população brasileira e são também a maioria do eleitorado, perfazendo 51,4% dos votantes. A efetiva participação feminina no mercado de trabalho, nos cursos de graduação e pós-graduação não resultou na ascensão delas em cargos de decisão, como é o caso do Legislativo, já que as mulheres ainda são minoria. Conforme a União Interparlamentar (IPU, 2013) o Brasil ocupa a vergonhosa posição de 156º lugar na lista de 188 países.

Eunice Michiles que, em 1974, tinha sido eleita deputada estadual pelo Amazonas, integrou a chapa para o Senado como suplente de João Bosco Ramos de Lima, em 1978, a pedido de seu partido, abrindo mão de sua candidatura à reeleição a deputada estadual. A decisão do partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA) se deu em decorrência de o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ter em sua chapa uma mulher, pois na época ter uma mulher filiada ao partido era considerado moderno e até uma estratégia para a obtenção de votos do público feminino. Para a ARENA, era necessário apresentar uma mulher com as mesmas características da candidata do partido de oposição. Eunice Michiles, que na época era secretária de assistência social do município de Manaus, aceitou compor a chapa, mas entendendo que era apenas para contribuir com o seu colega de partido, pois não tinha chance de vencer. Bourdieu (2014, p. 22) chama a atenção para o fato de que “[...] a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la”.

João Bosco Ramos de Lima foi vice-governador na administração de Henocho Reis, tendo todo o apoio do partido com relação a sua candidatura e trabalhou exatamente para chegar ao Senado. Eunice Michiles era deputada estadual e tinha interesse em trabalhar por sua reeleição, mas almejava o cargo de secretária de assistência social do Município de Manaus que chegou a ser nomeada pelo governador José Bernardino Lindoso. Eunice assumiu o compromisso de realizar uma boa campanha que, conseqüentemente, conseguiu obter muitos votos, inclusive do interior do Estado do Amazonas, que, na somatória, ajudou a eleger o seu colega João Bosco. Eunice que assumiu a secretaria de assistência social após as eleições, não imaginava que o inusitado ocorresse, ou seja, a morte de seu colega, levando-a a assumir o cargo que ela não esperava: o de senadora do Brasil.

Eunice Michiles teve uma participação importante na política brasileira, era o que a sociedade precisava para despertar e ver o protagonismo feminino na vida política do país. A chegada dela no Senado Federal contribuiu para o empoderamento das próprias mulheres no âmbito dos movimentos feministas. Esse momento, também ficou marcado pelo início das discussões sobre as relações de gênero no Amazonas. Saffioti (2004, p. 44) afirma que “[...] gênero não é simplesmente um sinônimo de luta da mulher por seus direitos”. Para a autora, o conceito de gênero se situa na esfera social, ou seja, entender melhor as representações sociais de masculino e feminino na prática social. Gênero é a construção social do masculino e feminino. Para Scott (1989), gênero é um saber sobre as diferenças sexuais e está imbricado às relações de poder e vai além da diferença entre homem e mulher, abrange todos os meandros da sociedade. Atualmente as mulheres ocupam espaços importantes, mas é preciso ampliar essa participação. No âmbito do parlamento torna-se mister lutarmos pelas mudanças no sistema político do Brasil para ver se alcançamos a equidade de gênero no meio político.

Este livro tem como propósito apresentar a trajetória de vida de Eunice Michiles, sua experiência no parlamento, seus projetos voltados para as mulheres e sua luta contra o preconceito de gênero dentro do Senado Federal, pois nem as estruturas físicas do local estavam preparadas para receber uma mulher já que nem banheiro feminino existia nas dependências da casa parlamentar.

Este estudo assumiu o aporte teórico-metodológico das abordagens qualitativas sem excluir os aspectos quantitativos. O trabalho de campo foi realizado junto à ex-senadora sob a técnica de entrevista profunda para a obtenção de informações sobre sua trajetória política. Realizamos coleta de dados junto a uma amostra de 10 mulheres que trabalharam e/ou conviveram com a senadora, para sabermos a forma pela qual elas veem a atuação da referida parlamentar. Ouvimos também 2 parlamentares mulheres do Amazonas que atuaram junto com Eunice Michiles na Constituinte de 1987, além de 1 senadora e 1 Deputada estadual eleitas na última eleição, com o intuito de captar mais informações sobre o papel da mulher na política partidária e as dificuldades enfrentadas no parlamento. Ouvimos, por fim, 1 representante do movimento feminista de Manaus e 1 representante do



movimento feminista do Amazonas, para sabermos como elas veem a atuação de Eunice Michiles no tempo em que esteve no Senado Brasileiro. Todos esses informantes, exceto a ex-senadora, foram ouvidos sob a técnica de entrevista do tipo semiestruturada.

O trabalho está seccionado em capítulos interdependentes, para melhor disposição didática. A primeira seção abre as discussões sobre a participação das mulheres na política representativa brasileira, realizando uma abordagem sobre o feminismo e a luta das mulheres para chegarem ao parlamento, dando destaque à presença delas na Constituinte de 1987, momento também que apresentamos a trajetória de vida de Eunice Michiles.

A segunda seção versa sobre o protagonismo de Eunice Michiles no Senado Federal, dando relevo ao processo histórico conjuntural de sua entrada na política em nível federal, enfrentando preconceitos de gênero e apresentando a sua plataforma política. A terceira seção traz a discussão sobre a vida atual de Eunice Michiles, aposentada e fora do parlamento, momento em que ela aponta seus horizontes e estado de felicidade que vive com o seu atual cônjuge, Gerson Maltz, com quem se casou aos 75 anos. Por fim, tecemos algumas considerações finais mostrando os principais resultados deste trabalho.

Por fim, devo reconhecer que algumas pessoas vieram ao meu encontro na realização deste estudo e, agora, na publicação em forma de livro. Em primeiro lugar devo especial agradecimento a orientadora deste trabalho, doutora Iraildes Caldas Torres, pelo incentivo, e a forma rigorosa pela qual conduziu este trabalho. À Capes pela concessão da bolsa que me permitiu concluir a pesquisa; à Propesp – Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas, que garantiu a publicação deste livro. Devo primoroso agradecimento ao meu companheiro de caminhada, João do Vale, pelo apoio, amor e carinho dedicado a mim durante esse percurso do mestrado. Este agradecimento especial é extensivo aos meus descendentes Bruno Hebert, Lucas Robert e Leonardo Richard, pelo amor e compreensão dedicados a mim nesse processo de elaboração deste livro.

A realização de um estudo nesta perspectiva se reveste de singular importância ao movimento feminista do Amazonas, na medida em que dará

visibilidade às conquistas das mulheres alcançadas no âmbito da política representativa. Também contribuirá para que a sociedade possa conhecer a história e atuação de Eunice Michiles no Senado, uma mulher dona de casa, mãe, esposa, envolvida na política desde os anos 1970 durante a ditadura militar, entrando para os anais da história brasileira como a primeira mulher senadora do Brasil.

**SECÃO I: A PARTICIPAÇÃO DA MULHER AMAZONENSE  
NO PARLAMENTO BRASILEIRO**

## **O feminismo e a luta política pela presença de mulheres no parlamento**

O feminismo é um movimento sociocultural e político que se estabeleceu na história desde o século XIX, tendo início na França e com capilarização em todo o mundo ocidental. É também uma teoria explicativa de fenômenos associados à mulher. De acordo com Miguel (2014, p. 17) “[...] como corrente intelectual, o feminismo, em suas vertentes, combina a militância pela igualdade de gênero com a investigação relativa às causas e mecanismos de reprodução da dominação masculina”. O feminismo é parte do cotidiano, pois ser feminista não é somente engajar-se na militância de algum movimento/grupo, mas construir ideias de libertação das mulheres. Tem como característica não só a luta pela igualdade de gênero, mas sempre esteve envolvido em reivindicações de outros movimentos sociais como a luta pela igualdade racial, pelos direitos da criança e do adolescente, direito à moradia, a questão indígena, movimento LGBT e a luta por creches, sendo esta uma das mais antigas bandeiras de luta do feminismo brasileiro. Conforme Pinto (2010, p. 16), “[...] o feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher no trabalho, na vida pública, na educação, mas que luta por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres”.

O conceito de feminismo utilizado por Soares (1994, p. 33), parte do princípio de que “[...] é uma ação política das mulheres. Engloba teoria, prática, ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo”. A presença feminina no cenário brasileiro tem sido nessas últimas décadas extremamente relevante. Ainda que de uma forma mais restrita, as mulheres foram capazes de criar suas próprias formas de organização em momentos considerados desfavoráveis a sua luta.

A porta de entrada das mulheres na arena de luta pelo direito de igualdade no âmbito social brasileiro se deu através da luta pelos direitos políticos como o direito de votar e ser votada. Essa fase da história do movimento feminista brasileiro foi organizada por mulheres das classes média e alta, algumas filhas de políticos e intelectuais da sociedade brasileira. A conquista mais marcante dessa época foi o direito ao voto concedido às mulheres em 1932.

Em 1975 foi o Ano Internacional da Mulher, decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Movimentos feministas do mundo inteiro realizaram manifestações questionando o papel da mulher na sociedade. Essa fase ficou conhecida como o segundo momento do feminismo ou “segunda onda”, denominado na época apenas como “movimento de mulheres”. No Brasil, a segunda onda do feminismo eclodiu em meados da década de 1970 como resistência ao autoritarismo político da ditadura militar. Este movimento era composto predominantemente por mulheres pertencentes aos partidos de esquerda que se uniram em oposição ao governo autoritário em favor da anistia política e pela democratização no país. Uma parcela significativamente de movimentos de mulheres (nem todos feministas) surgidos a partir da década de 1970 nasceu de grupos das periferias dos grandes centros urbanos e de projetos vinculados à igreja católica, esse movimento ficou conhecido como o “movimento da resistência”.

Uma das características da segunda onda do feminismo também conhecido como o “feminismo difuso”, foi a participação de mulheres intelectuais que se manifestavam através de alguns meios de comunicação. É nesse momento que o feminismo também se aproxima das camadas populares como os grupos de mulheres dos bairros e de mulheres operárias, através de algumas militantes universitárias que se encarregavam de passar algum tipo de formação a essas mulheres.

No Amazonas, o feminismo surgiu no final da década de 1970 e início de 1980 com o Comitê da Mulher Universitária nas dependências da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e foi a primeira entidade feminista criada em pleno regime militar no estado. Nessa época, havia várias frentes de atuação e alguns professores da Universidade eram muito envolvidos com a sociedade. Naquele momento, os professores engajados exerciam o papel de intelectual orgânico, um engajamento social importante

para a nucleação dos movimentos sociais que posteriormente passaram a contar com o apoio da Igreja Católica por meio das pastorais: operária, da juventude e indígena. Conforme relato de uma de nossas entrevistadas,

Algumas professoras da Universidade tiveram um papel fundamental para a construção de conhecimento dos grupos de mulheres metalúrgicas, são elas: as professoras Marlene Pardo e Selda Vale. Essas professoras ministravam aulas de formação para nós operárias, elas nos passavam livros para ler e obter conhecimento sobretudo que envolvia o feminismo que na época estava iniciando aqui em Manaus (informação verbal)<sup>1</sup>.

Esse trabalho realizado na época pelas professoras Selda Vale e Marlene Pardo foi bastante importante para a construção da luta emancipacionista no Amazonas. O Brasil frente à ditadura ainda se encontrava silenciado com relação às questões políticas partidárias, não obstante, os movimentos sociais empreendiam a luta contra a carestia, luta por creches, pela questão indígena, direito do negro e homossexualidade.

De acordo com os estudos de Pinto (2010, p. 16), foi no ambiente do regime militar e muito limitado pelas condições que o país vivia na época, que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil na década de 1970. O regime via com grande desconfiança qualquer manifestação de feministas, por entendê-las como política e moralmente perigosas. A professora Selda Vale, uma das fundadoras do Comitê da Mulher Universitária no Amazonas, nos conta sobre as atividades desenvolvidas pelo movimento dentro da Universidade,

O Comitê da Mulher Universitária no Amazonas tinha como objetivo discutir o tema mulher a partir de uma perspectiva mais sociológica e não tanto a feminista no sentido ‘queimar sutiã em praça pública ou de gritar mostrando a sua existência. Sua entrada nas fábricas se deu após o surgimento de algumas instituições como o Partido dos Trabalhadores e da Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas – ADUA no início da década de 1980’ (informação verbal)<sup>2</sup>.

De acordo com Pinto (2003, p. 86) o texto de tese de Heleieth Saffioti, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, de 1967 e publicado em 1969, constituiu-se no marco no mundo acadêmico por trazer naquele

momento o tema da opressão da mulher dentro do debate marxista. Os primeiros trabalhos de pesquisa no Brasil sobre a mulher buscavam abordar temáticas sobre trabalho, reprodução e sexualidade, temas que mais afetavam a mulher na época.

Um levantamento feito pela professora Heloisa Lara Costa, realizado na década de 2000, traçou os rumos da produção científica em gênero pelos professores e alunos da UFAM, entre os anos de 1975 a 2002. Entre 1975 a 1979 os temas mais abordados estavam voltados para a relação da mulher no mercado de trabalho e saúde. A partir da década de 1990 começam a surgir trabalhos sobre violência doméstica, reprodução e sexualidade, educação, movimentos sociais e finalmente sobre mulher, poder e política, abrindo espaço para novas discussões sobre o tema.

A terceira fase do movimento feminista surgiu a partir da década de 1980, trazendo forte participação das mulheres brasileiras no processo de redemocratização do país. O processo de urbanização juntamente com a expansão das indústrias nas principais cidades brasileiras veio contribuir com a intensa formação de uma classe de operários e trabalhadores que influenciou na criação de um novo tipo de cultura política e social. A cultura política surge em consonância com a evolução da sociedade, pois está estreitamente ligada à cultura global dessa sociedade. Logo, as transformações econômicas, política e social contribuem no comportamento e hábitos culturais de um indivíduo, principalmente no que se refere à política (RIOUX, 1998).

Foi a partir dos anos 1980 que os movimentos feministas brasileiros sofreram um processo de ampliação e de diversificação passando a atuar junto aos partidos políticos, sindicatos e nas associações comunitárias. Não conseguiram obter o mesmo sucesso em outros espaços públicos institucionalizados (a exemplo do parlamento). Mesmo não conseguindo conquistar pleno lugar nesses espaços, podemos dizer que suas articulações contribuíram para expandir as discussões em torno das desigualdades sociais, de gênero e econômicas no país.

Nesta mesma época de articulação dos movimentos feministas com as feministas universitárias, são criados espaços para a realização de estudos sobre a mulher, através de núcleos de estudos, de grupos de trabalhos,

organização de congressos e seminários, contribuindo para a troca de experiências entre as pesquisadoras.

O avanço dos estudos sobre a questão mulher e a expansão do movimento feminista contribuiu para a inserção das mulheres na política. O eleitorado feminino tornou-se alvo do interesse partidário e os partidos, a partir de então, passaram a criar departamentos femininos dentro das estruturas partidárias (COSTA, 2009). A presença de partidos políticos de esquerda em algumas cidades fez com que as feministas repensassem sua posição frente à política partidária.

Diante de tal demanda, vários estados passaram a criar os Conselhos dos Direitos da Mulher (CDM), e posteriormente o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Esses conselhos conforme explica Souza-Lobo (1987, p. 50), “[...] vêm se tornar um novo mecanismo de interlocução na relação com os movimentos”.

Esse avanço não foi um processo fácil, pois a ideia da atuação do feminismo a nível institucional provocou polêmicas, ocasionando posições polarizadas entre as feministas. O que para muitas atuar no âmbito do Estado significava avanços, para outras seria o enfraquecimento dos espaços feministas. Pinto (2003, p. 9) ressalta que desde o seu surgimento “[...] o feminismo tem provocado militâncias apaixonadas e raivas incontidas”. Sua história é muito peculiar já que desafiou a ordem conservadora que durante séculos excluía a mulher de toda e qualquer atividade do mundo público.

Foi a partir da luta do movimento feminista que as mulheres começaram a se perceber como sujeitos de sua história, passaram a reivindicar direitos que até então lhes eram negados. Buscaram participar mais das decisões políticas e paulatinamente começaram a conquistar o seu espaço nas mais diversas áreas de atuação profissional. Obviamente que essa luta comporta vários desafios, pois embora tenham ocorrido avanços, muitas mulheres ainda são vítimas de violência dentro e fora do espaço doméstico. Continuam minorias em alguns cursos da área de ciência e tecnologia e no mercado de trabalho, possuem rendimento menor que o homem, embora tendo a mesma formação e qualificação.



Para Toledo (2012, p. 22), “[...] a saída da mulher dos espaços domésticos para se tornar partícipe do trabalho produtivo, faz com que as mesmas se libertem da escravidão doméstica a qual sempre será uma atividade improdutiva e embrutecedora”. A autora ressalta que a emancipação da mulher só irá ocorrer quando todas as mulheres se conscientizarem que sua libertação da condição de oprimida ocorrerá no momento de sua mobilização.

A libertação das mulheres faz parte da luta geral do povo pela sua emancipação. No texto “*a contribuição da mulher na construção do socialismo, de 28 de julho de 1919*”, Lenin (1919, s.p.) afirma que “[...] a mulher enquanto escrava doméstica sempre será oprimida, sufocada, humilhada pela mesquinha economia doméstica, que a prende à cozinha, aos filhos e lhe consome as forças no trabalho bestialmente improdutivo”. A emancipação da mulher para Lenin só começará quando ocorrer a transformação das massas<sup>3</sup>.

Com o fim do Comitê da Mulher Universitária, surge em 1982 a União de Mulheres de Manaus (UMM), uma entidade criada para organizar as mulheres nos locais de moradia. Os bairros não tinham associações de moradores para lutar pelas melhorias locais, sendo assim, a UMM contribuiu tanto para o processo de construção das associações de moradores quanto para a criação das associações de mulheres nos bairros da cidade de Manaus que crescia desordenadamente, decorrente da migração de famílias do interior do Estado do Amazonas em busca de oportunidades nas indústrias da Zona Franca de Manaus<sup>4</sup>.

Com a ZFM já em funcionamento, as mudanças foram evidentes, pois com a perspectiva de emprego e melhoria da qualidade de vida, trabalhadores oriundos principalmente do interior do Estado, deixaram suas casas em busca de uma vida melhor na cidade de Manaus, tornando-se trabalhadores urbanos. Esse êxodo rural favoreceu e muito a indústria local que se beneficiou com a abundância de mão de obra barata no processo de industrialização. A ZFM trouxe benefícios principalmente para a área econômica, certo desenvolvimento urbano que possibilitou investimentos em alguns setores. Esse processo, de acordo com Batista (2007, p. 351) trouxe,

Deslocamento maciço da população do interior que viu nas novas perspectivas de Manaus uma esperança para alcançar um nível de vida digno. Tem vindo todos, patrões, extrativistas, empregados e especialmente

desempregados, das cidades, vilas, povoados, seringais e colocações de todos os rios, uns trazendo modestas economias, para se estabelecerem com pequeno comércio, e a grande maioria somente com a coragem e a esperança.

O projeto ZFM teve sua origem baseado no discurso de integração econômica e desenvolvimento regional, sua implantação resultou na ampliação das margens de lucro em detrimento da força de trabalho dos operários das grandes multinacionais que por aqui se instalaram. A disparidade salarial entre homens e mulheres, a desqualificação profissional das mulheres, as agruras da disciplina de trabalho a que elas foram submetidas veio contribuir para o aumento da desigualdade de gênero no Amazonas.

Para Torres (2005, p. 175), “[...] a subordinação da mulher acompanhada de um processo de violência psíquica é exercida em condições tirânicas nas indústrias do Polo Industrial de Manaus”. Com a criação da UMM grandes problemas que atingiam as mulheres na época foram enfrentados com muita luta pelo movimento feminista local. No relato de uma das nossas entrevistadas, o enfrentamento à opressão sofrida pelas mulheres operárias, era uma das principais bandeiras de luta do movimento de mulheres em Manaus, a saber:

As mulheres travaram uma luta do ponto de vista mais feminista que foi a luta contra o assédio, que naquela época não se tinha o nome de assédio, depois que isso aí veio a ser formulado. Porque as mulheres pra se manter no emprego elas eram assediadas pelos chefes. Então, tinha até uma expressão aqui no Distrito Industrial de Manaus que as mulheres ao fazerem ou passarem pela entrevista de emprego elas eram cantadas né. Na verdade elas eram é assediadas e era tipo assim: **‘ou dá ou desce’** né? Se elas não cedessem aos desejos do chefe elas não ficariam no emprego. Nós, então, fizemos uma luta nacional da União de Mulheres do Brasil inteiro que foi a luta **‘denuncie seu patrão’**, uma luta importante que culminou com a criação da Lei que tipificou o assédio moral e sexual contra as mulheres no mercado de trabalho (informação verbal, grifo nosso)<sup>5</sup>.

O clamor das operárias<sup>6</sup> do distrito industrial de Manaus foi determinante para o desencadear da luta do movimento feminista, entre as décadas de 1980 e 1990 pela creche, pela não revista íntima, pela redução da carga horária de trabalho e contra a laqueadura.<sup>7</sup> Essa última, vista pelos movimentos

feministas e sindicais como uma violência à mulher que era punida pelo capital pelo simples fato de ser mulher e mãe.

Para Rago (2009, p. 224), “[...] a femininização ou a masculinização do espaço fabril suscita reações bastante diversificadas”. A formação do proletariado engendra movimento de lutas e embates no cotidiano para além dos muros das fábricas. No que se refere às trabalhadoras, além de sofrerem com as péssimas condições de trabalho, os baixos salários, a ausência de uma legislação trabalhista, a violência patronal, ainda conviviam com a problemática feminina, considerada um fator definidor de sua identidade.

Torres (2005) em sua obra *As novas Amazônidas* busca reconstruir a imagem da mulher amazônida, desmistificando a ideia da suposta despolitização dessas mulheres. Na contradição capital/trabalho a força e organização delas foram centrais para a obtenção de conquistas trabalhistas dentro do distrito industrial para a classe operária.

A exigência do exame de gravidez pelas empresas, solicitado no ato da admissão, garantiria ao capital evitar gastos com encargos sociais e a não ausência da mulher no posto de trabalho em razão da licença maternidade. Em decorrência de inúmeros relatos e da realização de inúmeras cirurgias de esterilização em massa, em 1993 é criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, tendo como presidente a deputada Benedita da Silva. A comissão tinha como objetivo investigar a incidência de esterilização em massas de mulheres no Brasil já que, segundo o IBGE, na década de 1990 cerca de 30% das mulheres utilizaram a esterilização como método contraceptivo

8.

A força do movimento feminista começou a ganhar visibilidade nacionalmente em meados da década de 1980, quando movimentos sociais do Brasil inteiro construíram suas pautas de reivindicações para ser entregue aos parlamentares constituintes. Esses movimentos puderam participar ativamente da construção da nova Constituição de 1988 que ficou conhecida como a Constituição Cidadã. A igualdade jurídica entre homens e mulheres abriu de certa forma espaços e possibilidades para que as mulheres pudessem se inserir nos espaços até então notoriamente masculinos. Esse momento também ficou conhecido como o início da terceira onda do feminismo brasileiro.

Apesar do avanço da participação das mulheres no mercado de trabalho e nos cursos de formação superior, a participação delas no parlamento é ainda um grande desafio como mostraremos ao longo deste estudo. Para Lúcia Antony (2015),

A maioria das mulheres que chegaram a política aqui no Estado do Amazonas e na cidade de Manaus foi muito em função de serem filhas de políticos, de serem esposas de políticos, então elas tiveram um protagonismo que não foi da luta emancipacionista das mulheres, mas foi pelo fato de pertencerem a uma família que constituía ou se pretendia se constituir uma oligarquia no Estado (informação verbal)<sup>9</sup>.

Para Ferreira (2010, p. 41) “A inserção das mulheres na política via poder oligárquico não é uma característica específica das mulheres”. No Amazonas, muitos filhos e parentes de políticos candidatam-se, associando as suas campanhas ao nome de seus parentes políticos que, na maioria das vezes, encontram-se exercendo algum cargo parlamentar. Esse apoio tem contribuído na eleição tanto de homens quanto de mulheres, pois a maioria de seus apoiadores são consideradas como figuras lendárias na política local. Para Rabay (2012, p. 66),

[...] o modelo oligárquico de base familiar, que projeta familiares para o campo político é, sem dúvida, dominado pela figura masculina; é o patriarca o líder político, ainda que já se encontrem nos esquemas políticos familiares brasileiros figuras femininas de prestígio e poder sob as estruturas patriarcais.

Com algumas exceções, muitas mulheres amazonenses que chegaram ao parlamento no decorrer dessas últimas três décadas possuíam relação de parentesco com algum político. Essa relação lhes possibilitou o acesso aos partidos políticos que, mesmo com uma abertura para a participação feminina, não lhes garantiam acesso às candidaturas.

Eunice Michiles, a primeira mulher a chegar ao Senado Federal em 1979 após a morte do titular, o Senador João Bosco Ramos de Lima (ARENA), foi uma das mulheres que teve seu protagonismo político após se divorciar de seu cônjuge, um político do município de Maués, Darcy Michiles. Inicia sua carreira política como deputada estadual pelo Estado do Amazonas, no pleito do dia 15 de Novembro de 1974.<sup>10</sup> Em 1986 se tornou uma das 26 mulheres

parlamentares que iriam elaborar a nova Constituição Federal, juntamente com Beth Azize e Sadier Hauache, deputadas federais que integravam a bancada do Amazonas.

Para Florismar Silva, 55 anos, militante do movimento feminista MUSA,

Eunice Michiles foi ousada naquele momento ao entrar para a política partidária, pois o Brasil estava vivenciando uma ditadura militar e a política sempre foi um espaço restrito ao homem. Apesar de Eunice pertencer a classe média e não ter vindo do movimento feminista, sua chegada ao Senado é uma abertura para que outras mulheres pudessem pensar em se inserir também, já que poucas naquele momento faziam parte da política (informação verbal)<sup>11</sup>.

Não obstante a isto, deve-se reconhecer que a participação feminina no parlamento é ainda muito diminuta. A PEC Nº 23/2015 de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin constitui-se numa proposta de ação afirmativa, instituindo por meio de projetos, a reserva de cadeiras nos parlamentos brasileiros destinadas à equidade de gênero, ou seja, 50% para homens e 50% para mulheres. Hoje as mulheres constituem-se na maior parte da população brasileira, e maioria no eleitorado. No entanto, a presença nos parlamentos municipais, estaduais, Câmara dos Deputados e Senado Federal não reflete essa relevância para a sociedade. Para Álvares (2008), o sistema partidário que nada tem a ver com democracia é o que determina as regras do jogo. São os partidos que recrutam, selecionam os pretendentes aos cargos parlamentares, são eles que determinam as barreiras, além de custos e benefícios, para quem aspira candidatar-se.

Essa situação vem colocando o país em posições vergonhosas no que se refere à participação política das mulheres no Poder Legislativo. Em Manaus, essa representação diminuta está presente na Câmara Municipal, que hoje conta com a presença de 6 vereadoras e na Assembleia Legislativa com apenas 1 representante, assim como na Câmara Federal com apenas 1 deputada. Esse número de mulheres é reduzido, apesar da forte luta dos movimentos feministas pela inclusão de mulheres nesses espaços de poder.

Cabe então a indagação será que mulher não vota em mulher? Certamente que sim, os homens também votam. Mas o acesso oferecido a elas para se candidatarem é muito diferente do acesso disponível aos homens, isso

contribui para que muitas desistam do desafio. Em algumas situações as mulheres filiam-se a pedido dos homens apenas para o preenchimento de cotas junto aos partidos políticos. Quando decidem candidatar-se, pouco apoio recebe por parte dos partidos que preferem investir nas campanhas dos homens. Conforme relato de uma deputada federal participante deste estudo,

Em 1996 eu recebi um convite. Nessa fase era mais pra emprestar o nome. O que a gente tanto hoje combate que muitos partidos só te usa para preencher uma cota. Eu certamente naquele momento fui mais uma a preencher uma cota. Ainda assim, em 1996 eu tive um percentual bem elevado de votos, mas não fui eleita. Em 2004, tomei a decisão de ser candidata. Aí foi uma decisão pessoal, depois de ter ido estudar um curso de direito pra entender melhor todo o processo para não só ouvir falar, mas participar muito mais de forma protagonista do que como coadjuvante (informação verbal)<sup>12</sup>.

Muitos partidos políticos inscrevem mulheres com o intuito de angariar votos femininos, mas no interior das estruturas partidárias, a utilização de recursos financeiros destinados para campanhas, acesso ao horário político gratuito da propaganda eleitoral, continuam privilegiando os homens. “Os partidos políticos têm uma face de organização que privilegia a estrutura masculina.” (COSTA, 1998, p. 113).

Os estudos de Figueira e Álvares (2012) apontam que ainda é muito desigual a candidatura de mulheres na tentativa de conquista dos espaços de poder e decisão no processo de competição eleitoral. Segundo os respectivos autores, a procura pelas mulheres só ocorre em época de eleição quando os partidos são obrigados a cumprirem o que determina a lei de cotas (Lei Federal n.9504/97). “A lei de cotas é uma proposta com o objetivo de corrigir as desigualdades nas relações de gênero.” (FERREIRA, 2010, p. 81). Também é uma das conquistas do movimento feminista que tanto lutou pela inserção de mulheres junto ao parlamento brasileiro.

No Amazonas, o pensamento conservador no qual as estruturas de poder político foram criadas, ainda excluem mulheres no momento da preferência de candidaturas. Temos visto que o resultado das últimas eleições não tem sido satisfatório para o movimento feminista do estado que há décadas vem lutando para que militantes possam ser eleitas e assim ser a voz do movimento na

política. Nessas últimas décadas, não se pode negar que as mulheres amazonenses têm participado mais dos espaços de poder como é o caso da política partidária, essa ascensão, tem contribuído para a ampliação do debate em torno das temáticas de gênero no Amazonas, mas ainda assim, o número de mulheres eleitas é inferior ao desejado.

As mulheres não precisariam da existência de uma Lei de Cotas para poder ter os mesmos direitos políticos que os homens, já que consta na própria Constituição Federal a igualdade jurídica entre os sexos. Precisa-se mudar a concepção de que as mulheres não são capazes de participarem das decisões políticas do país. Enquanto a política for vista como espaço masculino não só pelos partidos, mas também pela própria sociedade que reproduz a exclusão, pouco irá avançar com relação à igualdade de gênero na política.

## **A Constituinte de 1987 e o Lobby do Batom**

No Brasil, desde o período do Império até os dias atuais, houve cinco processos constituintes, sendo o primeiro no ano de 1823, sem a presença feminina, já que a mulher não exercia o direito de voto. A segunda Constituinte ocorreu no ano de 1890/91, também não houve registro de participação feminina pelo mesmo motivo. Somente no ano de 1933, com as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, cuja finalidade foi a elaboração do texto da Constituição de 1934 que a médica *Carlota Pereira de Queiroz*, eleita pela chapa única de São Paulo participou dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte integrando a comissão da saúde e educação. Apesar de seu pioneirismo junto ao parlamento em defesa dos interesses femininos, a pretensa igualdade entre homens e mulheres só viria anos mais tarde com a então constituição de 1988.

No ano de 1946, o Congresso é convocado para um novo processo constituinte e nenhuma mulher se fez presente. A Constituinte de 1967, elaborada pelos militares, garantia o poder quase que absoluto a eles. Nessa época ninguém podia se expressar contra o regime autoritário. A ausência de mulheres na maioria das Assembleias Constituintes, fez da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987/88 um marco na história da participação feminina junto ao parlamento brasileiro. Para Bobbio (1998, p. 247), “[...] a Constituição é, de fato, a própria estrutura de uma comunidade política organizada, a ordem necessária que deriva da designação de um poder soberano e dos órgãos que o exercem”.

A proposta de eleição de uma assembleia para elaborar uma nova Constituição que representasse os anseios da sociedade e pudesse ser respeitada pelos mandatários, começou a surgir, ainda, nos primeiros anos da década de 1970. Não obstante, foi só a partir de 1983 com o crescimento dos movimentos populares, exigindo eleições diretas e o fim do regime autoritário que levou o país no início da década a uma de suas maiores crises econômica



que uma parcela realmente significativa da sociedade passou a defender a necessidade de uma nova constituinte. Ao assumir em lugar de Tancredo Neves, em março de 1986, um dos primeiros atos de José Sarney foi encaminhar ao Congresso uma emenda convocando eleições para a Assembleia Constituinte.

As eleições do dia 15 de Novembro de 1986 foi significativamente importante para o Amazonas e para a história política brasileira desde 1946, porque nela foram eleitos os senadores e deputados federais que formaram em 1987 a Assembleia Nacional Constituinte. O Estado do Amazonas elegeu 8 deputados para a Câmara Federal e 2 para o Senado. Vejamos o quadro seguinte:

*Quadro - lista de candidatos ao Senado pelo Estado do Amazonas nas eleições de 1986*

| NOME                                                                                                                                      | COLIGAÇÃO                                                                                      | Nº DE VOTOS |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| Fábio Lucena<br>Candidato eleito<br>Fábio Lucena<br>Candidato eleito<br>Fábio Lucena<br>Candidato eleito                                  | Aliança Democrática<br>PMDB,PFL,PCB,PTB,PL,PH<br>Aliança Democrática<br>PMDB,PFL,PCB,PTB,PL,PH | 239.048     |
| Carlos Alberto De Carli<br>Candidato eleito<br>Carlos Alberto De Carli<br>Candidato eleito<br>Carlos Alberto De Carli<br>Candidato eleito | Aliança Democrática<br>PMDB,PFL,PCB,PTB,PL,PH<br>Aliança Democrática<br>PMDB,PFL,PCB,PTB,PL,PH | 220.865     |
| Mário Frota                                                                                                                               | Muda Amazonas (PSB, PDT, PTR, PDC, PC do B)                                                    | 199.084     |
| Raimundo Parente                                                                                                                          | Muda Amazonas (PSB, PDT, PTR, PDC, PC do B)                                                    | 160.691     |
| Marlene Ribeiro Pardo                                                                                                                     | PT (sem coligação)                                                                             | 30.767      |
| Jacó Luís Figueiredo                                                                                                                      | PT (sem coligação)                                                                             | 24.787      |
| João Ricardo Bessa Freire                                                                                                                 | PT (sem coligação)                                                                             | 22.584      |

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (1986).<sup>13</sup>

Os dois candidatos eleitos pertenciam aos partidos que formavam a base conservadora do poder político da época. Nas eleições de novembro de 1986, o PMDB deixou claro que ainda tinha muito prestígio, pois conseguiu eleger o maior número de deputados e senadores (FAUSTO, 1995).

Uma das constituintes eleita, a senhora Beth Azize, hoje com 76 anos, em entrevista a um Jornal local fez duras críticas com relação aos deputados e senadores eleitos para a elaboração da Nova Constituinte: “O PMDB hoje é a grande ARENA do regime militar, no Amazonas são as mesmas raposas desonestas, acostumadas na catitagem e na corrupção e que continuam dirigindo este país e este Estado do Amazonas”. Para a ex-parlamentar, a

eleição de muitos políticos dificultaria a elaboração de uma constituinte justa e voltada para o povo brasileiro<sup>14</sup>.

A Assembleia Nacional Constituinte começou suas atividades no dia 1º de fevereiro de 1987, momento em que a sociedade direcionou suas atenções e seus anseios para a criação da Nova Constituição. Foi integrada por 559 Parlamentares (487 deputados, sendo 26 mulheres e 72 senadores). Apesar da resistência de alguns, esse processo constituinte se tornou o mais aberto e democrático da história constitucional. Durante a sua realização a Constituinte foi alvo de diversas críticas exatamente por ter aberto o debate à sociedade, propiciando um exercício de cidadania jamais visto no país. Ainda com a forte resistência, a mobilização popular persistiu, discutiu, participou e conseguiu incluir muitas de suas reivindicações no texto constitucional.

Para Pinheiro (2006, p. 34),

[...] o fato de 26 mulheres se elegerem no pleito de 1986 é bastante significativo, não só por terem sido eleitas tantas quanto a soma de eleitas dos anos anteriores da história republicana, mas por se tratar de eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte.

Essas mulheres tiveram a oportunidade de participar da elaboração da nova Carta Magna, de poder contribuir com a sociedade que há mais de 20 anos viveu sob o domínio de uma ditadura, mas com esperança de poder viver em um novo Brasil.

No Amazonas os movimentos sociais acompanharam todo o desenvolvimento das atividades dos parlamentares com relação à nova constituinte. O movimento feminista depositou nas três parlamentares eleitas o sonho de uma sociedade mais justa entre homens e mulheres. Entre outros avanços reconheceu-se a exigência de direitos e deveres coletivos, além dos individuais. “A Constituição de 1988 com todos os seus defeitos refletiu o avanço ocorrido no país especialmente na área da extensão de direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral”. (FAUSTO, 1995, p. 525).

Apesar de ter sido elaborada por uma maioria de políticos conservadores, a sociedade brasileira esteve representada nos debates constitucionais. No Amazonas, a maioria dos deputados eleitos pertencia aos partidos da base do

governo, essa prerrogativa os ajudou muito na hora da aprovação de suas emendas. Vejamos quem são esses políticos no Quadro 2, a saber:

*Quadro – Lista de candidatos eleitos à Câmara Federal pelo Estado do Amazonas nas eleições de 1986*

| DEPUTADO FEDERAL ELEITO | PARTIDO | Nº DE VOTOS |
|-------------------------|---------|-------------|
| Bernardo Cabral         | PMDB    | 41.027      |
| Ézio Ferreira           | PFL     | 37.466      |
| José Dutra              | PMDB    | 25.565      |
| Eunice Michiles         | PFL     | 24.003      |
| José Fernandes          | PDT     | 19.633      |
| Beth Azize              | PSB     | 17.325      |
| Sadie Hauache           | PFL     | 16.813      |
| Carrel Benevides        | PMDB    | 13.570      |

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (1986).

Assim como o Rio de Janeiro e São Paulo o Amazonas elegeu três deputadas. Foram oito candidatos eleitos e as mulheres tiveram uma participação expressiva no pleito de 1986 representando 38% do total de parlamentares eleitos.

Com exceção de Eunice Michiles e Beth Azize a candidata eleita Sadie Hauache não tinha nenhuma familiaridade com a política e com a estrutura partidária. De acordo com Tabak (2002, p. 148) “[...] muitas candidatas, profissionais de diversas áreas, através de seus prestígios foram convidadas a candidatar-se a um mandato eletivo na Constituinte”. Pelos estudos da autora, essa forma de afiliação foi considerada bastante natural em decorrência daquela circunstância.

A Constituição de 1988 representou um marco jurídico de afirmação dos direitos humanos já que sua elaboração contou com a participação de vários segmentos organizados da sociedade civil que marcaram a luta reivindicativa pela conquista dos direitos, presente, tanto nos corredores do parlamento quanto nos debates e discussões que ocorriam pelos diversos estados brasileiros.

A luta pela defesa dos direitos humanos, pela cidadania, pelos direitos da mulher e pela expressiva quantidade de direitos assegurados à população brasileira, fez essa nova Constituição ficar conhecida como a Constituição Cidadã.

A sociedade brasileira esteve representada nos debates constitucionais por entidades ou grupos organizados, verdadeiros lobbies rurais e urbanos que buscavam influenciar as decisões dos constituintes em prol dos grupos que representavam. (SILVA, 1992, p. 325).

Apesar da forte participação popular “[...] parlamentares de direita e de centro-direita organizaram-se e formaram o Centrão<sup>15</sup>, com a finalidade de boicotar as propostas e impedir que elas fossem transformadas em lei.” (SILVA, 1992, p. 326). Conforme relato de uma das parlamentares constituinte,

A Assembleia Nacional Constituinte era composta por vários partidos e comissões. Se fizesse parte do grupo político conhecido como ‘Centrão’ tudo seria aprovado, mas nós éramos da oposição que queríamos dividir a riqueza do país com o povo que trabalhava, com o povo que ganhava mal, que não tinha nada. O ‘Centrão’ não lutava por isso e sim só pelos seus direitos (informação verbal)<sup>16</sup>.

Esses embates partidários foram considerados um dos entraves que dificultava a aprovação de muitas emendas, pois a oposição tinha muitas dificuldades para conseguir aprovar suas propostas. Embora muitos constituintes assumissem postura conservadora, a Constituição foi promulgada em 05 de outubro de 1988, trazendo significativas mudanças sociais e políticas. “Essa conquista contou com a participação direta e indireta da sociedade civil que investiu na mobilização popular que persistiu fazendo com que diferentes movimentos sociais participassem desse processo histórico de rupturas com o antigo regime” (SILVA, 1992, p. 326).

Os movimentos de mulheres do Brasil se reuniram para propor aos parlamentares que atendessem sua pauta. A garantia desses direitos logo foi alcançada graças ao comprometimento de um grupo de mulheres eleitas para fazer parte da Assembleia Constituinte de 87/88.

Formada por 26 deputadas de diferentes partidos políticos a bancada feminina pôs-se em situação de abertura às aspirações dos movimentos de mulheres, formando com ele o lobby do batom, de forma a garantir avanços na Constituição Federal no que tange os direitos da mulher, tais como licença maternidade de 120 dias, direito à posse da terra ao homem e à mulher, igualdade de direitos e de salários entre homens e mulheres e garantia de mecanismos que coibissem a violência doméstica, dentre outros. O resultado do trabalho dessas parlamentares pode ser observado na Constituição que assegurou 80% dos mecanismos de defesa dos direitos das mulheres para que elas pudessem exercer com dignidade o pleno exercício da cidadania.

Mulheres trabalhadoras, industriárias, camponesas, negras e de diversas etnias com o apoio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)<sup>17</sup> mobilizaram-se para discutirem as propostas que pudessem atender as demandas delas.

Essa força do movimento feminista se deu desde 1985 quando foi lançada a campanha nacional com o lema *Constituição pra valer tem que ter a palavra da mulher*, que veio contribuir com a ampliação da discussão sobre as principais reivindicações dos movimentos feministas. (COSTA, 1998, p. 117).

Destaque-se que foi através da pressão do movimento feminista que a bancada feminina obteve grande avanço conseguindo incorporar quase que todas as propostas na Constituição Federal de 1988. De acordo com Matos e Cortez (2010, p. 35),

A nova Constituição foi, pois, um marco importante na história do feminismo brasileiro. Além de contemplar a igualdade em direitos e de obrigações de homens e mulheres em seu artigo 5º, inciso I, reconceituou a família, abolindo o pátrio poder e a figura de chefe do casal, reconheceu a união estável, confirmou o divórcio, ampliou a licença – maternidade, criou o direito à licença – paternidade, o direito à creche, coibiu a discriminação da mulher no trabalho, criou direitos para as empregadas domésticas e previu a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica. Não houve, entretanto, muitos avanços no que diz respeito ao tema do aborto.

O tema do aborto chegou a ser discutido na década de 1980, por meio do II Congresso da Mulher Paulista, momento em que foi criado o Comitê pela Legalização do Aborto no Brasil. Este comitê chegou a realizar inúmeras campanhas de denúncia das condições em que o aborto estava sendo realizado. Trata-se de um tema que sempre que é discutido gera polêmica já que mexe com o conservadorismo e com questões religiosas. Esses grupos que se formaram após o II Congresso da Mulher Paulista tiveram como principal objetivo discutir “[...] as condições em que são realizados os abortos no Brasil e sobre as implicações que essa legalização poderia trazer à sociedade.” (AMATO, s.d., p. 163).

A bancada feminina de 1987/88 que jamais deve ser confundida com “bancada feminista” não apresentava homogeneidade. Muitas participavam de outras bancadas como foi o caso de Eunice Michiles que também fazia parte da bancada evangélica, Beth Azize por ter sido juíza de direito fez parte da comissão de Constituição e Justiça e Sadie Hauache da subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Apesar da diversidade de posições, o grupo alcançou coesão e efetividade na defesa dos direitos das mulheres. Mesmo sendo apenas 5% do total de parlamentares, foi um número histórico em relação às Constituintes anteriores.

Figura 1 - Deputadas Constituintes



Mesmo em minoria, essas mulheres desafiaram a heterogeneidade de suas origens geográficas, de suas formações profissionais, suas divergências partidárias e político-ideológicas, para juntas, atuarem em bloco pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. No Amazonas, a diferença de formação profissional entre as constituintes demonstra que as eleições de 1987 possibilitaram que mulheres de diferentes ramos de atividades, inclusive as que não tinham experiência na política pudessem ser eleitas. Vejamos o quadro a seguir:

*Quadro - Partidos políticos, estado de origem e formação profissional das 3 deputadas constituintes pelo Estado do Amazonas*

| NOME               | PARTIDO<br>POLÍTICO | ESTADO | FORMAÇÃO<br>PROFISSIONAL |
|--------------------|---------------------|--------|--------------------------|
| BETH AZIZE         | PSB                 | AM     | Advogada                 |
| EUNICE<br>MICHILES | PFL                 | AM     | Professora               |
| SADIE<br>HAUACHE   | PFL                 | AM     | Jornalista               |

*Fonte: Câmara dos deputados (1986).*

*Nota: Elaboração própria.*

Os dados mostram que quanto ao nível de instrução a bancada feminina era composta por um grupo altamente representativo (TABAK, 2002). Das três parlamentares eleitas pelo Estado do Amazonas, apenas Eunice Michiles não possuía nível superior. Coursou o magistério e era professora de ensino infantil em Maués. Com relação à escolha da legenda partidária, observa-se que apenas Beth Azize pertencia ao partido de oposição ao governo.

Muitas candidatas filiaram-se a partidos políticos que sequer conheciam a ideologia da agremiação e o estatuto do partido. Algumas foram convidadas, outras foram indicadas por parentes e amigos já filiados (TABAK, 2002). Com relação às três parlamentares Eunice Michiles, Beth Azize e Sadie Hauache, apenas Eunice Michiles tinha parente filiado ao mesmo partido. Em entrevista,



Eunice Michiles, nos relatou que a escolha pelo partido se deu pelo fato de ela não se sentir à vontade num partido de oposição. “Eu não tinha característica de oposição, de brigar, de ter um comportamento que chamasse mais atenção, pois eu sempre fui um pouco conservadora como mulher.” (informação verbal)<sup>19</sup>.

Para além das diferenças, essas mulheres foram eleitas para atuarem diretamente na construção de um novo Brasil, influenciando o parlamento na elaboração da nova Constituição Federal e na inclusão de direitos femininos jamais reconhecidos pelas Constituições anteriores. A força desse grupo de mulheres possibilitou a aproximação entre a sociedade civil e o parlamento brasileiro.

No dia 27 de março de 1987 mulheres apoiadas pelo CNDM, através de sua representante presidente Jacqueline Pitanguy, entregaram ao Presidente da Assembleia Nacional Constituinte Ulysses Guimarães, a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes. “O CNDM, mesmo sendo um órgão do governo federal, atuou como um interlocutor do movimento, destacando-se no trabalho de pressão, articulação e convencimento das deputadas para as demandas das mulheres.” (COSTA, 1998, p. 118).

Esse momento foi acompanhado por mulheres de vários estados brasileiros que se fizeram presentes dentro e fora do plenário. Neste dia o Presidente da Assembleia Nacional Constituinte concedeu prioritariamente a palavra às mulheres constituintes da casa.

Cristina Tavares do Partido Democrático dos Trabalhadores de Pernambuco pronunciou-se nos seguintes termos:

Saúdo as mulheres que hoje vêm ao Congresso Nacional Constituinte para entregar a cartas às mulheres. A Mesa aqui representada significa não apenas as 26 mulheres Constituintes, mas os nossos companheiros da Assembleia Nacional Constituinte, que também defenderão bravamente as teses das mulheres Constituintes. (BRASIL, 1987, p. 972)<sup>20</sup>.

Também a deputada Beth Azize do PSB do Amazonas pronunciou-se nos seguintes termos:

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, minhas companheiras de todo o Brasil: Represento o Estado do Amazonas na Assembleia Nacional Constituinte e o faço com a responsabilidade do maior Estado da Federação brasileira, não só com a responsabilidade mas também com a vontade de expressar, de fazer aquilo que todas as mulheres do Brasil gostariam de fazer [...].

Nós chegamos aqui com minoria, e não era isso que queríamos. Nós queríamos que mais da metade desta Constituinte fosse composta de mulheres, porque a mulher brasileira representa a maior fatia do eleitorado brasileiro. Mas, quero dizer a todos vocês que, apesar de sermos minoria nesta Assembleia, as nossas propostas, com absoluta certeza, irão fazer coro forte, firme, corajoso e altivo na consciência de todos os Constituintes desta Assembleia. E não vamos aceitar que ninguém aqui diga que por questões partidárias ou ideológicas se deixe de lado a questão da mulher brasileira que é prioritária e, principalmente, as mulheres do Norte e do Nordeste que têm no seu sangue o sofrimento de toda a nação brasileira. (BRASIL, 1987, p. 972)<sup>21</sup>.

O discurso da deputada Beth Azize, demonstra o seu conhecimento da realidade vivida pelas famílias Amazônidas. Enquanto juíza de direito, Beth Azize percorreu por dez anos os interiores do Estado do Amazonas. Como mulher pôde sentir e vivenciar todo tipo de dificuldades, privações e preconceitos atribuídos às mulheres nessas localidades. É considerada uma das figuras mais emblemáticas da política amazonense. Como Jornalista e militante chegou a ter uma coluna diária em um dos jornais de maior circulação da cidade de Manaus. Com o tempo, sua militância foi lhe dando popularidade a ponto de resolver ingressar na vida pública. Sua militância iniciou-se na Faculdade de Direito, tornando-se a primeira mulher presidente do diretório acadêmico durante a ditadura militar.

Em 1976, Beth Azize candidatou-se a vereadora pelo MDB e em 1978 iniciou sua campanha para se eleger a deputada estadual e foi eleita. Cumpriu dois mandatos de 1979 a 1987, pelo já então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), mas por divergências políticas internas ao partido, Beth Azize, em 1986, filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em 1983 foi eleita Presidente da Assembleia Legislativa tornando-se a primeira mulher a presidir uma Assembleia Legislativa no Brasil. Foi também

a primeira mulher a assumir o Governo do Estado do Amazonas como presidente da Assembleia quando o Governador se ausentava. Mesmo assumindo este alto cargo, Beth Azize, revelou que por diversas vezes se sentiu constrangida pela imprensa local e nacional por ser mulher. “Eu pensava comigo o porquê desses estardalhaços todos, porque eles acham isso uma coisa de outro mundo, mas deveria ser uma coisa normal, aí eu sentia um pouco de revolta, eu dava essas entrevistas, mas com muita revolta.” (informação verbal)<sup>22</sup>.

Rabay (2010, p. 38) considera que na maioria das vezes a exclusão das mulheres aparece de forma sutil. “Não é proibida a entrada das mulheres em alguns espaços de poder, no entanto, não é fácil permanecerem e serem aceitas. As novatas ou estranhas, precisam mostrar que possuem qualidades excepcionais valorizadas por eles”. A imagem da mulher dona de casa dedicada aos filhos e ao marido, religiosa e exemplo de integridade, sempre foi considerado o ideal tanto para as famílias pertencentes à elite conservadora quanto para a mídia que durante muito tempo sustentou essa ideia.

Em sua passagem pelo parlamento brasileiro, Beth Azize participou de várias comissões. Pelo fato de ter sido uma Juíza de Direito sempre teve prioridade na Comissão de Constituição e Justiça. Também participou da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, da Comissão da Ordem Social e Comissão de Sistematização.

A outra deputada constituinte representante do Estado do Amazonas foi a própria ex-senadora Eunice Michiles, que foi filiada ao PFL, pertencente à base de apoio do governo, mas que ficou conhecida nacionalmente em 1979 quando assumiu uma vaga no Senado Brasileiro. Enquanto deputada constituinte, Eunice foi uma das parlamentares representante do Amazonas que mais se destacou durante o processo constituinte, desde o tempo em que foi senadora lutou em favor dos direitos das mulheres e uma de suas principais bandeiras de luta foi em defesa do planejamento familiar, exigindo do governo que disponibilizasse os mecanismos necessários às mulheres para que as mesmas pudessem ter o direito de escolha sobre a maternidade. Durante seu mandato, Eunice Michiles, por várias vezes sofreu grandes contestações dos movimentos feministas.

Eu era completamente bombardeada de críticas pelos dois lados, tanto do lado das feministas quanto dos meus colegas deputados que diziam que eu com os meus discursos em prol dos direitos da mulher eu era uma feminista. Eu entendia que não precisava eu sair gritando, manifestando por ai, pois eu sempre fui um tanto que conservadora, mas eu sabia que as mulheres tinham direitos. Eu defendia os direitos das mulheres independente de ser ou não feminista (informação verbal)<sup>23</sup>.

Em sua passagem pelo parlamento brasileiro, Eunice Michiles, juntamente com as demais parlamentares assumiu o protagonismo político feminino com grande determinação mesmo não compondo a ala da esquerda. Foi uma das parlamentares que mais teve emendas aprovadas na Constituinte de 1987/88.

A terceira deputada constituinte pelo Amazonas foi a Jornalista e empresária Sadie Hauache, 84 anos. Ela entrou para a política em 1982 e apesar da grande votação não conseguiu a tão sonhada cadeira no Senado. Durante a sua campanha, sofreu acusações de estar se elegendo à custa do poder financeiro<sup>24</sup>, posto que era proprietária de um canal de televisão e tinha influência por causa do usufruto de capital e desta mídia televisiva. As candidaturas para o pleito de 1986 em todo o Brasil foram candidaturas que exigiram muitos investimentos por parte dos candidatos. Com relação às mulheres, além do capital econômico, também deveriam possuir capital político e social. Nascida no município de Itacoatiara, Sadier Hauache, atualmente com 84 anos, bacharel em jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas, foi fundadora da TV Ajuricaba, emissora que transmitia os programas da Rede Globo no município de Manaus.

No Amazonas, a maioria desses candidatos passou boa parte de suas campanhas em busca de votos pelos interiores e pequenos municípios. Nessa época não existiam leis que coibissem ou punissem o clientelismo em troca de votos. Ou seja, aqueles que possuíam maior poder aquisitivo foram os que encontraram maiores possibilidades de serem eleitos. A prática do clientelismo, ainda muito presente em nossa sociedade, tem conseguido eleger políticos e familiares de políticos que até então, eram considerados verdadeiros donos de currais eleitorais nas pequenas cidades e no interior do Estado do Amazonas. Esses e outros elementos são determinantes no momento em que uma mulher pretende se inserir na política, pois além do próprio

preconceito que é arraigado nas estruturas partidárias, ainda existem as estratégias políticas que, na maioria das vezes, não são justas tanto que excluem e inibem a participação feminina na política.

Um dos primeiros movimentos de conscientização por parte dos deputados sobre a relevância da participação feminina na política, identificado pela imprensa como o Lobby do Batom ocorreu em 1987. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), juntamente com o movimento feminista autônomo e organizações de mulheres conduziu a campanha nacional *Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher*. “Mulheres negras, brancas, índias, mestiças, intelectuais, operárias, professoras, artistas, camponesas, empregadas e patroas invadiram o Congresso Nacional para apresentar a *Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte*.” (COSTA, 1998, p. 117).

Figura 2 - O Lobby do Batom



Esse movimento que mobilizou várias mulheres pelo Brasil inteiro conseguiu aprovar quase que 80% de suas demandas. Foi um dos setores organizados da sociedade civil que mais conquistou vitórias junto a ANC. Os novos direitos de cidadania para as mulheres na Constituição Federal de 1988 repercutiram favoravelmente para a elaboração de Leis Orgânicas Municipais e Constituições Estaduais.

O Lobby do Batom ou grupo de pressão formado por deputadas, feministas, ativistas dos movimentos de mulheres não deve ser lembrado apenas como um apelido cunhado pela imprensa que, aliás, assim o fez como forma de desdenhar a participação feminina na elaboração da nova Carta Magna. Os Grupos de pressão são extremamente relevantes, pois operam de uma forma mais constante e mais específica, e atuam numa tramitação eficaz entre os grupos sociais organizados e o Governo (BOBBIO, 1998, p. 570).

As 26 deputadas constituintes deixaram um legado às futuras gerações de mulheres que posteriormente conseguiram entrar nesses espaços onde a desigualdade de gênero ainda perdura. O aumento da participação política entre as mulheres não só depende dos meios legais, como também é preciso que toda a sociedade consiga participar e entender a importância que significa de termos no parlamento vários representantes do gênero feminino, não para cumprir uma cota, mas porque queremos um país livre de desigualdade.

## **Trajetória de vida de Eunice Michiles**

Nascida no dia 10 de julho de 1929 no Estado de São Paulo, filha de Theófilo e Edith Schwantes Berger, ambos descendentes de imigrantes alemães, Eunice Mafalda Berger, a “Nicinha” nome carinhoso dado a ela na infância, passou desde cedo a conhecer a cultura do povo brasileiro. Seu pai, um pastor Adventista em virtude de seu trabalho como missionário, passou a viver na cidade de Itabuna no Estado da Bahia, juntamente com sua família. As terras nordestinas repletas de limitações tanto geográficas quanto social tornaram-se o primeiro laboratório de experiência de vida para Eunice.

Theófilo Berger morreu aos 38 anos de idade, vítima de tifo, doença que acometia boa parte da população que vivia em locais com pouco ou ausência de saneamento básico. As viagens realizadas pelo missionário sempre foram em cidades nordestinas onde a pobreza e a falta de saúde pública se faziam presentes. Com apenas 10 anos, a perda de seu pai fez com que Eunice, juntamente com sua mãe e seus irmãos, retornasse a São Paulo para um novo recomeço.

Apesar da vida simples que tinham em Itabuna, na Bahia, Eunice e sua família podiam gozar de certo conforto de sua casa, condição esta, não mais possível quando retornaram para a capital paulista. A partir desse momento passaram a viver em um cômodo emprestado pelo Colégio Adventista Brasileiro, onde sua mãe passou a trabalhar como cozinheira.

Mesmo com pouca idade, a menina que um dia se tornaria um símbolo de protagonismo na política brasileira passou a tomar conta da casa e de seu irmão mais novo, Delvi. A falta de recursos financeiros fez com que Eunice começasse a trabalhar muito cedo em uma fábrica de refrigerantes da qual seu tio era proprietário. Logo, Eunice passou a conciliar os estudos com o trabalho na fábrica e a realização dos trabalhos domésticos, condição cada vez mais difícil.

Como sua família morava nas dependências do Colégio Adventista Brasileiro e seu tio era professor nessa escola, Eunice torna-se estudante do colégio onde passa a receber dos 10 aos 21 anos de idade formação baseada

em preceitos religiosos. Essa educação fundada num tipo de formação patriarcal de disciplinamento da conduta das mulheres foi responsável pela formação conservadora que a menina Eunice recebeu, voltada especialmente, para o desenvolvimento das funções naturais femininas como: cuidar da casa, dos filhos, ser boa esposa e o mais longe que poderia chegar era ser professora de educação infantil.

Desde o período colonial a exigência de submissão, recato e docilidade foram impostos às mulheres. Essas exigências levavam à formação de um estereótipo que relegava o sexo feminino ao âmbito do lar, onde sua tarefa seria a de cuidar da casa, dos filhos e do marido, e, sendo sempre totalmente submissa a ele. (FOLLADOR, 2009, p. 8).

De acordo com Costa (2005, p. 86),

[...] o patriarcado é um sistema rígido de controle sobre o sexo, afetando, sobretudo a mulher, dado a subordinação que lhe é imposta nesse sistema de regras [...] na família o patriarcado se traduz pela autoridade do pai sobre a mulher e os filhos e dos mais velhos sobre os mais novos.

À menina negou-se tudo que pudesse lhe tornar independente, limitando-as aos espaços controlados pelos seus pais.

O Colégio Adventista em que Eunice estudava comportava rapazes e moças, e era um dos mais bem conceituados da capital paulista. Os colégios protestantes surgiram no Brasil, no início da industrialização<sup>26</sup>. Muitos alunos eram de religião evangélica e outros eram membros de famílias abastadas. Seu ensino era técnico, voltado para formar professores que pudessem profissionalizar os mais pobres para que se tornassem mão de obra junto às empresas.

Foi então nas dependências do colégio que Eunice conheceu Darcy Michiles e após seis anos de noivado, casou-se no dia 27 de julho de 1950<sup>27</sup>. A partir de então, Eunice passou a viver num mundo desconhecido, a Amazônia. Longe de casa e vivendo no meio da floresta, nossa personagem inicia a sua nova trajetória de vida onde a dor da realidade local e a magia da região, se encarregaram de reescrever a sua história.

A imagem da Região Norte dentro da Amazônia foi construída ao longo dos séculos como um território em estado primitivo, rústico e atrasado. A



Amazônia foi sempre representada como um imenso vazio “despovoado” ou “inferno verde” mágico e assustador (ARAÚJO; TORRES, 2011).

Eunice Michiles não imaginava que o casamento com aquele jovem rapaz que fazia sucesso na escola, com as garotas e amigos, mudaria o rumo de sua vida. Na verdade os desafios a serem enfrentados, jamais imaginados por ela, não estavam somente no local desconhecido e distante no qual teria que se adaptar, mas na condição de vida em que seu casamento lhe obrigaria a viver.

Ainda que Eunice e Darcy Michiles estivessem estudando na mesma escola, deve-se reconhecer que ela teve educação diferenciada, pois a educação oferecida para as moças e rapazes era diferente e esse modelo conservador impactava a vida de cada um. Aos rapazes lhe caberia o sustento da casa, as atividades externas na esfera pública, participação nas discussões políticas e na maioria das vezes a prática do adultério como algo natural do sujeito masculino. As moças eram ensinadas a serem religiosas, pacientes, compreensivas, boas cuidadoras da casa, dos filhos e boas formadoras dos futuros cidadãos. “Os arranjos matrimoniais, o casamento, fundado na ideia de superioridade masculina e subordinação feminina, manteve por muito tempo um papel central na vida da maioria das mulheres, principalmente da elite no final do século XIX.” (HABNER, 2012, p. 63).

Darcy Michiles que morava em São Paulo, era filho de um pequeno fazendeiro da cidade de Maués que elegeu-se prefeito e por não ter quem cuidasse da fazenda, Senhor José Batista mais conhecido como “Seu Donga”, solicitou que o filho retornasse de São Paulo para ajudá-lo. Já casado com Eunice, o futuro político retornou a Maués com a promessa de não participar da política, mas apenas para administrar os negócios da família a fim de que o pai se dedicasse somente à política. Obviamente que a promessa feita à esposa não se concretizou.

Em entrevista, Eunice Michiles, nos revelou que tinha pavor da política e que seu esposo tinha-lhe prometido que eles iriam passar uns tempos na Amazônia, tomar conta dos negócios do pai, da fazenda, mas que jamais iria se envolver na política e que após alguns anos, retornariam a São Paulo, mas seis meses depois ele já estava na política.

É possível que o seu repúdio à política deva-se à base de formação religiosa que recebeu no Colégio Adventista. Como vimos anteriormente, as mulheres em seu tempo eram educadas para casar, ter filhos, cuidar da casa ou no caso das mulheres de elite, comandar o cotidiano dos casarões no qual viviam. Os colégios de caráter religiosos se responsabilizavam em oferecer

uma educação restrita à moças, limitando-as ou proibindo-as de participarem do campo político.

O campo político para Bourdieu (2014) é composto por diversas lutas simbólicas. Nele seus agentes se utilizam de capitais desiguais e poderes simbólicos desiguais que são fundamentais para os integrantes do campo político serem reconhecidos por seus pares. O campo político é visto como um espaço ainda masculino, essa ideia que é fortalecida pela ideologia patriarcal tem excluído as mulheres desde o momento de sua formação educacional.

Fim dos estudos, casamento realizado, chega o momento em que a moça pacata, bem educada e da cidade grande precisava se afastar de sua mãe e irmãos, pois a partir de então, uma nova fase na vida de Eunice Michiles iria começar. Sua chegada ao interior do município de Maués, na fazenda do seu sogro Donga, se fazia acompanhar por grandes desafios, pois o difícil acesso, o tempo de viagem e o susto em ver a condição do lugar rústico e desprovido de conforto, causaram em Eunice uma tristeza e preocupação, pois não sabia como viveria naquele lugar afastado da cidade.

A região amazônica tem como seu principal meio de locomoção os rios, tornando ainda mais lento as viagens pela região. Em sua passagem pela Amazônia, Euclides da Cunha (2011), concebeu o “paraíso perdido” como um lugar atrasado e esquecido pelo governo, principalmente pela falta de estradas que desse acesso aos demais estados brasileiros. Discorreu sobre o clima caluniado, reclamou da desertificação e das distâncias geográficas e considerou que o povo amazônico era isolado, pois segundo ele vivia às margens da história.

Para Eunice, a mudança de São Paulo para o Amazonas foi de certa forma frustrante no início, não teve tempo de assimilar tal impacto, mas entendeu que como uma boa esposa precisaria estar ao lado do marido, enfrentando quaisquer que fossem os desafios. Observe-se que o comportamento muito recatado, contido e até submisso de Eunice Michiles era comum na época, onde as mulheres eram educadas para casar e ter um comportamento de sujeição ao gênero masculino.

Eu fui criada num colégio interno, num colégio Adventista onde toda a minha formação foi religiosa, meus pais eram religiosos e tudo que me foi passado durante a minha infância e adolescência era que a mulher tinha que ser boazinha e obediente ao marido, cuidar do lar (informação verbal)<sup>28</sup>.

Num diálogo com Foucault (1984, p. 140), podemos perceber que,

O vínculo matrimonial é, portanto, caracterizado em sua dissimetria de origem – o homem decide por ele próprio enquanto que a família decide pela jovem – e em sua dupla finalidade: a casa e os filhos; é ainda preciso observar que a questão da descendência é, nesse momento, deixada de lado, e que antes de estar formada a sua função de mãe a jovem senhora deve tornar-se uma boa dona-de-casa.

Aos poucos, apesar de muito difícil, Eunice teve que se adaptar com a forma de viver do povo interiorano. Os horários das refeições, de dormir e de trabalho que, segundo seu relato, eram muito diferentes daqueles que estava acostumada a conviver. Vejamos o que Barbosa (2006, p. 47), descreve sobre esta situação tendo por base a fala de Eunice Michiles:

No final do dia, não podíamos sequer conversar, descreve Eunice, sentindo o gosto da aflição. Um descuido, e um enxame de mosquitos entravam na boca. O jantar era às cinco da tarde e, até dormir, ninguém ousava ficar parado. Quem ditava o ritmo era a floresta. A cama contava com a proteção de mosquiteiros, que também envolviam as redes, por sua vez forradas com jornais, para evitar que o carapanã perfurasse o tecido, rasgando doloridamente e sem tréguas a pele desprotegida.

A Amazônia e seus perigos como sentenciou Euclides da Cunha (2011) embora tenha sido caluniada em seu clima e dificuldade em penetrar a mata devido aos perigos que ela comporta, é um lugar capaz de contribuir para com o fortalecimento daqueles que a habitam.

A política no interior do Amazonas sempre esteve associada aos mandos e desmandos dos coronéis de barranco. Donga Michiles era um desses coronéis agropecuarista, que possuía poder de mando na região onde morava. Foi nesta ambiência de excessivo autoritarismo coronelista e, em meio às relações de poder patriarcais, que Eunice passou a conviver no interior do Amazonas.

De acordo com Eunice Michiles, seu esposo era “[...] uma pessoa com grande carisma, que as pessoas amavam, era um homem bonito no interior do Amazonas e era muito querido pelos políticos e eleitores.” (informação verbal)<sup>29</sup>. Começou na política como vereador, logo depois, tornou-se

deputado estadual. Darcy Michiles era um político carismático, apesar de conservador, pois enquanto político sempre pertenceu a partidos de direita, a prática do conservadorismo faz parte das bases ideológicas desses partidos.

Nas sociedades centralizadoras de poder onde a democracia é formal e não vivencial é comum a existência do líder carismático cuja autoridade se baseia, não no caráter, mas no dom, isto é, na capacidade extraordinária que ele possui como agitador das massas. (TORRES, 2009, p.71).

Maués era uma cidade dividida politicamente entre grupos: os Esteves e os Michiles. Esses dois “caciques” não eram apenas adversários políticos, mas inimigos. A política para Darcy Michiles era primordial, a família era algo secundário que não lhe merecia muita atenção. “Maués era o centro do pensamento das ações de meu esposo, então política pra ele era uma coisa obsessiva.” (informação verbal)<sup>30</sup>.

A dominação carismática<sup>31</sup> traz em seu bojo uma relação de dominação pautada no carisma, na crença muitas vezes até de caráter emocional. Há uma obediência ao líder carismático que em algumas situações é visto como um herói por parte de seus adeptos, sendo a relação entre eles de caráter emocional. A dominação carismática é tida como revolucionária, visto que não conhece regras, diferenciando-se de outros tipos de dominação. Weber (2014) considera que o carisma permite exercer uma forma de poder.

Enquanto esposa de político, Eunice Michiles se deparou com novos desafios frente às condições de vida nas quais as mulheres do interior do Amazonas viviam. Ao ter contato com aquela situação em que muitas mulheres davam à luz em condições precárias, muitas inclusive, chegando a óbito. Eunice passou a realizar trabalhos de caráter assistencialista para ajudar aquelas mães, que não contavam com nenhum tipo de proteção e cuidado para lhes subsidiar na hora de seus partos. “Eu era a médica, a enfermeira, pois ajudava as parteiras a realizar os partos de todas as mulheres daquela localidade.” (informação verbal)<sup>32</sup>.

Eunice era uma agente social, não uma profissional da área da saúde, como se concebia, apesar de ter recebido noções básicas de primeiros socorros enquanto estudante do Colégio Adventista. Os serviços básicos de saúde na década de 1950, período em que Eunice chegou ao município de Maués eram muito precários e a “ajuda” vinha daqueles que de alguma forma se prontificavam a “ajudar” aqueles que viviam em condições de vulnerabilidade

social. Deve-se ressaltar que, ao ser considerada “médica e enfermeira” pelos moradores das comunidades, Eunice passou a gozar de certo prestígio dando início ao seu assistencialismo. Como defensora dos desvalidos, Eunice Michiles exerceu o assistencialismo fortemente em Maués e por isso, tornou-se uma mulher muito querida pelo povo. O assistencialismo como uma prática de manipulação das massas tornou-se um dos maiores mecanismos de obtenção de votos principalmente no interior do Estado do Amazonas.

Maués, para Eunice Michiles, foi um laboratório, já que como professora filha de pastor e estudante de um colégio protestante, a moral tomista<sup>33</sup> de ajudar o próximo fazia parte de seu idealismo. Aquela situação lhe proporcionaria pôr em prática tudo aquilo que aprendeu como princípios cristãos. Ressalte-se que a educação dada às mulheres nas escolas religiosas era formal, o currículo comportava um pouco de economia doméstica, primeiros socorros, como cuidar da casa e educar bem seus filhos, pois cabia às mulheres a construção da boa conduta dos seus filhos (ROSEMBERG, 2012).

Os trabalhos de ajuda ao próximo, realizados por Eunice Michiles, também lhe conferiu prestígio por parte das pessoas da cidade e contribuía para as campanhas de seu esposo. A condição secundária assumida por Eunice buscava fortalecer a figura de Darcy Michiles como um ser político. De acordo com Torres (2002), essa concepção de manter o simbolismo em torno da figura masculina é decorrente da visão androcêntrica que sempre considerará o homem superior à mulher principalmente no que concerne às relações de poder.

A prática da filantropia feminina antes praticada por viúvas estendeu-se às mulheres casadas no fim do século XIX. Por intermédio da filantropia e do assistencialismo Eunice levava o nome do marido para os setores da sociedade. Essa prática também era amparada pela religião, católica ou não. “A filantropia posteriormente conhecida como caridade passou a ser um mecanismo utilizado pelos grupos abastados como forma de estabelecer relações harmoniosas entre dominantes e dominados.” (MARTINS, 2011, p. 51).

Com formação em Magistério, Eunice Michiles, foi professora e diretora do Ginásio e Escola Normal de Maués. Enquanto seu sogro estava na política, era ele o grande responsável em atender as solicitações de Eunice, que sonhava em expandir o trabalho de educação infantil no município. O magistério foi a primeira carreira profissional difundida entre as mulheres,

visto que se considerava a educação tarefa típica do gênero feminino e não prejudicial à sua personalidade.

O tempo em que permaneceu em Maués, Eunice pôde conhecer não só as dificuldades do povo interiorano, mas também se deparou com o maior de seus obstáculos, a ausência de seu esposo e suas infidelidades. Sobre isto, ela se pronuncia nos seguintes termos:

Eu casei com 21 anos, eu vivia interna num colégio e sai de lá ‘santinha’, então eu não estava preparada pra cultura amazonense em que o homem é o homem e a mulher é apenas a esposa. O homem tem que ter liberdade pra namorar e tal e aquilo pra mim foi terrível, aceitar aquela condição que embora eu estivesse estudado em colégio interno, cujo ambiente é muito fechado, conservadora e adventista, mas eu tinha noção de que a mulher tinha direitos. Eu estudava, eu tinha visão e a visão da época ainda era muito o homem era pra viver ali livre e a mulher era aquela que tinha que ficar a disposição do marido, e tinha que ficar muito satisfeita se o marido voltasse a dormir todos os dias em casa. Já estava bom demais, não precisava mais do o que isso. Então era mais ou menos isso a mentalidade da época (informação verbal)<sup>34</sup>.

Quanto a falta de fidelidade masculina mencionada por Eunice Michiles não é uma prerrogativa da cultura Amazônica, é parte substancial da cultura patriarcal presente intermitentemente no mundo ocidental. O patriarcado como um sistema de dominação do homem sobre a mulher assume aspectos abomináveis de perversão humana (TORRES, 2005).

Para Foucault (1984) a temperança é um princípio racional que governa o homem e é através dela que o homem exerce uma autoridade sobre si mesmo, tornando-se apto a comandar os outros. A limitação das atividades sexuais ao casamento segundo Foucault (1984, p. 152) “[...] concerne o equilíbrio da cidade, sua moralidade pública, as condições de uma boa procriação, e não os deveres recíprocos atinentes a uma relação dual entre os cônjuges”.

Como um sistema dominante, o patriarcado é bem presente nas relações conjugais, nas relações de trabalho, nas relações sociais e nas instituições que reproduzem esse sistema de dominação. “Como manifestações históricas da dominação masculina o patriarcado é uma forma específica de organização política.” (MIGUEL, 2014, p. 18).

Eunice deu à luz a quatro filhos: Neila Yara, Darcy Humberto (Beto), Haroldo e Edy Soraia. Humberto Michiles, seu segundo filho, tornou-se um político bem conhecido no Amazonas. Seguindo os passos dos pais, Beto Michiles chegou a ser deputado pelo Amazonas por quatro mandatos, elegeu-se prefeito de Maués e deputado federal. Em tom de orgulho, Eunice afirma que “[...] a política está no sangue dos Michiles.” (informação verbal)<sup>35</sup>.

Perguntamos a Eunice sobre os seus filhos e o papel da maternidade em sua vida, obtivemos a seguinte resposta:

Naquela época não ter filhos, digamos assim, era um desastre. Eu sempre quis muito ser mãe, tanto que a minha filha nasceu com 11 meses de casada. Eu tinha 21 anos, eu fui mãe ainda muito jovem, mas era a minha realização. Ser mãe era tudo que uma mulher naquela época podia imaginar, podia querer (informação verbal)<sup>36</sup>.

A maternidade considerada um sonho das mulheres faz parte de um conjunto de influências que as afetaram a partir do século XIX, com o surgimento da ideia de amor romântico e criação do lar. Com o declínio do poder patriarcal, coube à mulher o maior controle sobre a criação dos filhos, momento em que a figura maternal das mulheres se destacou. Esse modelo de ideologia passou a exaltar o papel natural da mulher como mãe. Ressalte-se, porém, que esse modelo tradicional de maternidade não era aconselhável às mulheres trabalhadoras que, em alguns casos, tentavam esconder a gravidez para não perderem o emprego. Atualmente com o advento da modernidade e dos avanços tecnológicos, inclusive no campo da contracepção, as mulheres passaram a decidir sobre o direito de ser ou não ser mãe. Essas mudanças também têm contribuído para que elas pudessem emancipar-se da condição de submissa ao homem, condição esta quase que inexistente no século passado.

Com mais acesso à educação formal e à formação profissional, as mulheres vão no decorrer do século XX, ocupar gradativamente o espaço público, ao mesmo tempo em que mantêm a responsabilidade na criação dos filhos. Neste contexto, ser ou não ser mãe passou a ter uma dimensão reflexiva, a ser uma decisão racional, influenciada por fatores relacionados às condições subjetivas, econômicas e sociais das mulheres e, também, do casal (SCAVONE, 2001, p. 50).

Num momento em que ser mulher e mãe solteira eram quase que um insulto a sociedade que ainda carregava em seu bojo resquícios tradicionais de

família, Eunice Michiles numa atitude ousada, decide separar-se de Darcy Michiles, com quem se casou acreditando no amor eterno. Morando em Manaus, Eunice foi convidada a dirigir uma empresa de saúde, filiada à GodenCros que seu irmão era o proprietário. A empresa estava localizada no edifício Lobrás, na Avenida Eduardo Ribeiro, um dos primeiros edifícios comerciais da cidade, próximo ao edifício Maximiliano Corrêa, no qual ela morava.

A cidade do mesmo modo que oferece melhores alternativas de trabalhos e condições de vida àqueles que de alguma forma possuem condições para usufruir de tais benefícios, também chega a ser cruel com aqueles que nada possuem. Manaus que na década de 1970 vivenciava as supostas maravilhas do capitalismo, também pôde conhecer o lado obscuro causado pelo maior sistema de exploração e exclusão até então existente, a Zona Franca de Manaus. Na mesma proporção que a cidade crescia com a chegada de famílias vindas do interior do Estado e de outras localidades para trabalharem nas empresas do Distrito Industrial de Manaus, os problemas sociais também se alastravam. Com sérios problemas decorrentes da falta de moradia, algumas pessoas passaram a viver nas ruas e dormir em bancos de praças o que aos poucos foi se tornando comum no centro da cidade, incomodando moradores que na sua maioria eram políticos e pessoas da alta sociedade manauense.

Eunice Michiles, que desde sua infância percebeu o sofrimento daqueles que pouco ou nada possuíam, deparou-se com uma realidade que até então não tinha se dado conta, com o crescente número de crianças abandonadas dormindo nos bancos de praças. É ela própria que nos relata seu sentimento quando se deparou com tal situação em frente ao prédio onde morava:

[...] era de madrugada e quando abri a janela, vejo algumas crianças deitadas nos bancos da praça. Aquela imagem mexeu muito comigo e foi crucial para a minha tomada de decisão em entrar para a política já que eu não era assistente social e nada poderia fazer. (informação verbal)<sup>37</sup>.

Em diferentes momentos da entrevista observamos que havia na fala de Eunice Michiles uma admiração pela profissão de Serviço Social. É provável para ela, esse profissional tinha o poder de resolver todos os problemas sociais existentes. Ela entendia que, de alguma forma, seus trabalhos filantrópicos realizados no município de Maués eram práticas profissionais. Sua entrada na política, de certa forma, poderia permitir que continuasse esses



trabalhos, mas agora com o impulso do governo e não por conta própria. De acordo com Torres (2002, p. 126),

O assistencialismo atua no plano residual de descontinuidade de suas ações, as quais apresentam uma ‘face humanitária’ associada a filantropia e à benesse. Em face dessa funcionalidade, tal prática não é orgânica, politizadora, como assistência social. Ao contrário, atua fora da dimensão de cidadania, com ações que, muitas vezes, produzem um estado de passividade e de despolitização das consciências sociais, tornando os sujeitos em seres excluídos e socialmente discriminados como incapazes, fracassados, dentre outros estereótipos.

O Serviço Social como profissão inscrita na divisão sóciotécnica do trabalho se difere desta perspectiva conservadora e autoritária do assistencialismo que esvazia o sentido de direitos das políticas sociais. Antes deve-se ter claro que

[...] a assistência social constitui-se em uma conquista da própria sociedade que, num processo de democratização das políticas sociais e dos serviços sociais, pode contribuir para o processo de consciência social dos sujeitos coletivos de direitos. (TORRES, 2002, p. 126).

Essa visão errônea da prática profissional da assistência social<sup>38</sup> repassada como favor ou benesse pelas mulheres de muitos políticos. O exercício da cidadania diz respeito ao indivíduo reconhecer que está em pleno gozo das disposições constitucionais. É ter consciência de seus direitos e obrigações. Os direitos sociais são

[...] aqueles que têm por objetivo garantir aos indivíduos condições materiais tidas como imprescindíveis para o pleno gozo dos seus direitos, por isso tendem a exigir do Estado uma intervenção na ordem social que assegure os critérios de justiça distributiva. (PESSOA, 2011, p. 1).

A filiação de Eunice junto ao partido ARENA ocorreu de forma tranquila, pois os partidos (ARENA e MDB) já vislumbrando as futuras eleições e percebendo que o eleitorado feminino estava em constante crescimento, passou a aceitar a filiação de mulheres mesmo que fosse só para compor o

quadro. Eunice revelou que sua escolha por um partido extremamente conservador justificava-se pelo fato de que ela não considerava ter postura de oposição como vimos anteriormente. Para ela, políticos que querem fazer algo, precisam estar ao lado do governo, pois vão depender deles, das verbas que eles destinarão para cada governante. Seu pensamento, ainda que conservador possibilitou-lhe conseguir algum prestígio na política. “Eu sempre fui um tanto conservadora. Sempre tendo cuidado no momento de me expressar, principalmente em público. Sempre demonstrei ser solícita, cordial com meus colegas, isso rendia um bom relacionamento.” (informação verbal)<sup>39</sup>.

Ironia do destino ou não, ali estava Eunice Michiles, filiada a um partido político e candidata a deputada estadual. A política que antes foi capaz de roubar-lhe o marido, obrigando-a a viver de forma solitária na Amazônia, passou a se tornar uma oportunidade de ascensão no âmbito do seu protagonismo político.

Apesar de ter sido bem recebida no diretório, sua candidatura para deputada estadual não era de interesse do partido. Ainda que a entrada de mulheres nos partidos estivesse começando a acontecer, sua presença era apenas para compor o quadro. E isso também ajudava a promover a imagem do partido, inclusive da ARENA que precisava resgatar seu prestígio político. Até durante as campanhas, Eunice era esquecida pelos demais membros do partido que não lhes possibilitavam os mesmos direitos de discursar, mas ainda sim, investiu o que pôde em sua campanha e com o trabalho realizado na época em que viveu em Maués, elegeu-se deputada estadual em 1974.

Figura 3 - Eunice na Assembleia Legislativa e 1976



Fonte: Barbosa (2006).

Como deputada estadual, Eunice levou para a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM), discussões pertinentes sobre a condição da mulher manauara. As mulheres entraram em cena na década de 1970 com uma visão bem mais politizada. As novas perspectivas feministas contribuíram para que as mulheres pudessem questionar o modelo de sociedade no qual estavam inseridas. Eunice Michiles não era vista pelo movimento feminista como uma militante. Seu protagonismo político teve por base o casamento com o filho de um político que na época possuía muito prestígio na política regional, mas também devido ao trabalho social que desenvolvia.

Em seus discursos defendeu a igualdade de oportunidades para homens e mulheres e vários outros direitos até então, negados as mulheres. Sua vivência pelo interior do Estado do Amazonas, presenciando mulheres morrer no parto em decorrência da falta de assistência médica, ou de informação, tornou-se o discurso quase que obrigatório de Eunice Michiles quando chegou ao Senado brasileiro.

Próximo de cumprir seu mandato como deputada estadual, Eunice Michiles, passou a se preparar para concorrer à reeleição ao cargo de deputada estadual. Seus filhos e amigos passaram a ser seus cabos eleitorais<sup>40</sup>. Numa campanha bem acirrada, Eunice preparava-se para enfrentar novos desafios porque as articulações políticas de seu partido por hora não lhe beneficiava. Era hora de Eunice abrir mão de sua reeleição para novamente ajudar o partido. Na política, os interesses pessoais são menos importantes, no jogo político os interesses são outros, não que seja em favor da coletividade, mas sim em atender os interesses de um grupo político que se perpetua no poder<sup>41</sup>.

Eunice que sonhava em candidatar-se à reeleição de deputada estadual retirou a sua candidatura a pedido do partido para candidatar-se á suplente de senador na chapa de João Bosco. Mesmo não saindo candidata à deputada estadual nesta eleição de 1978, Eunice conseguiu o tão almejado cargo de secretária de assistência social do município. De acordo com suas próprias palavras

[...] quando fui deputada estadual vivia criticando a secretaria por entender que cabia ao órgão atender os desvalidos, mas quando passei a gerir a

secretaria percebi que infelizmente não há direcionamento de verba suficiente por parte do Estado para atender as demandas sociais que se apresentavam à secretaria (informação verbal)<sup>42</sup>.

Eunice se diz ter ficado frustrada, pois o tão sonhado cargo, do qual sempre almejou nada tinha de encantador, pois trabalhar prestando assistência social sem recursos era uma tarefa quase impossível. A falta de recursos para a assistência social ainda é um grande entrave no Amazonas, principalmente no interior, pois essa realidade é bem pior. A troca de governantes não garante comprometimento com essa área e na maioria dos casos, a assistência social serve como palanque eleitoral aos políticos que em troca de votos, assumem uma postura assistencialista. Sua permanência como secretária de assistência social durou menos do que ela imaginava, pois o senador João Bosco Ramos de Lima morreu poucos dias após sua posse. A secretária de assistência social, que antes abriu mão de sua candidatura a reeleição de deputada estadual teve que mudar-se para Brasília e como suplente de Joao Bosco, Eunice Michiles, assumiu a vaga no Senado tornando-se a primeira mulher a ocupar tal cargo no Brasil.



**SEÇÃO II O PROTAGONISMO DE EUNICE MICHILES NO  
SENADO FEDERAL**

## **O processo histórico-conjuntural de entrada de Eunice Michiles no Senado Federal**

No Brasil, final dos anos 1970, com a crise da ditadura militar inicia-se um intenso movimento em favor da redemocratização no país e por direitos de cidadania e igualdade. No campo da política partidária, extinguiram-se os partidos políticos, criando-se por meio de decreto o bipartidarismo composto pela ARENA (partido oficial da ditadura) e o MDB (único partido de oposição permitido pelo regime).

Nas eleições de 1978 esses dois partidos tiveram o direito de apresentar até três candidatos em sublegendas em que a soma dos votos determinava qual dos partidos seria o vencedor, privilegiando candidatos que recebesse o maior número de votos. O governo visando a garantia dos militares no congresso nacional reservou-se o direito de nomear um senador em cada Estado escolhido por cada partido que o apoiava. Os parlamentares eleitos de forma indiretamente por um colégio eleitoral ficaram conhecidos como senadores biônicos<sup>43</sup>. No Amazonas Raimundo Parente foi o senador biônico escolhido pela ARENA.

No Amazonas, os dois partidos se preparavam para escolher seus futuros candidatos, o MDB como oposição decide lançar uma mulher na sua sublegenda. Apesar do forte controle por parte do governo, o MDB vinha crescendo diante do eleitorado brasileiro e isso trouxe a ARENA certo desconforto e preocupação, que contribuiu para que o partido criasse estratégias de garantir a permanência de seus representantes no poder.

Como único partido de oposição, “[...] o MDB empurrado pela sociedade civil extremamente organizada e através das Universidades que desenvolviam um papel de crítica ao governo autoritário da ditadura passou a ter uma atuação mais firme diante do regime.” (SILVA, 2003, p. 247). Esse crescimento do MDB preocupava bastante a ARENA que vinha perdendo espaço para o



partido de oposição obrigando-a a criar mecanismos de estratégia para não perder espaço.

A ARENA, muito preocupada com a indicação de uma mulher pela oposição num momento em que o eleitorado feminino demonstrava interesse em participar mais da política, resolveu lançar como candidata em sua sublegenda a deputada estadual Eunice Michiles, com o interesse de competir com o MDB. Em entrevista, Eunice nos relatou como se deu a sua candidatura para compor a chapa de João Bosco ao Senado Federal. Vejamos:

Eu já estava me preparando para a reeleição e foi quando a ARENA que só tinha dois candidatos na sua sublegenda me fez o convite para sair candidata ao Senado. No outro partido entrou uma mulher e evangélica a Maria Júlia. A disputa era muito acirrada, muito próxima e ninguém sabia quem ganharia. Então os membros da ARENA pensaram:

- Mulher e evangélica? Dona Eunice é claro!

Eu não queria, pois como deputada estadual minha reeleição era quase certa. Mas o partido foi me mostrando que se caso eu não aceitasse, nós perderíamos a eleição, eu era a única com o mesmo perfil político da candidata do partido da oposição. Então eu aceitei, me joguei na campanha mesmo sabendo que não ganharia essa eleição, mas pensei que com isso ao menos conseguiria realizar um sonho que era ser secretária de assistência social (informação verbal)<sup>44</sup>.

Eunice sabia de suas poucas chances de vencer a eleição, mas o partido lhe deixou entender que uma possível nomeação para o cargo de secretária de assistência social do município poderia ocorrer após o término do processo eleitoral. Eunice também aproveitou para investir na carreira política do filho Humberto que se candidatou a uma vaga ao cargo de deputado estadual pelo mesmo partido. Ressalte-se que, essa prática, ainda que antiga, continua sendo utilizado no meio político, pois muitos candidatos homens, ainda continuam sendo beneficiados pelo empenho de suas mães e esposas em suas campanhas.

Para Álvares (2008, p. 899) “[...] o recrutamento é influenciado por fatores individuais que tem funções internas nos processos de oferta e de demanda de candidatos”. Os partidos políticos determinam quem deve ou não sair candidato e isso reflete na candidatura das mulheres que na maioria das vezes

são prejudicadas pelas decisões internas do partido e, quando necessário, utiliza-se de seu poder de influência para convencer as mulheres a aceitarem o seu jogo político.

Na maioria dos casos, temos visto que, os presidentes dos partidos, apenas recebem as mulheres com o interesse de promover a candidatura masculina e após o surgimento da Lei de Cotas muitos tem filiado as mulheres só para o preenchimento de cotas já que há pouco incentivo para as mulheres se candidatarem. A participação das mulheres na política, a partir de 1970, contou com a grande força e reivindicação dos movimentos de mulheres do Brasil inteiro que passaram a reivindicar a participação política das mulheres no parlamento. Essa reivindicação também impulsionou a candidatura de mulheres como suplentes de candidatos homens nas eleições de 1978 como ocorreu nos estados de São Paulo, Acre, Santa Catarina e Amazonas<sup>45</sup>.

No Amazonas, o candidato João Bosco Ramos de Lima era considerado favorito pelo partido e recebia por parte dele toda a estrutura necessária para a sua eleição. Era considerado um dos políticos mais influentes do Amazonas. Antes de entrar para a política foi bacharel em direito, secretário de finanças do município de Manaus e jornalista. Como político também foi portador de um extenso curriculum, foi deputado estadual em 1966 pelo MDB, reelegendo-se em 1970 pela ARENA. Foi vice-governador entre 1974 a 1979 quando se candidatou a uma vaga ao Senado.

Outro candidato foi o poeta, advogado e Tenente Coronel Djalma Vieira Passos, que ingressou na política após longos anos de magistério. Foi eleito vereador, deputado estadual e posteriormente deputado federal pelo Amazonas. As experiências e dedicação à política desses dois candidatos foram relevantes na hora da composição da chapa. A política para esses homens era a extensão de suas vidas, pois nela construíram suas histórias, tornando-se símbolos da política local.

O MDB, como partido de oposição, trouxe em sua sublegenda o vereador Fábio Lucena Bittencourt, considerado favorito pelo MDB, e o professor Felix Valois Coelho. Por sugestão do próprio Fábio Lucena, o partido lançou como candidata a advogada Maria Júlia Rodrigues para compor a sublegenda do partido. De acordo com Rodrigues (2000, p. 102),

Era a primeira vez que uma mulher concorreria ao Senado. Éramos oposição e o governo ficou preocupadíssimo, porque as mulheres, entusiasmadas, queriam votar numa companheira. Nas viagens, nos comícios na capital e no Interior eu era muito aplaudida. Então resolveu lançar também uma candidata. Escolheu a deputada estadual Eunice Michiles. Ela era bonita, tinha a tribuna a seu favor e o apoio financeiro do Governo.

Maria Júlia de Melo Rodrigues, nasceu no município de Borba no interior do Amazonas, era casada com Natanael Rodrigues que foi vereador e deputado estadual pelo Amazonas na década de 1960, ano em que ingressou na política a pedido do governador da época. Durante muitos anos, juntamente com seu esposo, desenvolveu trabalhos assistencialistas pelo interior do Amazonas através da Igreja Batista da qual faziam parte. Esses trabalhos ainda que de caráter assistencialista, possibilitou-lhes o reconhecimento em diversos municípios em que visitavam.

Maria Júlia desempenhava um papel importante na vida política de Natanael, pois era ela que organizava e trabalhava nas campanhas para eleger seu companheiro. Como advogada realizava atendimentos jurídicos à população que procurava “ajuda” do político em seu escritório. Seu trabalho, ainda que como coadjuvante nas campanhas de seu esposo, lhe possibilitou um reconhecimento por parte dos membros do MDB que a convidaram para compor a chapa que concorreria a uma vaga no Senado Federal. Maria Júlia que durante anos viajou pelo interior do Amazonas realizando trabalhos assistencialistas e ajudando na campanha de seu esposo, se tornou bastante conhecida por onde passou e certamente arrastaria muitos votos para a legenda, isso agradou e motivou a decisão do partido.

Nas sociedades contemporâneas há diferentes formas de participação. Para alguns, a participação está reduzida apenas ao processo político-eleitoral, mas quando falamos de protagonismo político das mulheres, seu conceito torna-se bem mais abrangente até mesmo pela própria história da luta feminina por sua emancipação política. A expressão participação política para Bobbio (1998, p. 888), “[...] é usada para designar uma variada série de atividades como o voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, discussão de acontecimentos políticos e até apoio a um determinado candidato”. O poder político das mulheres não deriva somente da atuação em organizações ligadas

ao sistema eleitoral e partidário, mas na presença em instâncias do trabalho público como as executivas burocráticas e judiciais, nas representações profissionais e em associativas (AVELAR, 2001).

Essas diferentes formas de participação política tem contribuído com a ascensão das mulheres na política do país. De acordo com Torres (2002, p. 128) “[...] o apoio das mulheres nas campanhas de seus esposos nem sempre estabelece uma relação de subordinação da mulher ao homem, pois a mesma constrói seu próprio poder e identidade diante dos setores subalternizados”. Eunice foi uma dessas mulheres que soube construir sua própria identidade no campo político.

Com a formação das sublegendas para a eleição de 1978, o MDB e ARENA lançaram em suas chapas suas respectivas candidatas com o interesse de eleger seus principais candidatos homens ao Senado. Opondo-se a essa forma de política, Young (2003) faz duras críticas ao modelo de política baseado na concepção de interesses em que os grupos políticos determinam o que melhor lhes servem. No que se referem às candidaturas femininas, esses interesses normalmente são desfavoráveis a elas já que não recebem o apoio devido para as suas campanhas, deixando-as em desvantagem com relação aos demais correligionários dos partidos.

A eleição de 1978 no Amazonas foi bastante acirrada, ARENA e MDB, possuíam candidatos admiráveis e vencer as eleições contra esses ícones da política era impossível. “Fiz um sacrifício enorme em nome do partido, primeiro porque ninguém queria ser candidato e enfrentar o MDB.”, diz Eunice Michiles em entrevista a jornalista Henrienne Barbosa.<sup>46</sup> Destaque-se que “[...] num período de crise, se prefere recorrer às mulheres salvadoras. É o que se poderia chamar de síndrome de Joana d’Arc: já que nada funciona, por que não uma mulher?” (PERROT, 1998, p. 131).

Mesmo em situação desfavorável, Eunice Michiles, lança a sua campanha com o slogan: *Eunice, flor do Amazonas*, e começa a sua campanha juntamente ao lado de seu filho Humberto Michiles pelos bairros de Manaus e em vários outros municípios do Amazonas. As possibilidades eram mínimas já que lhe exigia muito tempo fora de casa e tornava a sua candidatura em desvantagem com relação a dos demais candidatos. Os estudos de Avelar (2001) apontam

para o fato de que as mulheres são menos presentes em campanhas eleitorais do que os homens porque a campanha lhe exige muito tempo fora de casa. As mulheres assumem outras atividades fora a atividade política acarretando-lhes uma dupla jornada de trabalho, o que não ocorre com os homens.

Com sua campanha um tanto que desacreditada, Eunice Michiles, surgiu nas vésperas das eleições do dia 15 de novembro como um fenômeno eleitoral surpreendendo candidatos e eleitores ao adotar uma campanha relâmpago com equipes muito bem organizadas, que cavavam votos na “boca de urna” através de grandes stands montados nas proximidades dos postos de votação.

Figura 4 - Santinho eleitoral de Eunice Michiles



Fonte: A Crítica (1978)<sup>47</sup>.

Ainda que não contasse com o favoritismo nas urnas, Eunice através de seus 32.919 votos<sup>48</sup>, conquistados em pouco tempo de campanha, garantiu a vitória da ARENA sobre o MDB, e a eleição de seu correligionário João

Bosco Ramos de Lima. Esse esquema de favorecimento à candidatura masculina em detrimento da feminina contribui para com a baixa participação de mulheres no campo político, já que de alguma forma, são usadas pelo partido para garantir a eleição dos políticos homens. Conforme a análises de Tabak (2002, p.152),

A falta de credibilidade numa candidatura feminina ficou algumas vezes patente, dentro e fora do partido. Dentro do partido, persistiu ainda a tendência a instrumentalizar a mulher, isto é, utilizar o fato de que ela era candidata, para fazer as denominadas dobradinhas, para que, na prática, ela contribuísse, com seu esforço pessoal, para divulgar e ampliar a campanha de seu companheiro masculino. Ou seja, a candidatura feminina não era encarada realmente, como algo pra valer.

Em entrevista, Eunice Michiles, nos contou porque resolveu investir nessa candidatura apesar da certeza de sua perda nas urnas. “Eu me joguei na campanha mesmo sabendo que eu não iria me eleger, mas decidi mostrar que eu tinha potencial, pois eu tinha interesses de realizar o meu grande sonho que era ser secretária de assistência social.” (informação verbal)<sup>49</sup>.

Eunice também soube jogar e articular com o partido conforme seus interesses, pois naquela eleição a deputada tinha interesses de ser secretária de assistência social e lançar a candidatura de seu filho. A decisão de Eunice é a prova de que a mulher também sabe articular em meio ao jogo político em favor de seus próprios interesses. De acordo com Mill (2006, p. 39), “[...] o que é atualmente conhecido como natureza feminina é uma coisa eminentemente artificial, resultado da repressão forçada em algumas direções e apresentada como não natural em outras”. Na política o comportamento articulador é do homem, não da mulher, assim se pensou durante séculos, excluiu-se a mulher em virtude dessas justificativas machistas que só limitavam a sua participação na política.

Embora a sua decisão em desistir de sua candidatura à reeleição tenha sido muito criticada pelos amigos e familiares, Eunice soube agir de forma cautelosa para conseguir o que almejava. Seus esforços em prol do partido foram satisfatórios, mas também foi bastante favorável para a construção de sua carreira política na medida em que mostrou para o partido o quanto era reconhecida por seus eleitores.

Ela sabia que dentro do partido seria sempre preterida em favor de seus colegas e sabia também que ali só estava para constar que uma mulher estava filiada ao partido, mas não para competir em caráter de igualdade. Em entrevista a Jornalista Aparecida Ramos, do *Jornal de Brasília*, em 1979, Eunice Michiles afirma que sofria muitas pressões, era preterida nos comícios, seu nome pouco ou às vezes nem era citado. “Era guerra de homens apavorados com a possibilidade de que uma mulher roubasse o lugar de um deles.” (RAMOS, 1979, s.p.)<sup>50</sup>.

Em fevereiro de 1979, João Bosco Ramos de Lima tomou posse no Senado Federal, compondo a bancada arenista de apoio ao governo militar. Sua passagem pelo Senado foi curta, pois João Bosco que apresentava sérios problemas de saúde veio a falecer de derrame cerebral em 11 de maio de 1979 em Brasília.<sup>51</sup> A morte repentina do senador tornou-se uma das maiores manchetes na capital amazonense e no Brasil, pois não era só o homem João Bosco que tinha falecido, mas o político, o representante do Amazonas e da ARENA no Senado. O jornal de maior circulação da cidade de Manaus publicava diariamente matérias sobre a trágica morte do senador.

O desconforto no meio político foi intenso, causando apreensão dos arenistas em Manaus, pois a morte do senador desestabilizaria os interesses do partido num momento em que a ARENA precisava reaver seu prestígio político. Para Bobbio (1998, p. 898-899), partido político é,

Uma associação [...] que visa a um fim deliberado, seja ele ‘objetivo’ como a realização de um plano com intuitos materiais ou ideais, seja ‘pessoal’, isto é, destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para os chefes e sequazes, ou então voltado para todos esses objetivos conjuntamente. Esta definição põe em relevo o caráter associativo do partido, a natureza da sua ação essencialmente orientada à conquista do poder político dentro de uma comunidade, e a multiplicidade de estímulos e motivações que levam a uma ação política associada concretamente à consecução de fins objetivos e/ou pessoais.

Como o interesse partidário era grande, os membros da ARENA, encontravam-se preocupados com as mudanças que certamente ocorreria decorrente da morte do senador João Bosco. O senador biônico Raimundo Parente permaneceu como o único representante do Amazonas no Senado até que a suplente de João Bosco assumisse o cargo. Para o partido era a hora de repensar nas estratégias políticas, pois no momento da composição da sublegenda os líderes arenistas não esperavam que ocorressem mudanças repentinas que mexessem com os interesses da ARENA. Em entrevista ao jornal A Crítica, de 11 de maio de 1979, Eunice externou sobre a morte de João Bosco,

Acho que isso que aconteceu só deve levar-nos a refletir sobre quão tão frágil é o ser humano. É hora de contrição, de refletir o quanto dependemos de Deus. Só tenho a manifestar profundo pesar por se tratar de um homem tão jovem, tão brilhante. Claro que eu tinha divergências com João Bosco, mas diante da morte isso se torna mesquinho. E só posso admirar a sua capacidade de luta, sua capacidade política. Acho sinceramente que é uma grande perda para o Amazonas.

A secretária de assistência social nunca imaginou que assumiria o cargo de senadora do Brasil, pois a morte de João Bosco foi uma surpresa para Eunice que logo foi comunicada pelos dirigentes do partido que deveria se afastar de seu cargo na secretaria para viajar a Brasília e assumir a vaga do ex-senador.

Perto de se completarem 90 anos da Proclamação da República, a Câmara Alta recebeu sua primeira legisladora, Eunice Michiles, a primeira senadora do Brasil, pois até 1979, os mais destacados assuntos legislativos eram debatidos no Senado Federal apenas pelos homens, aqueles inclusive tão admirados por Eunice. No Senado, até então, não se imaginava que uma mulher se faria presente naquele espaço que durante século, foi lugar só de homens.

Sobre sua chegada ao parlamento, perguntamos a Eunice Michiles como ela foi recebida pelos seus colegas no dia de sua posse, obtivemos o seguinte relato:

Pra começar ninguém imaginava uma mulher entrando ou adentrando ao Senado. Era um lugar específico pra homens e todos assim já senhores, pois o Senado era um lugar das coisas sérias, de homens mais velhos. Quando eu



cheguei ao Senado eu fiquei muito assustada, porque encontrei aquelas pessoas que eu considerava ícones da política brasileira, homens considerados grandes oradores, inteligentes acima do comum e eu tinha uma admiração muito grande por eles. Ali eu era a primeira e única mulher, então eu me sentia tão pequena e apavorada porque realmente foi difícil. Então a discriminação que eu senti, foi uma discriminação contrária, por que eu fui recebida com muito carinho, com flores, com poesia, enfim, com muita festa, foram muito cavalheiros comigo, então isso não deixa de ser uma discriminação porque homem nenhum é recebido assim, era uma discriminação gostosa, mas era. Não era pra eu estar ali como senadora, era pra eu estar ali digamos como uma dama, porque era bonito, por ser a única mulher e elegante, enfim, não era pra competir (informação verbal)<sup>52</sup>.

A chegada de Eunice Michiles apesar de ter sido muito festejada por todos, não deixou de representar um descontentamento para os seus colegas que nunca tiveram visto uma mulher naquele parlamento. Sua presença não foi planejada, muito menos esperada, tanto que, até as condições do espaço físico estava totalmente despreparado para recebê-la. Eunice nos conta sorrindo que “[...] nas dependências do plenário não havia banheiro feminino, tiveram que mandar construir as pressas. Foi uma correria [...]” (informação verbal)<sup>53</sup>. Esse fato tornou-se manchete em jornais e revistas do Brasil e do mundo, pois estava ali marcado nas estruturas físicas do Senado que aquele lugar jamais esperava a presença de uma mulher.

Nas análises de Mill (2006, p. 121) “[...] o padrão do cavalheirismo é o único e totalmente capaz de mitigar as influências desmoralizadoras da posição de subordinação da mulher”. O cavalheirismo por muitas vezes foi usado como camuflagem do comportamento machista que prevalece nas instituições. O pensamento androcêntrico tem papel central na nossa vida pública, pois dita o funcionamento das instituições, interfere na divisão do trabalho e do comportamento nas relações interpessoais. Durante décadas, o Senado brasileiro foi um espaço eminentemente masculino, despreparado para receber uma mulher que discutisse e compartilhasse com seus colegas os grandes assuntos políticos da época, recebe-la naquele momento, ainda que com toda cordialidade, não apagou a imagem de dúvidas e incertezas que os senadores da época tiveram.

Após 75 anos da conquista do direito ao voto pelas mulheres, o Brasil ainda convivía com o preconceito e a baixa representação feminina no parlamento. A discriminação feminina não se apresentava somente nas atitudes e nos hábitos culturais das pessoas que ali fizeram um espaço de poder historicamente ocupado por homens, mas na sua própria estrutura física que sequer foi preparada para receber uma mulher.

Mill (2006) traz uma discussão em torno do papel da mulher na sociedade dizendo que a submissão das mulheres foi construída, forjada pela ideologia do patriarcado. Para o pensador não havia argumentos que justificassem a sujeição do gênero feminino ao masculino. Para ele, “[...] quanto à participação política feminina, a submissão das mulheres não é algo que foi firmado na experiência, pois nunca existiu um governo só de mulheres que ficasse comprovado que as mulheres são incapazes de se envolverem em questões políticas.” (MILL, 2006, p. 19).

A chegada de Eunice Michiles ao Senado, também foi uma abertura para a discussão sobre a ascensão da mulher no parlamento. Sua chegada ao Senado contribuiu para que mais mulheres no Estado do Amazonas se interessassem pela política. Essa ampliação dos interesses femininos nas discussões políticas favoreceu a luta feminista no estado.

Já como senadora, Eunice Michiles enfrentou o medo do desconhecido, pois estava novamente sendo uma desbravadora numa selva, cujos perigos não estavam mais na floresta, no tempo de viagem pelos rios da Amazônia, apesar do deslocamento entre Manaus e Brasília, mas em ter que conviver harmoniosamente com aqueles que de alguma forma se sentiam donos daquele espaço e que não se agradavam de tê-la como uma colega de trabalho. Mesmo após 36 anos da posse da primeira mulher no Senado, as desigualdades, e os desafios ainda persistem. Infelizmente o parlamento brasileiro ainda não evoluiu em relação ao quantitativo de mulheres no poder.

A chegada da primeira mulher à Presidência da República foi resultado de muita luta, fato que levou Dilma Rousseff a incluir no seu discurso de posse a intenção de promover as mulheres. As palavras da presidenta foram transformadas em piada pela imprensa que qualificou seu governo de “República do Salto Alto” (OULALALOU, 2011, p. 33). Mesmo com sua

reeleição, com a criação de projetos sociais e de políticas públicas que buscou oferecer melhores condições de vida para as mulheres, não podemos considerar que o atual patamar de representação política feminina seja satisfatório, pois o maior indicador dessa assimetria de gênero na política continua sendo o baixo número de mulheres eleitas e/ou desempenhando cargos políticos.

O Brasil tem uma vasta história de mulheres pioneiras na política. No Amazonas, a senadora Eunice Michiles pôde contribuir para que muitas outras mulheres pudessem pensar em fazer parte desse espaço até então restrito a presença feminina. Os desafios ainda continuam, Eunice como uma mulher pioneira teve que enfrentar muitos obstáculos e o maior deles foi desenvolver o mesmo papel que todos os demais senadores desempenhavam no Senado. Estava ali a primeira senadora do Brasil, representante do maior estado do país, porém, sem protagonismo sob o ponto de vista político o que favorecia as atitudes preconceituosas sobre ela, mas a senadora buscou através de suas convicções, defender e lutar para transformar em projetos a sua plataforma política que tanto defendeu em campanha.

## **O preconceito de gênero e a luta de Eunice Michiles para firmar-se como senadora**

A chegada da primeira mulher ao Senado brasileiro foi transformada pela mídia em um verdadeiro acontecimento social. O que normalmente era para ser uma simples cerimônia de posse tornou-se numa badalada festa entre os parlamentares e a imprensa. Flores e poesias, algo nada comum na casa parlamentar demonstrou o quanto a presença de uma mulher naquele espaço não era esperado.

Não era mais um parlamentar chegando a casa, mas uma mulher, alguém que ninguém jamais até então, imaginou que estaria ali. Jornais e revistas da época noticiaram a chegada de Eunice Michiles, a primeira senadora do Brasil. Apesar da demonstração de carinho no dia de sua posse, Eunice Michiles, logo deparou-se com o seu mais novo desafio: o preconceito.

O poder tem como fonte as relações mais variadas e também pode assumir diversas formas. No campo político, essas relações de poder tem como objetivo a opressão a aqueles que encontram-se em desvantagem. “Considerando a sujeição das mulheres aos homens um costume universal, qualquer divergência deste ponto de vista parece ser naturalmente incomum.” (MILL, 2006, p. 29).

A presença feminina no cenário político é resultado de muita luta do movimento feminista brasileiro que em 1934 conseguiu eleger a primeira mulher para o congresso nacional, a médica Carlota Pereira de Queiroz. Sua eleição apesar de ser considerada um marco na história de conquistas do movimento de mulheres, o nível de participação feminina na política tem se mantido baixo no decorrer dessas décadas, o que contribuiu para o aumento das discussões sobre a desigualdade de gênero nos cargos de poder representativo no âmbito do parlamento.

Uma pesquisadora estudiosa do tema mulher e política chama a atenção para o fato de que, “[...] a presença feminina dentro do parlamento atualmente ainda é muito tímida do ponto de vista numérico. Entretanto, essas poucas mulheres tem feito um diferencial muito grande principalmente quando se considera as questões partidárias.” (informação verbal)<sup>54</sup>.

Eunice Michiles, assim como Carlota de Queiroz e tantas outras pioneiras foi uma desbravadora, mas também sofreu todos os tipos de preconceito por ter sido a primeira mulher a passar pelos corredores do Senado Federal. A vida política durante muito tempo esteve sob o monopólio dos homens, vencer esse obstáculo foi preciso muita luta principalmente daquelas que se propuseram a romper com esse monopólio, “[...] o lugar da opressão é também o lugar da resistência.” (SCHUMAHER, 2015, p. 16).

Na chegada de Eunice ao Senado, a imprensa responsabilizou-se de registrar cada fato, momentos e atitudes da primeira senadora do Brasil, pois cada deslize ou gafe que possivelmente Eunice Michiles viesse a cometer se tornaria uma grande manchete de jornal e capa das principais revistas do país. Para a imprensa, o interesse não estava em mostrar a parlamentar, seu trabalho, sua história, mas a mulher em um espaço masculino, sua postura, sua vestimenta, a forma de se comportar e de gesticular, que não poderia fugir dos padrões exigidos da época. Em entrevista a Perrot (1998, p. 118), Lebrun afirma que

O acesso das mulheres ao poder político sempre e em toda parte foi difícil. A cidade grega, primeiro modelo de democracia, excluía-as radicalmente. No mundo contemporâneo, a participação das mulheres nas instâncias representativas está longe de ser igual em todos os países.

O gênero é um dos elementos que estruturam a identidade social e individual e que a preocupação com a desigualdade de gênero e especialmente com a desvalorização das representações do feminino leva-nos a considerar múltiplos aspectos como: a desvantagem social, econômica e política, bem como as situações de opressão específica de gênero que ainda se abatem sobre as mulheres. Essa desigualdade de gênero tem colocado as mulheres em situação de desvantagem no que diz respeito ao seu espaço na política.

A história tem nos mostrado que mesmo aquelas mulheres que conseguem entrar nos espaços de poder, os desafios enfrentados por elas em consequência de seu sexo tem tornado sua luta bem mais árdua principalmente no campo da política. A casa parlamentar que durante muito tempo foi dominada por homens traz em sua estrutura ideológica, a cultura do machismo e do patriarcado que menospreza e exclui a presença feminina da política.

As mulheres se deparam com os desafios da política desde o momento de sua filiação a um partido. Enquanto candidatas sofrem rejeição por parte dos demais candidatos, são preteridas do recebimento de verbas para financiamento de campanhas, algumas não dispõem de tempo suficiente nos meios de comunicação para apresentar suas propostas, ou seja, já entram em desvantagem com relação ao sexo masculino.

Enquanto parlamentar cabe às mulheres mostrar ser autossuficientes em suas ações, pois naquele espaço, todos podem cometer erros e cometem, mas sendo uma mulher, lhe recai a culpa de não ser suficientemente capaz em razão de sua natureza ser considerada frágil e despreparada para estar presente na casa parlamentar já que política é coisa de homem.

Eunice Michiles nos relatou em entrevista que por diversas vezes suportou os comentários de que apenas chegou ao Senado em decorrência da morte de João Bosco, não só dos opositores, mas dos próprios correligionários de seu partido. Indagada sobre esse assunto a ex-senadora revela o seguinte:

As eleições naquela época eram realizadas através de sublegendas com três candidatos na chapa. Eu não me candidatei por vontade própria, fui convidada e convencida a fazer parte da sublegenda porque eles sabiam que eu conseguiria muitos votos de Maués. Eu aceitei e me envolvi na campanha tanto que foram os meus 32.819 votos que a ARENA conseguiu vencer o MDB e assim, eleger o candidato João Bosco. Se aqui eu cheguei é porque também contribuí com isso (informação verbal)<sup>55</sup>.

As mulheres enquanto candidatas assumem o compromisso de realizar um bom trabalho já que sabem que estão em desvantagem com relação aos homens, mas em muitos casos, são elas as grandes responsáveis pelo crescimento do partido quando conseguem um expressivo número de votos, mas ainda sim, são menos valorizadas em campanhas. Os estudos de Tabak

(2002) apontam que, a presença de mulheres junto aos partidos políticos se faz relevante quando os mesmos precisam da imagem feminina para angariar votos. Não há interesse em investir na ascensão política das mulheres junto ao partido e essa postura machista tem excluído elas do cenário político ou tornando-as candidatas coadjuvantes como ocorreu com a nossa personagem, mas uma fatalidade a colocou exatamente onde nenhum homem esperava.

O Senado até a chegada de Eunice não contava com a presença de mulheres diferentemente da Câmara de Deputados que já constava com algumas deputadas. A imprensa foi determinante ao mostrar não uma senadora, mas uma mulher que era obrigada a estar sempre bonita e elegante. Algumas vezes, essas exigências tornavam a vida de Eunice no Senado bem difícil. De acordo com a própria Eunice,

Por ser a única mulher e pela exigência da imprensa com relação a minha aparência, eu tinha que estar quase que diariamente no salão. Era tudo muito corrido e certo dia eu cheguei atrasada para uma votação, fui severamente repreendida por um colega. Eu fui logo me retraindo, me recolhendo. O outro colega bem mais antigo na casa se aproximou e disse: minha filha não permita que falem assim com você, pois você é tão parlamentar quanto ele. Esse fato me marcou (informação verbal)<sup>56</sup>.

Lebrun, em entrevista a Perrot (1998, p. 22) afirma que “[...] a mulher no espaço público tem quase um dever de beleza”. Eunice mesmo em condição de igualdade com relação ao seu colega parlamentar, sentiu-se inferior a ele por ter chegado atrasada para sua atividade parlamentar. O comportamento retraído das mulheres às vezes é reproduzido por elas sem sequer notarem já que culturalmente a mulher sempre foi vista de forma inferior ao homem. Sua reação retraída é o que Bourdieu (2014) chamou de força do poder simbólico, essa força exerce um poder sobre os corpos sem precisar de coerção física. Um exemplo de poder sobre a imagem da mulher é a mídia que é responsável pela reprodução da concepção machista que exclui as mulheres dos espaços de poder, quando apresenta a imagem do sexo feminino como um ser fútil, sem capacidade de coordenar, administrar ou dialogar, pois a tribuna é visto como um local destinado aos grandes oradores, aos homens do parlamento.

Costa (1998) aponta que o sistema patriarcal é o responsável em manter estereótipos que caracterize a personalidade feminina. Esses estereótipos, segundo a autora, “[...] permitem a mulher desenvolver satisfatoriamente seu papel na esfera doméstica [...] e não prepara totalmente para a atividade política, essência da esfera pública, onde as relações se dão à imagem e semelhança do mundo masculino.” (COSTA, 1998, p. 49).

A naturalização do patriarcado nas instâncias de poder político têm tornado cada vez mais forte a opressão de um sexo sobre o outro, sobretudo a mulher que em decorrência das crenças e religiões é vista como ser passível a esse sistema de regras que determina o tipo de comportamento e até a forma como se vestir da mulher. Algumas mulheres até precisam adotar algumas estratégias para se vestirem adequadamente nesses espaços, como assinala Eunice Michiles: “[...] eu usava muito o blazer por cima do vestido ou conjunto de blusa e saia, pois era proibido o uso de calças compridas por mulheres dentro do plenário.” (informação verbal)<sup>57</sup>.

Figura 5 - Eunice no Senado Federal





Fonte: Barbosa (2006).

Eunice Michiles durante suas atividades no Senado adotou o uso do blazer quase que diariamente como forma de se adequar as normas da casa parlamentar. Sua indumentária era muito observada pelos próprios senadores e pela imprensa que se preocupava em mostrar somente a beleza de Eunice. Em meados de 1800, na França proibia-se o uso de calças por mulheres. “Elas eram obrigadas a obedecer ao código de urbanidade que ditava como uma mulher deveria se vestir, uma mulher deve em primeiro lugar vestir-se como uma mulher.” (PERROT, 1998, p. 43). Para ser uma dama respeitável na sociedade, sua boa aparência e uma indumentária impecável torna-se uma obrigação. As décadas de 1970 e 1980 também ficaram conhecidas por outro tipo de ditadura, a da alta costura. Clodovil, Dener e Matteo Amalfi, considerados os políglotas da moda, foram os estilistas e costureiros de várias esposas de políticos como Nicéia Pitta, Rosane Collor, Sylvia Maluf. Esses

grandes nomes da alta costura ditavam a moda feminina na época, principalmente da alta sociedade.

Para Dias (2010, p. 222) “[...] a feminilidade e a masculinidade são construções culturais aprendidas no tempo e no território”. Ao longo do tempo a sociedade construiu valores que determinam comportamentos normais, aceitáveis e esperados para cada sexo. A desigualdade entre os sexos é a mais velha forma estruturada de desigualdade social, pois criou tratamento distinto para homens e mulheres na sociedade, esperando padrões de comportamento diferentes de cada um.

Eunice Michiles deparou-se com as exigências de assumir um papel de feminilidade pautado na opressão. Para conseguir garantir seu espaço na política, posicionou-se contra a postura masculinizada existente no parlamento, mas sentiu que aquele lugar a cada dia se tornava em um espaço de contradições, entendeu que não precisava mais recuar diante de seus colegas e que merecia o mesmo respeito e atenção por parte dos membros da casa parlamentar. Mas a desconstrução desses papéis é algo que ocorre de forma muito lenta, já que as normas já estão pré-estabelecidas.

O pensamento machista no decorrer da história fez com que as mulheres ficassem relegadas a esfera privada, impedidas de atuar no mundo público e isso consequentemente, sem acesso as estruturas de poder político. A democracia desde suas origens tem excluído as mulheres da política (DANTAS, 2011).

Em plenário, Eunice realizou vários discursos opondo-se às diferentes formas de opressão sofrida pelas mulheres na sociedade. Lutou pela ascensão da mulher na política e mercado de trabalho, mas também sofreu muitas críticas por parte do movimento feminista que na época posicionou-se contra ao regime de governo militar. Como membro de um partido de apoio ao sistema, Eunice Michiles por longos anos não foi bem vista pelas mulheres que não viam a senadora como uma militante e defensora das causas feministas, seu posicionamento era encarado pelo movimento um tanto quanto conservador e isso não agradou as feministas<sup>58</sup>.

Luzarina Varela, 55 anos, militante do MUSA e membro da Pastoral da Mulher Operária, deixa claro que “[...] nunca houve nos movimentos de

mulheres do Amazonas nenhuma aproximação com a senadora, pode ter vindo de outros movimentos, mas não daqueles movimentos que estávamos juntas na linha de frente.” (informação verbal)<sup>59</sup>.

Eunice enquanto deputada estadual assumiu a coordenação do movimento Encontro de Vivência e Atuação Feminina (EVA). Movimento bem diferente dos demais tinha como objetivo realizar visitas aos enfermos nos hospitais e realizar eventos beneficentes. Tinha como objetivo discutir sobre a atuação feminina, as condições, as oportunidades e as dificuldades no meio político para as mulheres.

Figura 6 - Eunice coordenando o I Encontro de Vivência e Atuação de Lideranças no Teatro Amazonas em Manaus



Fonte: Acervo de Eunice Michiles (1975).<sup>60</sup>

O movimento EVA foi muito criticado já que não tinha uma discussão feminista e era visto apenas como um grupo de mulheres burguesas realizando assistencialismo em troca de votos. Perguntamos a Eunice Michiles o que foi o movimento EVA, ela respondeu nos seguintes termos: “[...] não foi um movimento muito expressivo, mas realizamos algumas coisas, porém, logo o

movimento se diluiu, pois éramos acusadas de querer ganhar votos através das nossas ações.” (informação verbal)<sup>61</sup>.

Ser mulher não é sinônimo de ser feminista, o feminismo é diferente de feminino e essa diferença talvez tenha contribuído para com a opressão das mulheres na sociedade, na medida em que muitas delas sentiram medo de assumir uma simpatia pelo movimento feminista. Eunice nunca se intitulou uma feminista, apesar de ter defendido os direitos das mulheres tanto em campanha e durante sua passagem pelo parlamento brasileiro.

A ascensão das mulheres na política, por exemplo, se deve ao movimento sufragista brasileiro que durante anos lutou pelo direito das mulheres ao voto e de serem votadas. Essa conquista ainda não tem nos mostrado um quantitativo satisfatório de mulheres no parlamento, mas tem contribuído para o aumento do debate sobre a participação feminina na política. As organizações de mulheres que se levantaram em oposição ao militarismo autoritário construíram e formaram grupos que consolidaram os interesses e as demandas femininas, propiciando uma maior articulação delas na arena pública. Aos movimentos de mulheres coube denunciar a distinção entre mulheres burguesas e as mulheres economicamente desfavoráveis.

A ditadura militar nos seus 21 anos de governo, apenas governou em favorecimento das classes abastardas, deixando as classes economicamente desfavoráveis sem poder gozar dos mesmos direitos e acessos aos meios de bens e serviços. Para o movimento de mulheres da época, Eunice por representar o governo, não trataria dos assuntos feministas que se reivindicavam na época. Eunice esclarece como foi sua relação com o movimento na época, nos seguintes termos:

Hoje nem se fala tanto sobre o feminismo, mas na época era muito forte a presença das feministas. Eu sempre fui defensora dos direitos das mulheres, da ascensão da mulher, mas eu não me colocava naquela posição de mulher versus homens e na época era assim. Eu sofria muito com essa questão de eu ser ou não feminista. Outra coisa que eu não defendia e que eu era muito criticada era a questão da legalização do aborto, eu não era a favor do aborto, eu era a favor do planejamento familiar. Como elas eram muito aguerridas

com a questão do aborto, então eu ficava um pouco de fora (informação verbal)<sup>62</sup>.

O feminismo tem sido rotulado desde sua formação como um movimento de oposição aos homens o que não procede já que sua ideologia está pautada na luta pela universalização de direitos entre homens e mulheres, seja nos espaços domésticos ou fora dele. A história das mulheres é uma história de luta e combate às diferentes formas de manifestação e opressão, e não de oposição ao sexo masculino. Para Biroli (2014, p. 109).

A defesa da autonomia das mulheres nas abordagens feministas é acompanhada de críticas e redefinições do ideal liberal. São críticas que ora destacam sua pouca efetividade nas sociedades liberais reconhecendo, no entanto, seu valor como orientação normativa, ora defendem que ele expressa um ideal masculino de afirmação da individualidade, que seria distante das experiências e dos interesses de muitas mulheres.

Eunice atribui sua rejeição por parte do movimento feminista ao fato de ela não se posicionar com relação a algumas discussões que na época eram reivindicações dos movimentos de mulheres. Ressalte-se que, nesta época, o movimento feminista não era totalmente unitário e homogêneo, ainda que todas lutassem contra a opressão, havia divergências ideológicas com bandeiras de luta consideradas burguesas e/ou moralmente inadequadas, como o aborto. Para Foucault (1984, p. 26) a moral trata-se de “[...] um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos”.

O debate sobre o aborto pelo feminismo é visto como um desdobramento da visão das relações entre esfera pública e privada. Muitas feministas vêm destacando que “[...] a maternidade vem sendo, ao mesmo tempo, um aspecto na vida e da identidade de muitas mulheres e forte controle e da opressão por parte do Estado e dos homens que lhe são próximos.” (BIROLI, 2014, p. 122).

Eunice sempre se posicionou contra o aborto, tal como ela mesma esclarece: “Eu defendia o planejamento familiar exatamente para que as mulheres não precisassem abortar.” (informação verbal)<sup>63</sup>. O fato de ser evangélica e ter feito parte da bancada de apoio ao governo, talvez explique

seu posicionamento já que eles promovem uma visão conservadora da vida, em grande parte amparada em concepções sexistas que o feminismo procura superar (DWORKIN, 2009).

Perguntamos a Eunice Michiles se ela considera-se feminista e sua resposta foi taxativa: “[...] me considero feminina.” (informação verbal)<sup>64</sup>. Seu posicionamento em torno do que venha a ser o feminismo levanta discussões sobre o paradoxo da participação de mulheres no parlamento, pois ainda que houvesse um aumento da presença feminina nesses espaços de poder, não significaria que seriam mulheres feministas.

Ainda que não se julgue uma feminista, Eunice e outras parlamentares participantes desse estudo não se declararam feministas, mas confirmaram que durante a sua militância partidária e política sempre defenderam os direitos das mulheres. Eunice também foi uma parlamentar que travou uma luta no parlamento em defesa dos direitos das mulheres que na época eram poucos debatidos na casa parlamentar.

A luta de Eunice para ser reconhecida no Senado foi grande, pois o título de primeira senadora do Brasil não lhe garantiu dentro do parlamento, direitos de igualdades entre os demais senadores. “[...] eles me tratavam muito bem, um dia era bombons, outro dia eram flores, mas não me enxergavam como uma parlamentar igual a eles.” (informação verbal)<sup>65</sup>. Essa não aceitação por parte dos colegas vem ratificar o quanto os espaços de poder político são conservadores e excludentes.

O preconceito de gênero encontra-se tão arraigado em nossa cultura que a mulher ficou, durante muito tempo, isolada na vida doméstico/privado ficando impossibilitada de participar e ter acesso a determinados espaços da vida social. As mulheres que reagiram as práticas excludentes advinda do discurso dominante que menosprezava a participação da mulher dentro do sistema de produção ou político foram as que mais sofreram com a discriminação (MARTINS, 2011).

Eunice Michiles ascendeu à elite política num momento desfavorável às mulheres em face da ditadura militar, sofreu críticas e preconceito por suas escolhas partidárias até mesmo dentro do próprio parlamento. A deputada federal pelo MDB a pernambucana Cristina Tavares Corrêa fez duras críticas

ao posicionamento de Eunice Michiles considerado por ela, neutro e conservador, muito distante daquele defendido pela deputada. Conhecida como uma mulher ousada pela resistência parlamentar ao regime militar, Cristina Tavares foi uma das parlamentares no Congresso Nacional que mais teceu críticas a senadora Eunice. A deputada federal que tinha apoio dos movimentos feministas foi uma das parlamentares que também muito discutiu sobre a desigualdade de gênero nas instâncias de poder político. Naquela época poucas mulheres conseguiram entrar nesse espaço de poder e menos ainda quem era do partido de oposição ao governo.

Quase vinte anos após a posse de Eunice Michiles, com o objetivo de diminuir a disparidade de gênero na política partidária, criou-se a política de cotas no Brasil, considerada uma modalidade de ação afirmativa que garante vagas para as mulheres no sistema político, sendo uma das temáticas centrais das discussões de gênero por parte dos movimentos feministas (FERREIRA, 2010). Em 1995 com a aprovação da Lei 9.100 de 29 de setembro, que garantiu a cota de 20% de gênero nas chapas das candidaturas, veio possibilitar que mais mulheres pudessem se inserir na política.

Após dois anos, em 1997, aprovou-se a Lei 9.504, de 30 de setembro, alterando o quantitativo de 20% para 30% da cota de gênero. Porém, os dados obtidos a partir dos resultados das eleições no país, demonstram que apenas a aplicação da lei não é o suficiente para que se garanta a ocupação por mulheres junto às instâncias de poder político. Em entrevista a ex-senadora nos revelou que não concorda que se criem leis ou algum mecanismo para possibilitar a presença de mulheres na política. “Mulher pega no laço apenas para preencher uma cota não as deixa em caráter de igualdade na política.” (informação verbal)<sup>66</sup>.

Eunice apesar de defender no Senado alguns direitos das mulheres mesmo num momento em que a sociedade cobrava do poder público mais direito feminino, como mulher sentiu-se desprivilegiada com relação aos seus colegas parlamentares, pois o preconceito por parte dos “homens da casa” não lhes possibilitou um melhor reconhecimento pela sociedade. Muitos desconhecem sua história como senadora, pois ela lutou com resistência para se firmar como parlamentar num espaço completamente cheio de regras que excluiu durante muito tempo as mulheres.

A imprensa, apenas demonstrou interesse em passar a imagem de uma mulher bonita, bem vestida e bem educada. Em alguns momentos o interesse em sua vida pessoal era quase que impossível não falar. Como mulher e divorciada na época, a senadora por algumas vezes sentiu-se constrangida pelos questionamentos da imprensa sobre não ter casado. Para a imprensa o estado civil da senadora também gerava algumas polêmicas, ela era a única mulher naquele recinto e não se livrou de olhares e galanteios por parte de seus colegas. Sobre esse fato, Eunice Michiles revela o seguinte: “[...] certo jornalista me perguntou sobre como era viver sem um amor, eu cordialmente respondi que ninguém vive sem um amor e sorri.” (informação verbal)<sup>67</sup>.

Arendt (2010) chama a atenção para o fato de que, o mundo moderno ao tentar tornar os seres humanos iguais do ponto de vista social e não político rompe com a base do pensamento grego da divisão entre os domínios da vida pública e os da vida privada. Ainda que Eunice tentasse manter sua vida pessoal preservada, sua condição de pessoa pública não a permitia, pois a imagem pública se impõe ao desvendar da vida íntima, como destaca Malatian (2001).

Em entrevista ao jornalista Ricardo Westim, do Jornal do Senado, em 2011, Eunice fala da desvantagem com relação aos seus colegas na hora de discursar. “Na minha época eu não podia me expor muito, tinha que ter modos, falar calmamente. Eu não podia alterar a voz para debater de igual para igual com os senadores”<sup>68</sup>. Lebrun em entrevista a Perrot (1998, p.129) nos diz: “Tão logo uma mulher toma a palavra, todos se preparam para se aproveitar de suas dificuldades. Sua voz, seus gestos, seu look, todo o seu corpo é objeto de um exame em que predominam o irônico e o vulgar”.

A condição feminina na década de 1980 que antecede a Constituição de 1988 era totalmente desigual em relação aos homens. A própria casa parlamentar como vimos, por longos anos excluiu as mulheres dos espaços de poder e decisão. A chegada de Eunice Michiles ao Senado possibilitou uma abertura para que outras mulheres pudessem ascender à carreira política. O processo de emancipação feminina é longo, principalmente nos espaços de poder político, onde suas estruturas ideológicas ainda se encontram sob ideologias conservadoras.



Em plena ditadura militar, ser a primeira mulher a adentrar ao Senado brasileiro significou um grande avanço, Eunice conseguiu esse intento e enfrentou aqueles que queriam invisibilizá-la.

## **A plataforma política de Eunice Michiles e seus projetos no Senado**

Em campanha, Eunice Michiles percorreu vários municípios do interior do Amazonas, ouviu muitas famílias, conheceu seus anseios e pôde constatar que, ao longo dos anos, aquela população ainda vivia isolada não por vontade própria, mas pela falta de políticas públicas de inclusão que beneficiassem essas comunidades. O poder público, ainda que de forma insatisfatória, buscava atender as necessidades daqueles que moravam na cidade deixando a população do interior do Amazonas totalmente desassistida. Em sua passagem pela Amazônia em 1905, Euclides da Cunha concebeu a realidade totalmente antagônica entre a cidade de Manaus da qual ele chamou de “uma cidade estritamente comercial e insuportável” e a floresta, cujas condições de locomoção, social e econômica eram muito restritas e deficientes<sup>69</sup>.

Mais de 70 anos depois da passagem do naturalista pela região Amazônica, uma mulher constata a mesma situação de abandono dos povos amazônicos. Enquanto morou em Maués, Eunice pôde vivenciar as grandes dificuldades de locomoção e de comunicação do interior do Amazonas com o resto do Brasil. Essas experiências vivenciadas por ela durante os 16 anos em que viveu no município fez com que ela levasse à tribuna o seu descontentamento com o descaso sofrido pelo povo amazônida por parte do poder público federal.

Eunice Michiles chegou ao Senado assumindo uma grande responsabilidade que era defender a abertura política e a anistia. Defender tais direitos, num momento em que o Brasil ainda se encontrava sob o domínio da ditadura militar era algo não esperado de uma mulher, e ainda, membro do partido de apoio ao próprio regime. No seu primeiro discurso, a senadora falou sobre suas três bandeiras de luta: a Amazônia, a liberdade religiosa e a ascensão da mulher. Na época, foram considerados temas polêmicos, pois o primeiro abriria a discussão no Senado sobre a condição de isolamento

geográfico em que a Amazônia sempre esteve submetida com relação aos demais estados brasileiros.

Alguns municípios até o início da década de 1980 não possuíam agências dos correios o que dificultava a comunicação dos moradores com parentes residentes na capital e outros lugares. Como filha adotada por Maués a senadora também não deixou de defender o maior patrimônio da cidade: o Guaraná.

O guaraná (*waraná*)<sup>70</sup>, é considerado uma das heranças mais significativas para os índios Sateré-Mawé<sup>71</sup>, primeiros habitantes da região que hoje compreende a cidade de Maués, Barreirinha e Itaituba no Pará (BOTELHO; WEIGEL 2011). Os Sateré-Mawé foram os pioneiros no plantio de guaraná para o consumo, transformando o guaranazeiro, uma trepadeira nativa da Amazônia, em arbusto cultivado. Como fruto nativo da Amazônia o guaraná foi descoberto pelos índios Sateré-Mawé e hoje é conhecido internacionalmente. O guaraná é uma força integradora da sociabilidade, do coletivo e das decisões políticas. “É nucleador das relações sociais e de poder, está presente nos atos cruciais de elaboração social dos Sateré-Mawé.” (TORRES, 2014, p. 29).

Um dos seus primeiros discursos no plenário em 1979 foi em defesa do desenvolvimento do cultivo do fruto em respeito a cultura indígena.<sup>72</sup> Após dois anos, Eunice propôs a criação da Superintendência do Guaraná, a proposta tinha como objetivo cuidar da política de produção e comercialização do guaraná. Infelizmente o projeto tramitou por longos sete anos e foi arquivado (BARBOSA, 2006). A aprovação de projetos voltados para beneficiar a Amazônia, sempre esbarrou em entraves políticos, pois ainda que tenha se passado longos anos, o Amazonas tem sofrido grandes perdas decorrentes dos interesses econômicos e políticos que visam beneficiar apenas os estados do sul e sudeste.

Assuntos relacionados também a ecologia até 1979 eram poucos debatidos no Senado, Eunice Michiles por diversas vezes discursou em defesa da fauna e da flora brasileira, inclusive com relação à Amazônia. Criou o projeto que obrigava a discussão de assuntos ecológicos nas escolas de ensino fundamental e médio. Como professora em Maués, Eunice percebia a

importância de educar os alunos para a conservação dos meios e recursos naturais existentes na floresta.

Sua segunda bandeira de luta esteve relacionada com a sua religião. Eunice defendia a liberdade religiosa que incluía o direito de guardar os sábados<sup>73</sup> e o direito de expressão, a liberdade de culto e defendeu os direitos das igrejas se organizarem sem interferência do Estado<sup>74</sup>.

Em entrevista a jornalista Henrienne Barbosa para a revista eletrônica Dialogue<sup>75</sup>, Eunice afirmou que acredita que é através da política que a comunidade cristã tem a oportunidade de colocar em prática os ensinamentos bíblicos e promover a paz nas mais diversas esferas.

O envolvimento das igrejas evangélicas com a política pôde ser percebido a partir da década de 1980. Atualmente a relação religião e política tem se tornado cada vez mais estreita. Com argumentos de que precisa de representantes políticos para ajudar as igrejas a enfrentarem as perseguições políticas e jurídicas<sup>76</sup>, a cada eleição um número bastante expressivo de candidatos evangélicos têm suas candidaturas lançadas pelas igrejas, já que são elas que decidem quem irão apoiar<sup>77</sup>.

Por algumas vezes Eunice presenciou situações desconfortáveis, pois viu que muitos políticos se beneficiavam da religião para angariar votos, pedir concessão de emissoras de rádio e televisão. Ela mesma que explica esta situação. Vejamos:

[...] essa relação religião e política me enojava, pois as reuniões organizadas pelos colegas da bancada evangélica que deveria ser um momento de fé e oração, simplesmente era para pedir algo em benefício próprio, discordei e deixaram de me convidar para esses encontros (informação verbal)<sup>78</sup>.

Com o crescimento da participação dos evangélicos no parlamento, essas estratégias citadas por Eunice Michiles têm crescido, pois atualmente a maioria dos políticos que compõem a bancada evangélica conta com o direito ao acesso às emissoras de rádios e televisão para cooptar cada vez mais o número de fiéis, transformando-os em eleitores. De acordo com Cunha (2012), os evangélicos justificam a importância do uso dos meios de

comunicação como um recurso para a contenção de males que acometeria a sociedade brasileira. Para a autora, essas justificativas servem para propagar junto aos fiéis a importância deles votarem nos candidatos da igreja, pois essa seria a vontade de Deus. Destaque-se que “[...] as lideranças evangélicas se organizam em redes de relações sociais para atuar ativamente nas eleições.” (CUNHA, 2012, p. 9).

Eunice enquanto senadora apresentou alguns projetos que contemplariam as questões religiosas que tanto defendeu, porém seus projetos não foram aprovados mesmo tendo na bancada evangélica, políticos de peso e de sua mesma base política. No parlamento a possibilidade de aprovação dos projetos se dá a partir de grupos coesos capazes de se sobrepor aos interesses dos grupos de menor influência política. Mas ainda sim, Eunice não pôde contar com o aval de seus colegas de partido para aprovar seu projeto.

Atualmente o Congresso Nacional é formado por grande parte de parlamentares que compõem a bancada conhecida por Boi, Bíblia e Bala (BBB). Essa bancada, formada por políticos conservadores, tem buscado aprovar projetos para favorecer um grupo seletivo da sociedade brasileira que, através da troca de favores, tem se fortalecido no Congresso brasileiro.

A terceira bandeira defendida por Eunice Michiles no Senado foi em defesa da mulher. Enquanto candidata Eunice apresentou os seus principais anseios, defendidos desde quando foi secretária de trabalho e Serviço Social. São eles,

1. Que se divulgue o direito adquirido pela empregada doméstica, beneficiada pela Previdência Social;
2. Que se lute pelo cumprimento da lei que determina a criação de creches e escolas maternas num processo adaptado à realidade que parece se indicar que devem ser construídas nos bairros, próximo as casas dos trabalhadores;
3. Que se cobre o cumprimento do presidente Geisel que garante a estudante grávida o regime de exercícios domiciliares do 8º mês de gravidez até 2 meses após o parto;
4. Que a CLT a título de proteger a mulher não termine por prejudicá-la como no caso do trabalho noturno e dispensa a gravidez;
5. Que se retire do item IV do Art 219 da Lei Civil o dispositivo preconceituoso sobre a virgindade que dá direito ao marido de anular o

casamento por erro essencial;

6. Que se lute para que a mulher em igualdade de condições possa pleitear os mais altos cargos públicos como os Tribunais Superiores, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal Eleitoral, Tribunal Federal de Recursos e Tribunal Superior do Trabalho;
7. Que se incentive o Governo a adotar uma política de planejamento familiar para que deixe de ser privilégio de famílias abastadas;
8. Que se institua no Brasil a jornada de trabalho de 5 a 6 horas para a mulher dona de casa, com salários proporcionais. (MICHILES, 1979, s.p.)<sup>79</sup>.

Seu projeto em favor dos direitos das empregadas domésticas e pela redução da jornada de trabalho com salário proporcional também foi um dos que não passaram pela aprovação dos senadores, sendo rejeitado em 1985. Em 2013 as empregadas domésticas tiveram a ampliação de seus direitos sancionados pela presidenta Dilma Rousseff, representando uma conquista para as trabalhadoras domésticas brasileiras. Estudos realizados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (2009)<sup>80</sup> mostra que, apesar do crescimento econômico, da criação de políticas públicas destinadas a reduzir as desigualdades, as diferenças salariais relacionadas a gênero e etnia ainda persistem nos países latino-americanos. Eunice defendeu o trabalho feminino como um todo, mais oportunidades para que as mulheres pudessem se inserir no mercado de trabalho, dentre outros. No Amazonas, por exemplo, o Polo Industrial de Manaus passou a contratar muito mais mão de obra feminina que masculina, mas mantendo a desigualdade entre homens e mulheres. Nos últimos 10 anos ocorreu um crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, porém, tem se observado um paradoxo nestes tempos de reestruturação produtiva, pois “[...] ao passo que houve um crescente aumento dos postos de trabalho tanto nas áreas formais e informais também tem crescido uma expressiva precarização do trabalho.” (HIRATA, 2001, p. 143).

A mulher a partir do momento que sai dos espaços domésticos para inserir-se no mercado de trabalho acaba acumulando mais tarefas sobrecarregando-se com dupla jornada de trabalho. A incorporação da mão de obra feminina no trabalho fabril sem nenhuma contrapartida ao trabalho doméstico trouxe algumas perdas como a desintegração da família. O discurso

positivista que durante longos anos prevaleceu que as mulheres não tinham nascido para desempenhar papéis, que não fosse dedicar-se à família e ao casamento, caiu por terra após a revolução industrial.

Em discurso do dia 03/12/1980, a senadora Eunice Michiles defendeu o direito a jornada de trabalho reduzida para as mulheres nos seguintes termos:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a mulher representa hoje ponderável força de trabalho no Brasil: somos mais de 10 milhões de mulheres trabalhadoras. São mulheres que, dia a dia, lutam ao lado do homem para a manutenção de suas famílias e para o crescimento do País. – Este ingresso em massa da mulher no mercado de trabalho não a liberou, contudo, das obrigações do lar, menos ainda da missão de mãe e educadora dos seus filhos, conseqüentemente, vem acumulando jornada dupla de trabalho, sobrecarregada ainda pelo esforço da gravidez, do parto e do aleitamento.

Sem uma estrutura capaz de lhe dar apoio, tal como creches, escolas maternas e semi-internatos, muitas mulheres profissionais não têm conseguido conciliar a responsabilidade da profissão e do lar e têm abdicado da carreira em favor dos filhos, e quando voltam, se voltam, 8 ou 10 anos depois, estão absolutamente defasadas, frustrados os sonhos profissionais, resta-lhe ser uma funcionária de segunda categoria<sup>81</sup>

A senadora também posicionou-se contra outras formas de violência sofrida pela mulher. Em 1981, redigiu o Projeto contra a lei da virgindade.<sup>82</sup> Essa lei reduzia a mulher a uma simples condição de objeto nas mãos de seu marido.

Essa lei era absurda, pois o homem casava, aproveitava-se da mulher e depois de usar e brincar com o seu brinquedinho a devolvia, enquanto que a mulher era silenciada por imposição da justiça e nada podia fazer. Isso era uma violência! (informação verbal)<sup>83</sup>.

Ao longo da história do Brasil, mais precisamente no período colonial sob a égide do patriarcado, a mulher deveria obedecer ao pai e o marido. O domínio masculino era indiscutível, o sexo no matrimônio tinha como objetivo a procriação, o desejo e o prazer eram vetados às esposas, mas não

aos seus maridos que eram portadores de uma dupla moral já que podiam exercer a sua sexualidade como bem entendessem, inclusive fora do matrimônio. Ao passar dos anos, um novo modelo de família começou a ser preconizado, mas coube a mulher ainda ser submissa ao marido. A igreja fortificava essa concepção de submissão da mulher ao homem e o estado a fortalecia com suas leis altamente punitivas, quanto para a medicina as mulheres eram descritas como doentes perpétuas, histéricas, nervosas e incapazes de fazer abstração, de criar e acima de tudo, de governar, assim pondera Del Priore (2012).

Ressalte-se que além de todo o processo discriminatório sofrido pelas mulheres, a mídia ainda se encarregava de classificar as jovens em moças de família e moças levianas. À primeira cabia a moral, cuja inocência sexual era reservada somente ao seu futuro marido. A outra (leviana) seria aquela que se permitia ter intimidades com outros homens. Esse comportamento vai contra a moral dos homens que apesar de cometerem o adultério, não aceitavam tal comportamento de suas esposas, mesmo que o fato estivesse acontecido antes do matrimônio. Pinsky (2012, p. 613), salienta que “[...] a moral sexual dominante nos anos 50 exigia das mulheres solteiras a virtude, muitas vezes confundida com ignorância sexual e sempre relacionada à contenção sexual e à virgindade”. Essa situação de violência moral contra as mulheres legitimada pela lei perdurou por longos anos.

Sobre a Lei da Virgindade, Eunice Michiles teve seu projeto aprovado pelo Senado em 1981, mas somente entrou em vigor em 2003, quando o antigo Código Civil Brasileiro foi substituído pelo Art 1.557 do Novo Código Civil Brasileiro, o que acarretou anos de atraso e perdas a muitas mulheres que foram de alguma forma humilhadas pelos seus companheiros ao serem devolvidas aos seus pais. A sujeição das mulheres aos homens se estendeu a todas as etapas de suas vidas sendo fortemente endossada pela lei que via as mulheres como incapazes de decidir sobre suas próprias vidas. Contra essas e outras imposições a senadora por diversas vezes em seu discurso debateu o problema da violência contra a mulher, a desigualdade de oportunidades entre os gêneros, a desigualdade salarial entre homens e mulheres e se demonstrou contra as leis que tornavam a mulher inferior ao homem, inclusive submissa e dependente dele.



No Senado apresentou o Projeto de Lei 00048/1981 sobre o aval de cônjuge casado sobre o regime de comunhão de bens. Não sendo aprovado, o projeto foi arquivado no final de sua legislatura. Perguntamos a senadora Eunice Michiles a que ela atribui a não aprovação de seus projetos no Senado, obtivemos a seguinte resposta:

Ser pioneira tem lá o seu preço e eu paguei todos. Mas não me arrependo, lutei pela emancipação da mulher em todos os aspectos, argumentei, discurssei, criei projetos muito bons, mas eu era a minoria e defendendo o que pra eles não era interessante. Muitos ali ou se não todos vinham de uma concepção machista e aprovar direitos as mulheres era ir de contra mão as suas concepções. Mas na Constituinte tive a oportunidade de ter várias emendas aprovadas, eu já não era mais a única mulher, os movimentos feministas tiveram uma participação surpreendente na luta pelos direitos de igualdade e isso pesou um pouco porque a opinião pública tem peso (informação verbal)<sup>84</sup>.

A sociedade e o parlamento são instituições adrocêntricas matizados por uma moral burguesa que credita às mulheres o opróbrio do preconceito e discriminação. Muitos projetos têm ficado esquecidos porque não são considerados relevantes ou porque suscitaria certa polêmica que desgastaria o cenário político, como é o caso da lei de liberação do aborto que há anos perdura para ser votado, mas por envolver questões religiosas tem ficado arquivado. Quase três décadas após a chegada da primeira mulher no Senado, ainda se tem visto homens legislando para homens. As mulheres ainda continuam em minoria e essa disparidade de gênero tem acarretado inúmeras perdas não somente para as mulheres, mas para a sociedade.

A luta pela igualdade tem sido dentro e fora do parlamento, pois enquanto mulher, não basta eleger-se, mas conseguir ser ouvida, respeitada e receber os mesmos direitos como parlamentar. Quando uma única mulher num parlamento dominado por homens não consegue ter a aprovação de seus projetos em benefício do gênero feminino, significa a reprodução do machismo e do patriarcado que prevalece nesse espaço de poder. Ainda que, com todos os obstáculos, Eunice Michiles não se calou diante dos demais parlamentares que, por diversas vezes tentaram silenciá-la através de seus discursos contrários a senadora. Para a pesquisadora Mary Ferreira, a

senadora Eunice Michiles “[...] era uma pessoa extremamente destemida, muito corajosa e ousada.” (informação verbal)<sup>85</sup>.

Conforme análise de Miguel (2014, p. 63), “[...] desde as primeiras manifestações de inconformidade com a dominação masculina, as mulheres reivindicam acesso a liberdades iguais aquelas de que os homens desfrutam”. Essas liberdades tem sido conquistadas a longo prazo e de forma lenta. A maioria dos homens não quer legitimar direitos às mulheres por quê? Pois a partir do momento em que esses direitos são concedidos possibilitará às mulheres autonomia sobre si, sobre seus atos, o que para os homens é inaceitável.

A mulher ao longo dos séculos vem sofrendo com diferentes formas de violência e o aumento dos casos de violência doméstica contra a mulher foi um tema bastante debatido por Eunice Michiles no Senado. Na década de 1980 a legislação brasileira não enxergava a mulher como merecedora de direitos. Um ano após sua chegada ao Senado, Eunice discursou sobre a banalização dos casos de violência contra a mulher pela casa parlamentar e pelo próprio judiciário. Vejamos:

Senhor Presidente. Senhores Senadores

Sei que, nesta casa, foi instalada Comissão de Reforma do Júri, objetivando precisamente pôr um freio aos abusos ultimamente verificados, onde certos julgamentos de bárbaros assassinos de mulheres lograram transformar-se em palcos de diálogos-acadêmicos, inclusive com troca de encômios entre acusadores e defensores dos réus, como se, ali, se cogitasse de disputa intelectual e não de um julgamento onde a sociedade e a mulher, em particular fora agredida tragicamente. Estou certa de que a referida Comissão, que tem como Relator o eminente Senador Murilo Badaró, oferecerá solução a esse triste episódio, que vem denegrindo os nossos foros de país civilizado.<sup>86</sup>

Eunice cobrou do poder público que interviesse com relação ao aumento da violência doméstica no país. Pois o problema exigia ação governamental. Para Coelho (2006, p. 12), “[...] os problemas constitucionais já não podem ser considerados questões unicamente de poder, nem tampouco problemas exclusivamente jurídicos, pois são mesmo tempo políticos e jurídicos”. O poder político e direito relacionam-se de forma fundamental e essa relação faz

com que ambos estejam abertos a receber a intervenção um do outro. Nos casos de violência contra a mulher, por exemplo, tanto a lei quanto o poder público até meados da década de 1990, tem tratado o problema com certo descaso. Nos últimos 30 anos, quase 91 mil mulheres foram assassinadas no Brasil (WAISELFISZ, 2011).

Na década de 1980 no Amazonas, a luta do movimento de mulheres discutiu o combate à discriminação e às diferentes formas de violência sofridas pelas mulheres amazonenses. Uma das principais conquistas desse movimento foi a inauguração da Delegacia de Crimes Contra a Mulher (DCCM). No Brasil, movimento de mulheres reivindicavam um posicionamento das autoridades sobre as diferentes formas de violência cometida contra as mulheres e no Amazonas, o movimento feminista também se posicionou e exigiu das autoridades uma intervenção, pois até então, os casos de violência no país não eram tratados com devida importância pela lei que até antes da promulgação da Nova Constituinte era extremamente sexista. Para Ramos (1997, p. 61),

A violência contra a mulher está presente no dia a dia da vida e tem como único fim humilhar a mulher para que ela possa ser dominada. O código penal não protege a mulher contra as violências de espancamento da qual as mulheres são rotineiramente vítimas, essa impunidade tem sido, sem dúvida nenhuma, estímulo ao grande número de assassinatos de mulheres, cujos assassinos ficam impunes ao embasarem suas defesas na ‘legítima defesa da honra’. Não podemos encarar a violência contra a mulher como coisa natural, ou fazer de conta que não existe.

Diante desse quadro de violência, alguns grupos de mulheres de vários estados brasileiros entregaram à senadora Eunice Michiles, no dia 06 de abril de 1981, um documento assinado por 28 grupos de mulheres criticando a inoperância do judiciário com relação aos casos de violência contra a mulher ocorridos no Brasil. Essas reivindicações contribuíram para que fosse inaugurada a Delegacia de Crimes Contra a Mulher (DCCM) nas principais cidades brasileiras. Em Manaus a delegacia foi inaugurada no dia 07 de julho de 1987 e ainda que com grandes limitações, a delegacia foi uma das grandes conquistas do movimento de mulheres do Amazonas que tanto reivindicou a construção desse espaço. A década de 1980 foi muito importante porque nela

começou-se a pensar em conquista dos direitos de igualdade e garantias que por muito tempo foram negados aos grupos excluídos.

Observemos que os projetos apresentados por Eunice Michiles foram de grande importância para a melhoria da qualidade de vida da mulher, mas que para os grupos formados por homens que ali estavam não eram considerados relevantes, infelizmente o papel da mulher na sociedade naquele momento ainda estava muito submisso ao marido e aos espaços privados.

No dia 07/04/1980, em seu discurso sobre o Planejamento Familiar, a senadora cobrou do poder público, investimento em mecanismos capazes de inibir a taxa de natalidade no país. “[...] o tempo em que vivi em Maués, vi mulheres morrerem no momento do parto por darem à luz a cinco, seis ou mais filhos e muitos elas não queriam, mas não tinham como evitar.” (informação verbal)<sup>87</sup>.

Inquirimos nossa entrevistada sobre seu conhecimento com relação ao programa de esterilização de mulheres em idade fértil ela revelou o seguinte: “[...] eu defendia que fosse livre o poder de escolha das mulheres para utilizar o mecanismo que achassem melhor e o Estado teria apenas que arcar com esses mecanismos.” (informação verbal)<sup>88</sup>. Esse método por ser considerado um método contraceptivo irreversível, também conhecido como laqueadura foi alvo de muita divergência entre o Estado e a sociedade civil. Em Manaus, o projeto de esterilização vinha sendo executado pelo Hospital Universitário Getúlio Vargas e era um procedimento realizado em vários outros estados brasileiros, só sendo combatido na década de 1990 com a criação de uma CPI para investigar os estados que praticavam a esterilização de mulheres. No Amazonas, as mulheres que eram submetidas aos procedimentos de laqueadura eram as operárias do Polo Industrial de Manaus (PIM).

Eunice Michiles, enquanto senadora continuou a defender a importância de seus projetos. Alguns foram aprovados no Senado e após tramitarem pela Câmara Federal perderam a validade. Ainda com a não aprovação de muitos projetos enquanto senadora, Eunice que elegeu-se deputada federal em 1987 pôde comemorar a aprovação de vários projetos que vieram beneficiar as mulheres com a promulgação da Nova Constituição Federal de 1988.

### **SEÇÃO III: AONDE ANDA EUNICE MICHILES**

## **Depois do mandato constituinte, a perda de eleição e a saída da política**

Com o fim do mandato de senadora, Eunice Michiles, passou a investir na sua candidatura para deputada federal no pleito de 1986. O momento era propício à sua candidatura já que estava saindo do Senado e a sociedade, no entanto, mais participativa com relação aos assuntos políticos clamava por uma nova Constituinte e os partidos se demonstravam a favor da candidatura feminina, já que as mulheres voltavam à cena política através das reivindicações do movimento feminista que eclodiu na década anterior.

Eunice Michiles, Beth Azize e Sadier Hauache que foram as três mulheres eleitas para representar o Amazonas no Congresso Nacional demonstraram sabedoria ao trabalhar suas campanhas nos municípios do Amazonas e principalmente nas áreas rurais, onde os problemas sociais eram agravantes, podendo o assistencialismo gerar votos aos candidatos.

Uma campanha sempre requer disponibilidade e dedicação, e Eunice já se demonstrava familiarizada com as comunidades por onde passava. Eram encontros, reuniões e às vezes ela realizava palestras sobre o Planejamento Familiar, tema este, tão defendido por Eunice enquanto senadora. Muitos lugares percorridos por ela eram de difícil acesso, a área rural vivendo em constante abandono pelo poder público clamava por intervenção por parte do governo, que por longos anos deixou essa população vivendo às margens do esquecimento social.

A disputa foi acirrada tanto no município quanto no interior do Estado do Amazonas, pois eleger-se senador (a) e deputado (a) ficaria registrado na história desses políticos sua participação na elaboração da Nova Constituinte Brasileira. Homens e mulheres dedicaram-se intensamente em suas campanhas, porém, sabemos que política também se vence dependendo do valor dos

recursos oferecidos, das relações de poder e dos interesses dos supostos donos de partidos o que faz da política uma ambiguidade.

Vencer uma eleição exige do político tornar-se um verdadeiro caçador utilizando-se de meios ou armas que melhor lhe ajude atingir o seu alvo. No campo político, assinala Torres (2009, p. 206),

[...] o instinto político é devorador, quanto mais poder o indivíduo possui, mais ele quer. Mas, é preciso ter cautela e saber dosar a ânsia porque o poder é ambíguo, é um cadafalso que inflama absurdamente o ego do indivíduo e, num abrir e fechar de olhos, retira-lhes o chão.

Numa eleição não basta a vontade pessoal do candidato para eleger-se, normalmente ocorre uma discussão entre os membros dos partidos para que se decida qual candidato irão apoiar. Deve-se reconhecer que muito antes das convenções<sup>89</sup> os partidos já têm decidido qual será o candidato a concorrer às eleições recebendo o seu devido apoio.

No pleito de 1989, Eunice busca a reeleição tendo por base a sua experiência adquirida enquanto deputada estadual, senadora e deputada federal. Decidiu candidatar-se a reeleição ao cargo de deputada federal, mas não conseguiu se reeleger, despedindo-se da vida pública como parlamentar em 1990. Ela não esperava tamanho golpe, tinha realizado um bom trabalho e teve muitos de seus projetos aprovados para constar na Constituição Federal de 1988, mas chegava ao fim das atividades políticas de uma das mulheres mais conhecidas no cenário político brasileiro.

A derrota nas urnas as vezes significa que determinado político de alguma forma não tem reagido satisfatoriamente às demandas dos eleitores, é preciso entender seus anseios, suas necessidades que não são estáticas. O tempo vive em constantes mudanças, as necessidades de uma população muda, os eleitores nem sempre são os mesmos, é preciso acompanhar essas mudanças, pois como diz Torres (2009, p. 256), “[...] a política é dinâmica, muda conforme o tempo histórico”. Com um histórico de uma expressiva votação em todas as suas campanhas, indagamos a nossa entrevistada sobre o que ela atribui a sua não reeleição. Vejamos:

Não se faz política com pouco recurso e na política existe os ‘preferidos’ do partido e serão eles que receberão todo o apoio no momento de suas campanhas, pois o partido quando quer , investe no candidato. Nossos adversários estão dentro do próprio partido e não fora dele. Mesmo com esses obstáculos, resolvi tentar a reeleição para deputada federal, mas não consegui me eleger. Então, eu entendi que não era mais para eu continuar, pois já tinha dado a minha contribuição ao povo do Amazonas que tanto me acolheu, não tenho mágoas e nenhum ressentimento, acho que não era mais pra continuar (informação verbal)<sup>90</sup>.

Na política a disputa é constante por um espaço, não há apoio se o candidato não for o preferido do partido, como reafirmou nossa entrevistada, pois o apoio é uma aliança de interesse político permeada de contradições. De acordo com Torres (2009), isso é típico da estrutura política que permeia as relações de poder tornando o campo político um espaço cheio de inseguranças.

Conforme os estudos de Grossi e Miguel (2000), as mulheres ao longo de suas experiências na política têm percebido a importância e a necessidade de um apoio contínuo por parte dos partidos para que elas possam mostrar seu trabalho e se reeleger. A realização de encontros e trocas de experiências qualificariam as mulheres para o desempenho de suas funções enquanto parlamentares e até como candidatas. Na política, a falta de apoio às candidaturas femininas, ainda é um obstáculo a ser vencido.

Os partidos antes de 1995, ano em que é criada a lei de cotas de gênero, não se preocupavam com a permanência de mulheres em seu quadro, com isso, poucas mulheres conseguiam se eleger e mais difíceis eram as que conseguiam se reeleger, já que segundo o pensamento patriarcal, a mulher estaria roubando o espaço de um homem no campo parlamentar. Mesmo com a lei ainda percebe-se que o número de mulheres assumindo vaga no parlamento ainda está abaixo do que se espera.

Temos visto, até então, que os partidos políticos poucos têm investido em campanhas de sensibilização sobre a importância da candidatura feminina. No parlamento, temos acompanhado o descaso por parte dos parlamentares em aprovar propostas, emendas e projetos que beneficiem as mulheres, pois o



empoderamento delas abriria espaços para que ambos pudessem estar presentes em canais de participação política, até então dominado pelos homens. Anterior à lei de cotas de gênero, os partidos não procuravam as mulheres para filiarem-se. As poucas que procuravam os partidos já possuíam de alguma forma uma experiência em alguma atividade política como sindicatos, grupos de bairros, movimentos sociais, pastorais, ou na maioria, eram parentes de alguns dos correligionários do partido. Lembre-se que o primeiro contato de nossa personagem com a política se deu através de seu marido.

A presença de Eunice Michiles na política contribuiu muito para que ela se tornasse capacitada para assumir cargos públicos do qual lhes proporcionaram galgar espaços nas estruturas de poder. Apesar de não possuir nível superior, Eunice carregava consigo sua experiência de parlamentar que na época, de acordo com as articulações políticas, um ex-parlamentar podia exercer algum cargo de confiança em alguma instituição pública. Para Torres (2009, p. 84) “[...] as relações de poder no Amazonas são expressas num mandonismo aberto e arrogante que tem por base o poder econômico. A política é o desdobramento das relações clientelistas que se estabelecem entre o Estado e as forças econômicas”.

Fora da política, Eunice ainda gozava de muito prestígio. Durante todo o seu mandato senatorial foi capa de inúmeras manchetes, era convidada para os mais importantes eventos políticos, foi a única representante do Senado a participar de um congresso no Iraque e a palestrar sobre planejamento familiar, sempre demonstrando-se solícita a todos e isso lhe rendeu boas relações no âmbito da política. “Não fiz amigos, mas construí uma boa relação com todos à minha volta, isso é muito importante no meio político [...]” (informação verbal)

91.

Necessitada de trabalhar e pelo fato de ser bem articulada, Eunice dirigiu-se a um dos ministérios para pedir emprego e essa sua atitude causou certo estranhamento àqueles que não imaginavam que a primeira senadora do Brasil estivesse precisando de trabalho. Em entrevista à jornalista Barbosa (2006, p. 194), Eunice respondeu nos seguintes termos: “[...] fui pedir emprego em um dos ministérios. Um dos funcionários ficou surpreso com a ilustre visita. Não

podia crer: Eunice Michiles, a primeira senadora do Brasil, ainda precisava trabalhar. ‘Ganhei o emprego, mas não tive nenhuma satisfação profissional’”.

As relações de interesses dentro da política são inexoráveis, é algo inerente ao campo político do qual não se desvincula. Essas relações são construídas em meio a diferentes tipos de amizades que surgem no âmbito político. Aristóteles se refere a dois tipos de amizades uma relativa à associação e outra por utilidade, onde não há reciprocidade de sentimentos, ou seja, é uma amizade por interesses onde um quer o bem do outro porque lhe convém de alguma forma. Em sua passagem pelo Senado, Eunice pôde conhecer o significado dessa segunda relação de amizade.

Os cargos que exerci me abriram muitas portas, conseguia falar com pessoas do mais alto escalão dentro do governo, minhas solicitações dentro do possível eram atendidas e eu tive a oportunidade de conhecer muitas pessoas, isso faz parte do cargo que exercemos, mas enquanto pessoa eu nunca me iludi que todas aquelas possibilidades eram pra mim Eunice, mas era por causa do cargo que exercia. Não era quem, mas o que eu era, o que eu representava. Então eu nunca me iludi porque sabia que nada era por mim, mas era pelo cargo que eu exercia (informação verbal)<sup>92</sup>.

É por certo que na posição em que ocupa um político o mesmo consiga muitas coisas, a política abre portas como afirma nossa entrevistada, em alguns momentos lhes traz acesso aos benefícios não antes recebidos e é através do cargo e dependendo do cargo exercido que esses benefícios, e o prestígio do sujeito aumentam. Vejamos o que diz Maquiavel (1991, p. 15):

Cabe a esse ser humano possuir maturidade de não se tornar refém desses benefícios e prestígio causados pela política, já que pela sua natureza instável provocaria certos danos ao ser político. O homem político deve estar sempre atento aos sinais da fortuna, pois conhecerá a ruína se, mudando o tempo e as coisas, não alterar seu comportamento.

No momento de nossa entrevista com Eunice Michiles, percebemos que a perda da eleição ainda que tenha ocorrido num momento em que a ex-senadora esteve mais madura no campo político, pois alcançara sua ascensão política, a deixou decepcionada. Como ela mesma afirma “[...] sem nenhuma

mágoa, eu fiquei triste, todos nós ficamos, mas a perda também faz parte da política.” (informação verbal)<sup>93</sup>.

A perda de um mandato é sempre muito preocupante ao político que durante todo o processo eleitoral investe em sua campanha com o propósito de conseguir eleger-se. Independente da condição financeira do candidato, todos buscam através do capital material, simbólico e político desempenharem uma boa campanha que lhes possibilitem a eleição, mas nem sempre esses mecanismos são os mais importantes se as estratégias e os apoios não estiverem bem definidos.

Se ao fim de um mandato um político não conseguir se reeleger lhe resta as boas relações que normalmente se perpetuam no campo político. Relações construídas nos cargos comissionados ou de indicação em determinadas instituições públicas, após o término de um mandato político. Muitos gestores já exerceram algum cargo político. Nossa personagem foi capaz de deixar uma boa imagem entre seus colegas de trabalho e de alguma forma, Eunice correspondeu às expectativas de seu partido enquanto parlamentar e conseguiu manter seu prestígio político que lhe garantiu bons empregos ao fim de seu mandato parlamentar, de acordo com Maquiavel (1991), as coisas sempre melhoram ou pioram, nada é permanente ou estável, e exige esforços dos homens para que conservem o que conquistaram.

Como nova funcionária no Ministério, Eunice Michiles passou pouco tempo, pois novamente o destino lhe reservava novas surpresas e com uma vida cheia de protagonismo, a ex-parlamentar, novamente se viu diante de novos desafios. Eunice foi indicada ao cargo de conselheira do Estado do Amazonas, o que a deixou muito feliz, pois no Ministério onde trabalhava não conseguiu obter satisfação profissional e o novo cargo seria uma nova oportunidade de ascensão profissional em sua vida.

O acesso das mulheres ao domínio público reforça-se, a ponto de se ter podido falar de ‘feminização do mundo’, já que essa ‘invasão’ das mulheres às vezes provoca a angústia de seus parceiros, ansiosos com sua própria identidade. (PERROT, 1998, p. 92).

Quanto à sua indicação, pode-se dizer que foi, para Eunice, novamente outro desafio, pois foi marcada por brigas judiciais, um dos advogados do Tribunal também queria a vaga e abriu um processo acusando Eunice como desqualificada para exercer tal função. O processo durou em torno de um ano

e Eunice chegou a perder em primeira instância e foi quando conheceu um jovem advogado que pegou a sua causa e lutou para que Eunice assumisse a vaga como conselheira. “Com um advogado providenciado por Deus, eu me tornei a primeira mulher conselheira do Tribunal de Contas do Amazonas”, afirmou Eunice Michiles à jornalista Barbosa (2006, p. 195).

Eunice tornou-se a pioneira também em assumir um cargo que até então foi preenchido por homens. Com sua posse, comprovou-se o imenso prestígio político de Eunice. O poder simbólico dos Michiles volta ao campo político com Eunice no Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM). Para Chaia (1995, p. 173), “[...] o poder político pode ser exercido de diferentes maneiras e em circunstâncias diferenciadas”. Eunice estaria fora da política partidária, mas não das relações políticas que lhe envolveu durante décadas.

Nossa entrevistada não soube nos informar o que seria “não estar qualificada” para exercer o cargo. Mas tudo nos leva a crer que seja por ela não possuir nível superior já que o outro interessado à vaga tinha formação em direito. É importante lembrar que na época de sua indicação não havia nenhuma exigência com relação ao nível de escolaridade superior para assumir a vaga. Eunice se formou em magistério, formação básica para se tornar professora da educação infantil naquela época. Apesar de nunca ter feito um curso superior, a nossa personagem não deixa de ser uma mulher versada na experiência com a coisa pública.

Durante nossas entrevistas a ex-senadora demonstrou ser muito bem informada com relação a diversos assuntos. Eunice faz questão de assistir noticiários, viaja constantemente pelo Brasil e para o exterior para conhecer novas culturas, obter novos conhecimentos, está sempre conversando com pessoas instruídas e de formação acadêmica. Atualmente fora da política, Eunice tem conseguido fazer viagens a passeios, pois antes, as viagens eram de caráter diplomático e não lhe possibilitava tempo para conhecer melhor os lugares que visitava.

Nossa personagem revelou que em nenhum momento o seu grau de escolaridade lhe impossibilitou de ter conseguido ascensão na vida pública ou particular. “[...] naquela época possuir o Ensino Médio era grande coisa viu, mas eu fiz o magistério exatamente para ser professora, e foi graças a essa minha escolha que sendo professora em Maués, que eu passei a conhecer a necessidade do povo.” (informação verbal)<sup>94</sup>.

Algumas profissões no Amazonas, como a de professor, eram consideradas profissões elitizadas e, ainda que pertencessem à classe média, esses profissionais gozavam de muito prestígio na sociedade manauara (PESSOA, 1993).

Ainda sobre a difícil batalha de assumir o cargo de conselheira, perguntamos se o processo aberto pelo outro interessado na vaga também teria motivos preconceituosos por ela ser mulher. Vejamos sua resposta:

Eu acredito que nesse momento não, pois era uma vaga muito cobiçada por causa do salário, pela estabilidade e até pelas boas relações políticas que se faz lá dentro. Ele almejava mesmo o cargo por essas questões e se sentia mais capacitado em assumi-lo. Mas Deus tomou de conta, perdi o processo na primeira instância e quando pensei que estaria perdido de vez, meu advogado na época assumiu a causa em minha defesa e ganhamos. Tudo foi providência divina (informação verbal)<sup>95</sup>.

A luta pelo direito de acesso das mulheres aos cargos de poder em instituições onde a presença masculina ainda se fazia preponderante tem sido reconstruída anos após anos, pois ainda temos presenciado um percentual muito baixo de mulheres ocupando cargos de chefia. A sociedade ainda presencia um preconceito de gênero velado em que as desculpas para a baixa presença de mulheres em cargos do alto escalão se reduz a falta de competência. Profissões muito bem remuneradas são as que menos possuem a presença de mulheres. Perrot (1998, p. 91), considera que “[...] certos terrenos são de acesso mais fácil do que outros, como em geral, o trabalho assalariado”. Esse trabalho que na maioria das vezes só menospreza o papel feminino nas empresas tem tomado forma nas relações competitivas entre homens e mulheres.

O cargo de conselheiro do TCE é um cargo muito disputado, no Amazonas temos visto que os indicados são pessoas do meio político como ex-parlamentares ou seus parentes. É um cargo atrativo aos pretendentes já que de certa forma o conselheiro exerce poder no meio político, pois cabe ao conselheiro fiscalizar as contas do poder público, o que não é tarefa fácil diante da realidade de corrupção e desvio de verbas.

O cargo é por indicação e normalmente existe uma relação entre quem indicou e o indicado, portanto, o cargo de conselheiro é político. Em entrevista à Rádio Câmara, no dia 20/04/2012, Jairo Nicolau, do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro, afirmou que no Brasil o uso das eleições para o preenchimento de cargos públicos e das qualificações para eleger e ser eleito é bastante antiga. Segundo Nicolau (2012), as nomeações de ex-políticos têm sido uma estratégia decorrente das relações políticas que são traçadas bem antes das eleições.

Somente após vinte e dois anos da posse de Eunice Michiles como conselheira do TCE-AM, que outra mulher passou a assumir o cargo. A auditora Yara Lins, que assumiu em 2014 a vaga de conselheira, foi indicada pelo governador do Estado do Amazonas e tornou-se a segunda mulher conselheira do TCE-AM. O tempo foi longo para que uma mulher assumisse novamente o cargo no Tribunal de Contas do Estado confirmando-se que em muitos casos, as mulheres são preteridas para assumirem cargos em tais espaços de poder. A luta pela emancipação feminina é contínua e sua igualdade de condições com relação ao homem continua sendo impossível enquanto a mulher permanecer excluída do trabalho social produtivo (TOLEDO, 2012).

Eunice Michiles, enquanto conselheira do Tribunal de Contas, ficou no cargo até 1999, ano em que se aposentou. Mesmo tendo filhos residindo em Manaus resolveu mudar-se para Brasília definitivamente já que enquanto parlamentar residiu na capital do Brasil por anos. Após fixar residência, Eunice tem desenvolvido atividades na Igreja Adventista da qual faz parte.

Enquanto senadora, Eunice não teve a maioria de seus projetos aprovados, mas conseguiu aprovação em quase todas as suas emendas constitucionais que favorecia a melhoria da condição feminina no Brasil. Sua luta pela emancipação das mulheres não era apenas quanto ao mercado de trabalho, na política, mas por direito a escolaridade porque na época, ou seja, em meados da década de 1980 o número de mulheres analfabetas era bem maior nas pequenas cidades do interior. O não acesso a educação atingia homens e mulheres que viviam na área rural. Eunice foi conhecedora dessa realidade enquanto visitava o interior do Amazonas.

Sua garra em lutar pela emancipação feminina lhe trouxe reconhecimento por parte de muitos políticos importantes. Não podemos dizer que todos os homens não sejam a favor da conquista de direitos das mulheres. No Senado,

poucos homens deram a devida relevância aos projetos de Eunice, pois o momento político da época não lhe foi favorável em virtude do Regime Militar, mas a luta de Eunice em favor dos direitos femininos foi importante para que o Senado começasse abrir possibilidades de discussões e debates sobre a ascensão feminina, principalmente nos espaços de poder político. Sobre a luta de Eunice no Senado, o senador Marco Maciel em entrevista à jornalista Barbosa (2006, p. 196) afirmou:

Faltava uma cultura ainda para essas questões. Ela de alguma forma teve o trabalho de desbravar o território, de lançar sementes. Se fosse agora, ao analisar os projetos de Eunice, ela teria tido maior sucesso. Mas o importante não é o resultado final, é a capacidade de semear. A política é uma ação de semeadura, porque a partir do momento que se semeia, começa a se discutir e tomar consciência do tema. Um político mineiro disse que a democracia começa no reino da consciência. Enquanto não nos conscientizarmos de um assunto, ele não prospera. Precisa amadurecer um pouco até se converter na proposição legislativa, porque isso tem que ser resultado da vontade geral.

Eunice foi uma desbravadora, assim afirmou o senador Marco Maciel quando levou para os espaços internos do Senado questões até então não discutidas pelos parlamentares da casa (BARBOSA, 2006). As mulheres na vida pública tornam-se símbolo de abertura para a democracia, as mudanças na sociedade com relação aos direitos femininos tem tornado as mulheres mais visíveis. Em algumas sociedades autoritárias, como no caso dos muçulmanos, as mulheres são obrigadas a se esconderem não somente dentro dos espaços domésticos, mas através de indumentárias como a imposição do uso da burca que aniquila a personalidade feminina. Essa imposição tem como objetivo conter as mulheres para que não enfrentem os homens, pois enquanto mulheres emancipadas elas adquirem um maior controle sobre suas próprias vidas.

Depois de aposentada pelo TCE-AM, Eunice decidiu que viver em Manaus não seria mais possível, pois as pessoas ainda lembravam-se da senadora. Ela era vista como uma pessoa pública, do meio político e de alguma forma isso gerava alguma expectativa sobre o que ela fazia ou viesse a fazer. Sobre esse fato, Eunice revela o seguinte:

Quando vi que a política não era mais para mim, resolvi ir embora de Manaus. Escolhi Brasília por já estar vivendo lá desde quando iniciei meu mandato de senadora, o clima também foi preponderante na minha escolha, mas o que mais pesou foi o fato de que eu estando aqui eu nunca conseguiria me desvincular da imagem da mulher política que fui, pois as pessoas continuariam a me procurar, muitas até pedir algum tipo de ajuda e por não possuir mais o meu cargo não tinha como ajudar (informação verbal)<sup>96</sup>.

O olhar assistencialista de Eunice Michiles ainda prevalecia, a vontade de atender as pessoas como se ainda estivesse em campanha era algo latente em Eunice que, por tantas vezes, recebeu milhares de pessoas nos momentos das reuniões ocorridas nos bairros de Manaus e no interior do Estado do Amazonas e fez dela, uma das mulheres mais conhecida da política brasileira.

Essa prática assistencialista muito forte em Eunice sempre lhe foi uma característica peculiar que, durante anos conquistou o respeito e o carisma de seus eleitores através dela. Para Torres (2002), a prática assistencialista e clientelista contribui para a perpetuação da miséria das classes subalternas, pois gera uma relação de dependência. Como a própria Eunice nos relatou, as pessoas sempre a procurariam para “pedir” algo se ela continuasse a viver na cidade de Manaus.

Ainda não exercendo nenhum cargo público ou político, Eunice Michiles, tem participado durante esses anos de inúmeros eventos a convite do próprio parlamento brasileiro. Em 2012, foi uma das homenageadas com o prêmio Bertha Lutz, prêmio este, entregue pela Presidenta da República Dilma Rousseff numa sessão solene do Congresso Nacional em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Figura 7 - Eunice recebendo o Prêmio Bertha Lutz, 2012





Fonte: Agência Senado (2012).

Homenagem a bióloga e feminista Bertha Lutz, o Diploma Bertha Lutz ou Prêmio Bertha Lutz, foi instituído pelo Senado Federal para agradecer mulheres que tenham oferecido relevante contribuição na defesa dos direitos da mulher e questões de gênero no Brasil.

Perguntamos a Eunice como se sentia recebendo homenagens pelo seu trabalho, obtivemos a seguinte resposta:

Eu fico muito feliz, mas tudo que fiz foi acreditando apenas na mudança, nada foi pensado somente em mim, mas eu sabia que se algo mudasse pra mim, certamente mudaria para as demais mulheres. Eu cheguei sim ao Senado por conta da morte do senador João Bosco, mas galguei por tudo que conquistei. Enquanto senadora batia de frente com os meus colegas machistas, enfrentei, por vezes chorei, mas não desisti daquilo que sempre acreditei, acho que de certa forma isso marcou. Hoje eu até penso ‘como eu tive coragem?’ (informação verbal)<sup>97</sup>.

A mulher ainda que passe a ter seu protagonismo político através do apoio e incentivo do marido, consegue galgar paulatinamente seu espaço e reconhecimento no campo político. O seu posicionamento na tribuna é o que fará todo o diferencial na hora de obter o respeito e legitimidade neste espaço de poder, por assim dizer, como é o caso do parlamento. Para a Mary Ferreira, “[...] a voz de Eunice marcou naquele momento histórico. Ela não era mulher de ficar quieta ou calada. Eunice era também a voz de Carlota Pereira, em 1934, quando ela se elege e levanta questões assim, muito interessantes.” (informação verbal)<sup>98</sup>.

Carlota Pereira de Queirós elegeu-se a primeira deputada federal do país pelo Partido Constitucionalista de São Paulo, também foi a primeira deputada federal da América Latina. Formada em medicina, Carlota Pereira de Queirós, iniciou seu engajamento na política em 1932, durante a Revolução Constitucionalista. Foi a única mulher a participar da ANC de 1934 (SCHUMACHER, 2015).

Eunice passou dezesseis anos na política, pouco tempo talvez, comparado aos seus colegas de partido e de parlamento. Sua saída se deu apenas como parlamentar, mas até hoje a ex-senadora é lembrada pelo título que a consagrou como: a primeira mulher a chegar ao Senado. Apesar do título, Eunice prefere guardar as lembranças de um momento em que, através de seu trabalho conseguiu mostrar que a mulher brasileira tem muito a contribuir com a melhoria do país, mas lhe falta oportunidade e mais reconhecimento.

## **Eunice Michiles por ela mesma (como vive?)**

Narrar a história de mulheres que ao longo de várias décadas se tornaram símbolo de protagonismo no Brasil tem se constituído num dos grandes desafios aos pesquisadores que buscam descrever com riqueza de detalhes a trajetória de algumas mulheres que, através de sua luta contribuíram para que se repensassem a condição feminina na sociedade.

Nossa personagem, hoje com 87 anos, protagonista de uma história de superação e de experiência fascinante vem nos contar sobre sua vida e como vive atualmente. Sim, ela a primeira senadora do Brasil nos conta quem é a mulher por trás dos belos cabelos dourados, olhos claros e dona de uma beleza que durante anos foi capa das principais revistas e manchetes de jornais brasileiros, Eunice Michiles.

Atualmente longe dos holofotes e das perseguições de jornais sensacionalistas que privilegiavam muito mais a sua imagem do que seu trabalho, Eunice Michiles como senadora foi considerada pela mídia, muito mais celebridade do que uma parlamentar. Isto comprova o preconceito sobre a presença da mulher nos espaços de poder político, pois a mídia que durante anos omitiu o trabalho de Eunice no Senado, abusava dos noticiários que nada tinham a ver com a atuação política da senadora.

A bela e jovem senhora que no fim da década de 1970 surpreendeu a todos com sua chegada ao Senado, hoje relembra momentos que ficarão para sempre na sua memória, as flores, os poemas, as comemorações, mas também momentos cheios de desafios fez da carreira política de Eunice o início de sua trajetória parlamentar.

Aos seus 87 anos, nossa personagem tem vivido experiências e descobertas fascinantes a qualquer outra mulher de sua idade. Sua trajetória de vida, rica em detalhes e de desafios que a tornou em uma mulher sábia, determinada,

destemida e reconhecida na história política brasileira, também fez de Eunice uma mulher cheia de sonhos e perspectivas.

Nosso maior desafio aqui será descrever uma Eunice Michiles através de si própria, já que nossa personagem é muito sucinta e até modesta ao falar de si mesma. Durante as entrevistas, Eunice se demonstrou muito bem a vontade e respondeu todas as perguntas com muita tranquilidade, contando-nos histórias e relembrando momentos que o tempo não apagou de sua memória, foram momentos nostálgicos.

Eunice reconhece que seu maior desafio na vida foi lutar contra a opressão sofrida pelas mulheres principalmente as de classe social subalternizada, pois conheceu as dificuldades enfrentadas por essa população totalmente excluída e abandonada pelo poder público em plena floresta amazônica.

Após 37 anos de sua chegada ao Senado Federal, Eunice ainda relembra com riqueza de detalhes o momento histórico vivido por ela no dia de sua posse. São lembranças que nossa personagem guarda com muito carinho, pois foi como senadora que o Brasil conheceu Eunice Michiles – a primeira mulher a chegar ao Senado Federal. “Naquela época, nem eu imaginava que chegaria lá. O momento não era favorável por causa da ditadura militar e naquele momento nunca nenhuma mulher se quer entrou no Senado Federal.” (informação verbal)<sup>99</sup>.

O Senado Federal estava tão despreparado que nem banheiro feminino possuía. Aquilo significou para Eunice o quanto aquela casa parlamentar se quer imaginava receber uma mulher como senadora. Hoje apesar do número de mulheres no parlamento estar abaixo do que se almeja, na década de 1970 essa realidade era bem mais crítica, pois as mulheres não contavam com nenhuma política de ação afirmativa como temos hoje a Lei de Cotas. A falta de apoio de certa forma inibia as mulheres a participarem da política e principalmente a cultura androcêntrica era forte na época. Para Perrot (1998, p. 10) “[...] os homens são, na verdade, os senhores do privado e, em especial, da família, instância fundamental, cristal da sociedade civil, que eles governam e representam dispostos a delegar às mulheres a gestão do cotidiano”. Ainda com todos os desafios, as mulheres brasileiras não se acovardaram e foram à luta por direitos negados a elas durante anos.

Os direitos de igualdade entre homens e mulheres no Brasil só aconteceram em 1988, com a elaboração da Nova Constituição Brasileira que contou com a participação de Eunice Michiles e que hoje relembra cada momento em que ela contribuiu para que os direitos das mulheres fossem inseridos na Nova Carta Magna. Sobre esse momento perguntamos a Eunice, como ela via hoje a condição feminina após as conquistas obtidas na Constituinte de 1988. Ela nos respondeu:

Aquele momento foi muito significativo para nós mulheres e para família de modo geral que também foi privilegiada nessa constituinte. Obtivemos grandes avanços com a Constituição Federal de 1988? Sim é verdade, mas ainda temos muito que avançar. São quase trinta anos de Constituição e ainda presenciamos um atraso na efetivação de direitos que contemple a condição das mulheres. Vivemos numa sociedade cujos valores culturais repousam na tradição tornando a mulher submissa a uma falsa moral, limitando-as aos espaços domésticos por exemplo. Ainda hoje eu vejo situações críticas em que muitas mulheres não são respeitadas (informação verbal)<sup>100</sup>.

A participação na elaboração da Constituição Federal de 1988 foi marcante na vida de Eunice que ao lado das demais parlamentares conseguiram aprovar emendas constitucionais que favorecesse a mulher brasileira, que por longos anos viveu excluída de direitos que só os homens gozavam. Perrot (1998) assinala que a mulher foi criada, educada para a família, para as coisas domésticas, para ser mãe e dona de casa e essa é sua vocação e essas representações são benéficas para a sociedade. Contrapor-se a essas normas é contrapor-se a uma cultura que menospreza e exclui as mulheres. As conquistas jurídicas são importantes, pois só elas garantem a efetivação dos direitos, mas enquanto vivermos numa sociedade presa aos hábitos e costumes conservadores, pouco se avança rumo à igualdade entre os homens e mulheres.

Eunice está fora da política há 26 anos, mas ainda é lembrada pelo título que a consagrou pioneira. Homenagens a ex-senadora ainda é bastante frequente em sua vida, apesar do tempo, sua história cheia de pioneirismo ainda vive na memória daqueles que a conheceram, seja por seu trabalho enquanto parlamentar, seja pelo tempo em que atendia a comunidade no interior enquanto esposa de Darcy Michiles .

Em 2015, Eunice Michiles esteve em Maués, a cidade que lhe consagrou deputada estadual, senadora e deputada federal, para receber homenagens pela passagem do dia Internacional da Mulher. “[...] foi uma recepção incrível, todos vindo abraçar eu e Beto e foi aquela alegria, pois gostamos muito do povo de Maués.” (informação verbal)<sup>101</sup>.

Figura 8 - Eunice Michiles recebendo homenagem pela passagem do dia Internacional da Mulher em Maués



Fonte: Zilton Michiles (2015).<sup>102</sup>

Em Maués, o povo que a consagrou em uma das mulheres mais conhecidas da política ainda relembra o papel importante exercido por Eunice durante os anos em que viveu na cidade. Hoje o dia a dia de Eunice Michiles é de uma rotina mais tranquila se comparada a sua rotina enquanto foi senadora, mas nem por isso é uma rotina de privações por ser uma senhora de 87 anos.

Ressalte-se que para a conclusão de nossas entrevistas foi necessário muitas esperas, pois nossa protagonista passava dias viajando em companhia de seu atual esposo o Arquiteto Gerson Maly, com quem casou-se em 2005. Em entrevista, ela nos conta sobre o seu atual momento: “[...] estamos aproveitando nossa aposentadoria.” (informação verbal)<sup>103</sup>.

O amor bateu novamente na porta de Eunice, que durante anos acreditou que viver novamente ao lado de outro companheiro nem seria mais possível. O namoro entre Eunice e Gerson Maly durou alguns meses e, em 27 de outubro de 2005 em Brasília, casaram-se passando sua lua de mel na Grécia.

Com a expansão da longevidade, homens e mulheres, estão quebrando o tabu da velhice solitária e descobrindo e redescobrando o amor. Casamentos entre casais da terceira idade tem se tornado comum e tem ajudado muitos idosos a retomarem o gosto e o prazer pela vida. Nossa protagonista que viveu um casamento na juventude um tanto que desgastante e cheio de turbulências, hoje reencontrou um novo sentido para continuar acreditando no amor e poder aproveitar melhor sua condição de aposentada.

Canizares e Filho (2011) consideram que ao atingir um alto nível de autoridade no cargo, mais favorável será as condições do aposentado para lidar com a sua aposentadoria e também serão sujeitos com melhor condição para administrar o tempo livre. Eunice Michiles atualmente tem aproveitado esse tempo que conquistou com a aposentadoria para realizar passeios e atividades que não pôde ser realizado antes, decorrente de suas atribuições como parlamentar. As viagens por ela realizadas enquanto senadora, sempre eram em caráter diplomático, missões que requeriam tempo voltado para atender as exigências de seu cargo. O Sr. Gerson também trabalhou bastante, estudou fora do Brasil e hoje ambos vivem para desfrutar bons momentos juntos.

Eunice adotou uma vida bem diferente com relação ao casamento anterior. Naquela época, ela que casou aos 19 anos, mal tinha concluído os estudos, não tinha muita maturidade, mas sobrava muito amor pelo marido que a convenceu a largar a família em São Paulo, sair de uma casa humilde, mas com melhores condições de vida, para viver em plena floresta amazônica. Em Maués sofreu perseguições, conheceu de perto a guerra entre duas famílias cujo maior

objetivo era a política, tornou-se querida pelo povo, tornou-se mãe muito jovem, ajudou o marido em suas campanhas, mas descobriu que apesar de tudo, não era o único amor de seu esposo, pois a política para Darcy Michiles de alguma forma teve um significado maior. O casamento entre Darcy e Eunice se deu quando eles eram muito jovens e, com o tempo, descobriram que a forma de viver de cada um não satisfazia ao outro, o que desencadeou em um processo de divórcio.

Perguntamos a Eunice como ela se sente hoje com seus 87 anos de idade e ela nos respondeu nos seguintes termos:

Deus tem me dado muita saúde, tenho muita disposição, faço minhas caminhadas, levo uma vida tranquila e saudável, não tenho e nunca tive vícios, busco ajudar o meu próximo e isso me ajuda muito espiritualmente. Sou uma mulher em paz comigo mesma, faço minhas orações e busco minha felicidade. Os momentos ruins do passado eu os transformei em experiências, não há porque guardar mágoas das pessoas, pois isso sim, nos desgasta nos adoece e nos envelhece. Eu tenho buscado viver bem e feliz nessa nova etapa de minha vida (informação verbal)<sup>104</sup>.

Durante as entrevistas que realizamos com Eunice, observamos o quanto ela é uma pessoa espiritualmente bem resolvida. Sua fé, sua força faz parte de sua formação e educação religiosa que recebeu ao longo de sua infância e juventude e de suas experiências enquanto filha de missionário. Sua fé e determinação foram preponderantes para que ela torna-se uma mulher confiante e cheia de disposição para realizar tudo que tem vontade mesmo estando na terceira idade.

A terceira idade diz Debert (1996), é um momento em que se prolonga a esperança de vida, é o momento de se vivenciar uma nova etapa, um novo tempo para o lazer e para a elaboração de novos valores coletivos. Conduzir uma vida ponderada não quer dizer que a pessoa na terceira idade não possa realizar diferentes tipos de tarefas ou atividades, pelo contrário, muitas passam a realizar com mais frequência aquelas atividades que nunca conseguiram realizar antes.

Ao final de nossa primeira entrevista, numa tarde de terça-feira, na cobertura do apartamento de sua filha, em Manaus, Eunice se preparava para sair caminhando com seu esposo para uma visita familiar e percebemos a sua



disposição em caminhar a pé até o local. Aos 87 anos demonstrou muita disposição para enfrentar o calor excessivo de um fim de tarde na cidade de Manaus ao lado de seu esposo Gerson Malty. De acordo com Barbosa (2006, p. 117),

O ir e vir pode ser a busca por diferentes formas de lazer, nos bailes, nas ‘aulas’ nas universidades da terceira idade, nos passeios e nas viagens organizados pelos grupos de atividade para idosos. Passa a contar como valor a própria independência: morar só pode aparecer como um desejo e como uma preferência, mesmo que não se realize.

Algumas concepções ancoradas em visões pessimistas em torno da velhice nos faz enxergar a terceira idade como aquele momento de limitações e privações e, no entanto, essa visão tem mudado através dos estudos antropológicos sobre a velhice. Debert (1996, p. 9), chama a atenção para o fato de que,

Os estereótipos do abandono e da solidão, que caracterizariam a experiência de envelhecimento, são substituídos pela imagem dos idosos como seres ativos, capazes de oferecer respostas criativas ao conjunto de mudanças sociais que redefinem essa experiência. Novas formas de sociabilidade e de lazer marcariam essa etapa da vida, reciclando identidades anteriores e redefinindo as relações com a família e parentes.

Os estudos da autora também apontaram que o vínculo afetivo entre mãe e filhos contribui para uma velhice mais tranquila e estabilizada. Eunice sempre foi uma mãe muito presente na vida de seus filhos, enquanto esteve na política sempre foi o principal apoio de seu filho Humberto Michiles que também seguiu carreira política. Em todo processo de eleição, seu filho Humberto era o responsável em organizar as campanhas de sua mãe Eunice que conseqüentemente dava todo o apoio a ele que assim como seus pais, decidiu seguir carreira política. “A política está no sangue dos Michiles”, afirmou Eunice (informação verbal)<sup>105</sup>.

A família Michiles em Maués é numerosa, e um fato que nos chamou atenção está presente na fala de algumas mulheres participantes desta pesquisa, que diz respeito à essência da política na vida dos Michiles pois, mesmo com o

passar do tempo a família em época de eleição torna-se mais unida e todos colaboram com a campanha do membro da família que decidiu candidatar-se. Uma das participantes desta pesquisa nos relatou o seguinte: “[...] olha, eu sempre percebi que em épocas de campanhas eleitorais a família toda se reunia para ajudar. Não importa se moravam distantes, mas todos se empenhavam em ajudar, trabalhei com eles e era assim que funcionava.” (informação verbal)<sup>106</sup>.

Eunice que sempre teve uma vida muito agitada, cheia de atribuições e obrigações a cumprir, hoje vive de uma forma totalmente inversa, pois não há mais ao seu redor o fluxo de pessoas como assessor ou aqueles que lhe procuravam para solicitar alguma ajuda. Sendo essa última um dos motivos que levaram a ex-senadora decidir mudar-se de Manaus. Ela própria que nos conta porque decidiu morar definitivamente em Brasília, a saber:

Você deixa a política, mas a política não deixa você, infelizmente continuar vivendo aqui em Manaus seria muito complicado já que eu não tinha mais como ajudar as pessoas, não tinha recursos pra atender todas as pessoas que me procuravam ou me procurariam. O nome da gente fica marcado, principalmente eu que sempre atendi as pessoas dentro das minhas possibilidades e de repente, eu não poder mais fazer por elas o que fazia antes. Por isso também, decidi ir morar em Brasília depois que me aposentei. Eu venho a Manaus sempre que posso, tenho filhos que moram aqui, netos, alguns amigos, mas decidi fixar residência lá por que aqui eu não podia mais atender o povo (informação verbal)<sup>107</sup>.

Na vida de um político a procura de pessoas em busca de algum auxílio é comum, antes era quase que natural, “ajudar” um pobre de forma emergencial não contribuía muito com a solução dos seus problemas, mas gerava votos, isso é fato. Essa prática muito comum entre os políticos conhecida como clientelismo, já mencionado anteriormente no decorrer desse estudo, fez parte de toda a vida política de Eunice Michiles, pois ela reconhece que sua chegada à política se deu através de seus trabalhos assistencialistas desenvolvidos em Maués. Atualmente essa prática vem sendo combatida por ser encarada como compra de votos. Na história da política brasileira a troca de favores por votos foi o principal mecanismo de se conseguir eleger um candidato. Conforme

Maquiavel (1991), as estratégias de um governante para manter-se no poder são fundamentais.

A política proporciona ao indivíduo um bem estar momentâneo em que sabemos que nem tudo o que foi construído enquanto se permaneceu nela se carrega para toda a vida. Inquirimos a nossa entrevistada como ela se sentia hoje longe da política, do ciclo de amizade que possuía enquanto foi senadora, e obtivemos a seguinte resposta:

Na política poucas pessoas ao seu redor são confiáveis, poucas pessoas estarão próximo a você para lhe oferecer um conforto espiritual, uma amizade verdadeira. O mundo da política é incerto e duvidoso. Você pode estar rodeada de pessoas, mas não quer dizer que não esteja sozinha. A política é um momento, é passageiro, mas os momentos ao lado de Deus, das pessoas que nós amamos é gratificante e eterno. Eu me sinto muito bem estando ao lado das pessoas que convivo, pois são pessoas que eu amo e que me amam certamente (informação verbal)<sup>108</sup>.

Eunice reconhece que se sente muito mais segura hoje ao lado de seus familiares e amigos, tipo de amizade e afeto que não se constrói no meio político. Durante o tempo em que foi senadora, Eunice Michiles recebia muitas cantadas<sup>109</sup> de seus colegas parlamentares, ouvia comentários sobre sua condição civil, revistas e jornais questionavam sobre ela não estar casada, condição esta, não muito comum na época já que os casos de divórcios eram poucos. A mulher divorciada era estigmatizada pela sociedade, mas a ex-senadora soube ao longo dos anos contornar essas situações de preconceito através de muita sabedoria. Vejamos uma situação que ela própria revelou à autora de sua biografia:

Viver sem amor é uma boa? Um jornalista perguntou a Eunice, no final de uma entrevista, em 1984, após vasculhar sua vida sentimental. De pronto, recebeu a resposta: ‘Quem lhe disse isto? Amor é a coisa mais importante, e existem várias formas de amar’.<sup>110</sup>

A vida pessoal de Eunice era algo que as revistas e jornais buscavam tornar manchete. Sendo ela uma jovem senhora divorciada e única mulher diante de tantos homens, a mídia buscou por diversas vezes insistir em uma possível

relação entre Eunice e algum dos senadores, pois estar ali era correr este risco. Para uma sociedade de pensamento androcêntrico a mulher precisa estar casada para ser bem vista aos olhos da sociedade. Seu comportamento receptivo e cordial ao atender seus colegas fez de Eunice a “queridinha boneca do Senado”, forma preconceituosa de não aceitar sua posição de igualdade entre os senadores.

A cada pergunta, a cada conversa, Eunice sempre se demonstrou solícita com relação a nossa pesquisa, sempre pontual, muito bem arrumada e maquiada, a ex-senadora continua chamando atenção pela sua beleza e postura educada, cordial. Mesmo não estando mais na política ela demonstra ter muito interesse por questões que envolvem o nosso país. Durante nossas entrevistas fez questão de se posicionar contra a falta de políticas eficazes capazes de coibir a violência e a discriminação contra a mulher que para ela condiz com a nossa sociedade ainda muito machista. Ouçamo-la: “[...] obtivemos algumas conquistas, mas ainda precisamos avançar mais, as autoridades precisam olhar com carinho sobre a condição da mulher na sociedade e principalmente aquelas que ainda vivem em condições precárias.” (informação verbal)<sup>111</sup>.

De acordo com os estudos de Debert (2005), muitas mulheres acima dos 70 anos tem demonstrado maior interesse com relação aos assuntos políticos, conversam mais sobre temas relacionados à suas opções eleitorais e até criticam os políticos quando acham necessário. Esse comportamento entre muitas mulheres da terceira idade evidencia a necessidade de um novo olhar sobre o público feminino acima dos 70 anos na medida em que se contrapõem às ideias estereotipadas de que as idosas apenas servem para realizar atividades corriqueiras do lar e de forma limitada. Os estudos da autora também apontam que para muitas mulheres, o trabalho doméstico é apenas um meio de aprisioná-las nos espaços privados, o que se caracteriza como uma consciência de gênero por parte de muitas mulheres que há décadas não se reconheciam como portadoras de direitos.

Essa parcela crescente da população tem buscado se envolver com as discussões políticas de suas comunidades o que fortalece não só as mulheres, mas o grupo como um todo, pois foram elas as pioneiras na luta por direitos de igualdade, e hoje, estamos percebendo que questões do gênero feminino

tem se fortalecido junto às mulheres da terceira idade, o que para nós chega a ser um grande avanço.

No Amazonas, alguns políticos fizeram história, muitos ainda são lembrados e tem seus nomes perpetuados em grandes obras realizadas pelo poder público como forma de homenageá-los. Eunice Michiles se tornou um símbolo para o nosso estado, mas o seu nome e sua história deveriam ser mais visibilizados.

Apesar das críticas que certamente sofreu durante sua trajetória, em Maués, o reconhecimento por parte do povo que a elegeu por longos dezesseis anos ainda é muito forte na cidade, onde de fato a vida política de Eunice começou. Sua presença na cidade é bem recebida não somente por grupos políticos, mas pelo povo que ainda guarda na lembrança a imagem da professora Eunice, mulher destemida, desbravadora e sempre disposta a ajudar o próximo.

Perguntamos a Eunice o que ela sente quando visita a cidade de Maués, sobre suas lembranças, sobre as pessoas que conviveu, ela nos respondeu nos seguintes termos:

Eu tenho um imenso carinho pelo povo de Maués e eles por mim, aliás, não só por mim, mas pelo Beto também. Estive recentemente na cidade, vi o quanto cresceu se desenvolveu e se tornou um grande município. Eu não canso de dizer o quanto Maués foi um laboratório para mim, lá aprendi da forma mais difícil possível sobre a importância de cuidar do ser humano, mas aprendi também o quanto as dificuldades, os problemas nos fortificam. Aprendi que as dificuldades do dia a dia nos possibilitam a recorrer a Deus e nele encontrarmos o refúgio necessário para os momentos de dor. Durante toda a minha vida, todo o meu trabalho foi realizado através da minha fé e foi através dela, que consegui vencer os obstáculos que encontrei pela frente. Eu agradeço muito a ele por todas as oportunidades, pois foi e é através de Deus que eu tenho me realizado (informação verbal)<sup>112</sup>.

O carinho por Maués é muito presente na fala de Eunice que reconhece a importância que o povo daquela cidade tem em sua vida. Nossa personagem durante todas as nossas entrevistas também fez questão de deixar registrado o quanto a sua fé foi preponderante na sua caminhada. Filha de missionários, Eunice Michiles que teve toda sua educação e formação pautada nos preceitos

religiosos, ainda se dedica na realização de algumas atividades religiosas de sua igreja. O trabalho missionário para ela é um prazer e não uma obrigação. Corsino (2010, p. 52) destaca que, “[...] o trabalho para o protestante deve ser executado como uma vocação devendo, por isso, basear todas as suas ações em princípios de fé, não importando que seja no trabalho cotidiano, na guerra ou na vida política”. Durante toda a sua trajetória de vida, Eunice nunca se eximiu de realizar suas ações religiosas.

Mulher guerreira e destemida numa época em que só a presença masculina era preponderante como governante, a fé foi seu grande baluarte. Na Bíblia Sagrada encontramos Débora, cheia de luz que se fez respeitar pelos homens de seu tempo. Foi uma mulher que se destacou pela sua perseverança, por sua garra e pela luta em favor do povo. Débora uma dona de casa foi a única mulher das escrituras sagradas a ocupar um cargo político. Tornou-se uma líder militar e através de suas estratégias de batalha conquistou muitas vitórias para Israel. Não se intimidou por ser mulher e conquistou o respeito dos líderes de Israel (JUÍZES 4:4-16)<sup>113</sup>.

Hoje não mais fazendo parte da política perguntamos a Eunice como avalia a sua participação no Senado brasileiro:

É complicado você auto se avaliar, mas eu fiz o meu melhor, lutei com as armas que eu tinha, no caso, indo à tribuna para defender os interesses do meu estado, do meu povo amazonense e das mulheres que naquela época não tinham a metade dos direitos que temos hoje. Eu tenho a consciência tranquila com relação ao meu trabalho. Naquela época, ser a única mulher no Senado tinha lá seu charme, sempre fui muito bem recebida, houve alguns episódios desconfortáveis típicos de discriminação, mas fui aprendendo a me impor diante deles, porém, o Senado não estava à minha espera, aliás, de nenhuma outra mulher naquele momento e por uma razão do destino e conduzido por Deus eu fui parar naquele lugar onde era considerado o reduto dos homens. No início foi gostoso, tudo era novidade, mas depois as pessoas começaram a se dar conta que eu não estava ali para ‘vender beleza’, mas que eu era tão parlamentar quanto eles e depois que comecei a defender minhas bandeiras de luta as coisas começaram a mudar. Se hoje as mulheres lutam tanto no Senado quanto na Câmara Federal contra o preconceito e as imposições de seus colegas para aprovar seus projetos e muitas não conseguem, imagine na minha

época em que eu era sozinha? Então eu tentei fazer um bom trabalho e lutei muito por aquilo que eu acreditava e acredito até hoje, então eu tenho minha consciência tranquila, mas foi difícil (informação verbal)<sup>114</sup>.

Os reflexos dos processos de exclusão criaram marcas profundas na cidadania feminina decorrente das relações desiguais (FERREIRA, 2010). Essa política androcêntrica, que desde seus primórdios excluiu as mulheres da participação no parlamento, está sendo revista, está sendo enfrentada e aos poucos vai sendo vencida. Note-se que o parlamento é ainda composto por maioria de homens brancos e conservadores que se utilizam de leis machistas para inibir a presença feminina na política partidária. Para Torres (2012, p. 49), “[...] a construção das identidades do homem e da mulher historicamente esteve ancorada na assimetria dos papéis sociais, sendo a esfera pública o lugar destinado ao homem e a esfera privada à mulher”.

Em maio de 2016 comemorou-se 37 anos da chegada da primeira mulher ao Senado. Eunice Michiles, a grande pioneira dessa conquista, sabe que o caminho para a emancipação feminina é longo, pois ela viveu cada detalhe da imposição de uma sociedade machista e conservadora, venceu obstáculos e chegou onde nunca imaginou chegar e hoje se emociona e diz que toda essa experiência valeu a pena.

## **Eunice vista por populares**

A chegada de Eunice Michiles em Maués com seu esposo Darcy Michiles em 1950 era prenúncio de um futuro inimaginável para a jovem que aos seus 21 anos de idade trocou a cidade de São Paulo para viver numa terra desconhecida e cheia de contrastes. A professorinha que tanto sonhou em ensinar, pouco avistou escolas naquela cidade localizada no coração da floresta amazônica, mas foi esta maior dificuldade do povo que fez de Eunice Michiles uma das mulheres mais queridas do município.

Para fugir do sofrimento causado pelo isolamento, da vida cheia de privações e bem diferente daquela vivida até o dia de seu casamento, Eunice após conhecer as agruras de um povo expatriado de direitos passou a desenvolver atividades assistencialistas junto à população de Maués. Seu marido com a promessa de que não entraria para a política, logo se tornou um dos grandes políticos daquele município e ela passou a lhe acompanhar nessa trajetória que mudaria totalmente o rumo da vida da jovem esposa.

Dona Neuma Monteiro, 62 anos, moradora do município de Maués, revela como vê os trabalhos desenvolvidos por Eunice Michiles enquanto morou na cidade:

Naquela época nosso município não era quase nada desenvolvido, era muito carente quando dona Eunice chegou. Imagino até o choque que ela deve ter tido ao chegar aqui e se deparar com tantas dificuldades. Mas dona Eunice se comoveu com o sofrimento de nosso povo e já como esposa de um político passou a nos ajudar de várias formas, vários projetos. O projeto que mais nos marcou e foi um avanço para o nosso município foi o de alfabetização para as comunidades rurais, pois eles viviam em condições bem mais precárias que nós daqui da cidade e dona Eunice olhou por eles, pois nossas crianças não iam a escola porque não tinha. Então eu vejo dona Eunice como uma mulher



que venceu os desafios e foi a luta pra ajudar aquele povo tão sofrido e carente (informação verbal)<sup>115</sup>.

O projeto de alfabetização criado por Eunice Michiles contou com o apoio de seu sogro o senhor José Batista Michiles, mais conhecido por ‘seu Donga’ que era prefeito da cidade. “Eu abusava um pouco do meu sogro, pois eu era a idealista e ele o prefeito, então ele sempre acabava acatando as minhas solicitações.” (informação verbal)<sup>116</sup>.

O projeto criado por Eunice Michiles e seu esposo Darcy Michiles e endossado por seu sogro foi bastante audacioso na época, pois Eunice se dirigia a Manaus para contatar algumas moças e lhes perguntava se as mesmas gostariam de ser professora. Naquela época era comum as moças que sabiam ler e escrever ministrarem aulas de alfabetização e com a ajuda de Eunice as moças passaram a ensinar as crianças a ler e escrever. Ela capacitava essas moças ensinando-as português, aritmética, geografia, higiene e primeiros socorros. Após receberem essas instruções, as moças viajavam com Eunice Michiles a Maués para trabalharem como professora primária.

As escolas construídas pela prefeitura não tinham muita estrutura, eram construídas de palha e as carteiras eram feitas de tábuas, mas causou um grande movimento na cidade que viu a partir daquela ação, uma possibilidade de alfabetizar as crianças do município e da área rural de Maués que sofria com o alto índice de analfabetismo. De acordo com Barbosa (2006, p. 84),

O lugar de poucas escolas lembrava a infância, a casa por ser limpa, o muro alto das dificuldades. Não restava dúvida: Maués manifestava o gosto do passado desafiador, era território que pedia conquista, terra abandonada a espera por alguém. Eunice ajeitou as ideias no peito com coragem amazônica – conhecia a importância da escola, principalmente para crianças de localidades mais afastadas, vestidas com pano de saco, crianças que em Maués eram a assustadora maioria.

O isolamento e a pobreza durante décadas proporcionaram poucas oportunidades e educação às questões do Amazonas gerando uma camada de analfabetos do qual seu único conhecimento estava em saber viver na Amazônia (BATISTA, 2007). A década de 1950 também ficou marcada pela

eleição de Juscelino Kubitschek e o início do período desenvolvimentista no Brasil. Setores da economia brasileira como transportes, energia, indústria, educação e alimentação passaram a receber investimentos de forma prioritária (SILVA, 1992). Para o governo de JK a diminuição da desigualdade social só seria possível através da geração de riquezas advindas do desenvolvimento da industrialização. Esse projeto suntuoso só seria possível com a participação do capital estrangeiro que deu início ao processo de endividamento externo do Brasil. Ressalte-se que nem todas as cidades e regiões seriam contempladas naquele momento com os investimentos do governo.

No que se refere a nossa região amazônica, historicamente tem sido compreendida como uma região apartada do Brasil, pois até o processo de industrialização se deu de forma tardia especialmente no Amazonas. No interior do estado só restou ao povo conviver com o descaso e abandono pelo poder público o que não é muito diferente nos dias de hoje. Pereira (1968) considera que o desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social.

Para Myrdal (1967), o desenvolvimento não ocorre de forma simultânea e igualitariamente em todas as regiões. O autor defende a integração nacional como plano de desenvolvimento que também convive com a disparidade interna, como é o caso do Brasil. Quanto a Amazônia, Barbosa (2006, p. 60) conclui que o povo sobrevive duramente, em meio à riqueza florestal e a miséria provocada pelo descaso.

Maués, a terra do Guaraná, que durante décadas conviveu com o contraste entre beleza e desenvolvimento, rendeu-se aos encantos daquela jovem professora que viu na educação, um mecanismo de libertação do povo daquela localidade. A receptividade das pessoas por Eunice crescia constantemente, muitos passavam a solicitar a presença dela para resolver diversos problemas da comunidade e com o tempo, ela tornou-se uma das pessoas mais queridas de Maués. Eunice com muita sabedoria construiu sua imagem benevolente junto a população da cidade e, sempre que podia, recebia as pessoas que buscavam algum auxílio em sua própria casa. Uma de nossas entrevistadas revela o seguinte:

Eunice era casada com um dos Michiles e ficou conhecida por ajudar muitas pessoas, ela era muito querida, aliás, ainda é muito querida pelo povo

daqui de Maués. Sempre realizou bons trabalhos voltados para atender a necessidade das pessoas. Ela criou o clube de mães que passou a oferecer vários cursos as mães e donas de casa que tinham interesse em aprender a pintar, a bordar e fazer outros cursos. Ela sempre estava disposta a ajudar, em alguns casos, ela era solicitada ate pra dar conselhos àqueles que a procuravam (informação verbal)<sup>117</sup>.

A política do favor e da benevolência é uma das práticas mais antigas e utilizadas pela classe dominante para tentar amenizar a condição de miséria em que a maioria da população tem passado. No Amazonas, essa realidade chega a ser muito mais visível em comunidades localizadas no interior do Estado, onde o isolamento geográfico contribui para com a situação de dependência da população subalternizada junto ao governo, embora essa realidade tenha mudado significativamente com o evento do governo popular de Lula e Dilma que fizeram chegar as políticas de transferência de renda aos povos tradicionais, tais como: Bolsa Família, Luz para Todos, dentre outros.

Eunice passou a entender que a política em Maués era o que movia a cidade, pois durante anos, a cidade só foi administrada por duas famílias que rotativamente se mantiveram no poder. “Para os Michiles, assim como para os oponentes, política era tudo. Quem mandava na prefeitura mandava no delegado e na Justiça, como ainda acontece em vários lugares” (BARBOSA, 2006, p. 78).

Como um político em campanha, Darcy Michiles que na época era deputado estadual, e Eunice passaram a percorrer o interior de vários municípios levando a esperança à aqueles que sonhavam em estudar, mas devido ao isolamento geográfico, não tinham como se deslocar até a cidade para frequentarem as escolas que também funcionavam em condições precárias. O envolvimento de Eunice de criar projetos pedagógicos pelo interior dos municípios do Amazonas contribuiu para sua futura carreira política e, com o apoio do marido, candidatou-se a vereadora do município de Maués. Eunice venceu as eleições, porém devido uma série de acusações em torno de sua candidatura ela não chegou a assumir o cargo. Foi a partir de então, que ela percebeu o quanto a rivalidade entre as duas famílias dominava toda a cidade durante várias gerações. O campo político, para Bourdieu

(2000), é entendido como um campo de forças e de luta, onde as relações de poder podem se transformar e se reproduzir.

Eunice continuou a realizar os seus trabalhos com o apoio de seu marido e de seu sogro “seu Donga”, suas visitas nas comunidades e pelo interior servia para garantir novos eleitores, e com isso, ela conquistava ainda mais o povo por onde passava. Sua proximidade com o campo político a fez entender que já não mais poderia se ver longe de seu destino, a política.

Perguntamos de uma das moradoras de Maués que também participou desse estudo a que ela atribui o expressivo número de votos adquiridos por Eunice Michiles em Maués, ela nos respondeu nos seguintes termos:

Bem, sua primeira candidatura foi para vereadora e ganhou porque ela era casada com um político muito conhecido daqui da cidade de Maués. Toda a família era muito conhecida e Eunice quando chegou além de ajudar na campanha do marido também com o seu jeito e gestos cativantes conseguiu ganhar a confiança do povo. Ela cuidava mesmo das pessoas, ela ia às casas prestar atendimento e o povo confiava nela. Todo o seu trabalho ainda como esposa de seu Darcy fez de dona Eunice uma mulher muito querida. Não era só ser a esposa, prestar ajuda, mas ela era sempre carismática e atenciosa com todos (informação verbal)<sup>118</sup>.

A carreira política de Eunice Michiles iniciou-se ao lado de seu esposo e as pessoas reconhecem que o peso do nome da família a ajudou a entrar no campo político. Esse capital político encontra força heurística em Bourdieu (2000) que vê como uma forma de capital simbólico que é distribuído de forma desigual na sociedade. Isso explica o fato da política ainda ser elitizada, pois o acesso se limita a poucos e na maioria das vezes aos membros de uma família bem conhecida no campo político. No Amazonas, a família Michiles vem ser uma das mais conhecidas, o filho de Eunice, o Humberto Michiles ainda goza de muito prestígio no meio político. Após sua saída da política, Humberto assumiu a Secretaria de Educação do Município de Manaus.

Enquanto foi candidata, Eunice também pode contar com a ajuda de Humberto que era o responsável em escolher os cabos eleitorais para trabalharem nas campanhas de sua mãe. Do Carmo, 60 anos, foi uma das tantas

mulheres que trabalharam na campanha de Eunice Michiles e ela nos conta como conheceu a ex-senadora e como passou a trabalhar para ela. Ouçamo-la:

Eu era presidente do bairro do trecho compreendido entre a Avenida Ayrão e Boa Sorte do bairro Presidente Vargas. Eu era uma liderança na época e para trabalhar em campanha de políticos é conveniente a eles que você exerça certa liderança onde você mora, então fui chamada pelo Humberto Michiles para trabalhar na campanha dele que seria uma campanha em dupla, ou seja, ele e a Eunice Michiles. Lembro-me que eles nem contrataram mais ninguém, éramos só nós lá do bairro da Matinha que trabalhávamos para eles e eu era a coordenadora do grupo. Conversei com ela algumas vezes, pois esporadicamente tínhamos reuniões de campanha e ela uma vez ou outra estava presente, mas tudo era ele que resolvia. Na reunião ela como sempre, muito bem arrumada, muito bem educada, nos informou que iríamos trabalhar com ela e com o Humberto e que ela que iria nos pagar. Ela nos pagava um salário mínimo por mês e era muito fiel e responsável, pois na data marcada nós recebíamos tudo direitinho. Esse lado dela era louvável, pois sempre muito honesta quanto ao nosso pagamento, mas o nosso contato era com o Humberto (informação verbal)<sup>119</sup>.

As lideranças comunitárias exercem um papel fundamental no processo político eleitoral, pois são elas que através de seu apoio contribuem para que um candidato se eleja. Dependendo do poder de liderança que exerce junto aos comunitários, o líder se torna um representante da comunidade, pois é ele que expõe ao poder público os anseios e as demandas de seu bairro, por isso ele exerce certa influência no meio político. “O processo de liderança envolve um processo de influência em todos os sentidos.” (BENEVIDES, 2010, p. 17).

Essas propriedades de poder do líder são muito importantes ao candidato que busca obter votos em determinado bairro e/ou comunidades com base no trabalho e na imagem do líder. O líder tem a função de unir os elementos do grupo para que juntos possam alcançar seus objetivos comuns.

Figura 9 - Com lideranças de bairros durante campanha em 1973



Fonte: Barbosa (2006).

Eunice em momentos de campanha se reunia com as lideranças comunitárias para articular junto a esses representantes o fortalecimento de sua candidatura. Com o objetivo de compreendermos as estratégias usadas em campanha para que Eunice Michiles e seu filho Humberto se elessem, perguntamos a Do Carmo, qual era o tipo de trabalho que eles enquanto cabos eleitorais prestavam aos dois candidatos. Vejamos:

Nós éramos uma equipe de aproximadamente 15 a 20 pessoas e nosso trabalho era articular junto a comunidade para promover as reuniões com essas pessoas e convidar o político pra qual estávamos trabalhando para participar dessas reuniões. Também fazíamos divulgação através de panfletos e visita domiciliar para divulgar o candidato que estávamos representando, também participávamos dos comícios. Hoje já nem sei se ainda se existe comícios, mas era esse o nosso trabalho. Em dia de eleição trabalhávamos dobrado, pois distribuíamos os famosos ‘santinhos’ o dia todo (informação verbal)<sup>120</sup>.

O período de campanha chega a ser bem intenso não somente para os que trabalham nela, mas para o próprio candidato que precisa cumprir uma agenda de compromissos. Visitas em comunidades, reuniões com lideranças, gravar propagandas políticas, obrigações que um candidato em campanha deve realizar. O trabalho em equipe deve ser muito bem articulado para que o

candidato possa obter o maior número de votos possíveis e assim, conseguir se eleger. Os comícios que sempre foram realizados com muitas festas contavam com a participação maciça dos cabos eleitorais, pois eram eles que “agitavam” a multidão. “A política tomada como festa é considerada um fato inovador durante as campanhas, pois é através da imagem visual que os políticos conseguem atingir o delírio das massas.” (TORRES, 2009, p. 90).

Perguntamos a senhora Do Carmo como aconteciam esses comícios e se ela lembra de algum fato relevante ocorrido durante as campanhas. Vejamos:

Nós íamos para os comícios todos com a camisa com o nome do candidato, no caso da Eunice e do Humberto e lá ficávamos segurando as faixas e fazíamos muito barulho, mas me lembro de que quase a Eunice não aparecia, eu mesma via ela poucas vezes em cima do palanque, mas ela estava em todos, porém aquele bando de homens ficava na frente, tomava conta de todo o palanque e mal davam espaço para ela aparecer, porque falar, nem pensar, ela pouco se manifestava, pois eles não deixavam, mas nós estávamos lá e fazíamos o nosso trabalho muito bem (informação verbal)<sup>121</sup>.

Esse fato narrado por nossa entrevistada confirma o típico comportamento hegemônico dos homens que por tanto tempo se encarregou de excluir as mulheres dos espaços de decisão e poder como, por exemplo, o militar, o religioso e o político, que se constituem como um verdadeiro santuário, cuja presença feminina se faz determinantemente proibida (PERROT, 1998).

Durante as campanhas é muito comum os candidatos visitarem as comunidades, conhecer a realidade do povo e apresentar sua plataforma de governo, alguns até abusam das promessas que jamais serão cumpridas, mas o uso dessa ferramenta de conquista de voto chega a ser muito usado pelos candidatos. Durante sua campanha, Eunice Michiles visitou alguns bairros da cidade de Manaus, pois seu foco de voto estava concentrado no interior dos municípios do Amazonas, mas sempre que possível ela se fazia presente nas caminhadas pelos bairros da capital Amazonense. É Do Carmo que nos conta sobre uma dessas visitas,

Um dia organizamos uma visita de Eunice e Humberto na comunidade daqui do bairro da Matinha, conhecida como São Domingos. Essa comunidade era muito humilde, as pessoas moravam e ainda moram por incrível que

pareça naquelas palafitas na beira do igarapé. Nesse dia tinha chovido muito, caiu a ponte que era o único meio das pessoas entrar e sair da comunidade. Fomos acompanhar ela na visita e ela chegou toda bem arrumada, o cabelo impecável, mas de sapatinho baixo e ela com muita dificuldade desceu o barranco e tivemos que ajudá-la. Ela se reuniu com o povo e perguntou: qual era a maior necessidade deles, o que eles mais precisavam e olhe que naquela comunidade a pobreza era grande, todos tinham grandes necessidades, mas foi quase que unânime a resposta ‘queremos a construção de nossa ponte!’ e no outro dia a ponte estava sendo construída. Então eu penso que ela era muito bem articulada, tanto que a construção da ponte do São Domingos foi feita e entregue aos moradores no outro dia de sua visita a comunidade. Bem cedo pela manhã, trabalhadores da prefeitura estavam lá para começar a construção da ponte. Então assim, o tempo em que trabalhei em campanha para ela, eu nunca vi Eunice Michiles fazer promessas, mas ela chegava e perguntava qual era a necessidade das pessoas e trabalhava para atender aquela situação que era mais urgente (informação verbal)<sup>122</sup>.

Atender as necessidades mais urgentes das comunidades foi uma das estratégias adotada por Eunice durante suas campanhas do qual lhe garantiu muitos votos. Sendo essa característica um mecanismo primordial no acesso as comunidades, Eunice sempre foi muito bem recebida principalmente no bairro Presidente Vargas, onde possuía uma excelente equipe de cabos eleitorais. A imagem da mulher bem arrumada andando pelos bairros da cidade também ficou marcada no imaginário das pessoas que não estavam acostumadas no seu dia a dia, ver uma mulher andando sob o sol, descendo barrancos, atravessando pontes e estar impecavelmente bem vestida. Como afirma Perrot (1998, p. 22), “[...] a mulher no espaço público têm quase um dever de beleza”. Eunice já estava acostumada com as diversidades e andar pelas comunidades não era tão difícil quanto andar pelas comunidades do interior do estado, pois boa parte de sua vida enquanto esteve no Amazonas, foi viajando pelos rios da Amazônia como esposa de político e depois em campanha para eleger-se como deputada estadual, senadora e deputada federal (BARBOSA, 2006).

Figura 10 - Eunice em campanha visitando o interior do Amazonas





Fonte: Barbosa (2006).

As ações do indivíduo são capazes de demonstrar um pouco da identidade dele, e causa no outro uma reação de aceitação ou não. A forma de Eunice proceder em suas campanhas, de abordar as pessoas e tentar atender suas principais necessidades fez dela uma mulher querida por muitos, mas também como ser político recebeu críticas. De acordo com Lúcia Antony, uma de nossas entrevistadas e ex-vereadora de Manaus,

A chegada de Eunice Michiles para o Senado deu uma visibilidade a mulher, mas não foi um determinante digamos assim para que as mulheres passassem a ocupar um espaço na política, até porque, ela vinha dessa linha que era os feudos familiares que conduzia a política brasileira. Portanto, as mulheres do povo, as mulheres da luta social elas não tinham acesso a esses dirigentes partidários que pudessem viabilizar as suas candidaturas. Então penso que de certa forma a Eunice ajudou, deu visibilidade inclusive ao nosso Estado, mas ela estimulou muito as mulheres que já eram, que já participavam da política através de suas famílias, através dos *feudos* eleitorais. Ela

desempenhou um mandato que nós podemos considerar razoável, não foi um mandato ruim (informação verbal)<sup>123</sup>.

Nossa entrevistada que é uma das feministas mais antigas no Amazonas, nos chama atenção para o fato de que a candidatura de Eunice e sua chegada ao Senado serviram para estimular a participação das mulheres amazonenses na política, porém, apenas daquelas filhas e esposas de políticos que naquele momento tiveram a oportunidade de candidatar-se. Observe-se que, como mostramos ao longo deste estudo, após permanecer oito anos no Senado, Eunice candidatou-se à deputada federal em 1986 e com ela mais três mulheres do Amazonas e conseguiram eleger-se. Essa eleição inclusive foi a que mais teve participação de mulheres, principalmente da elite<sup>124</sup>, “Em toda a sociedade há uma classe ‘superior’ que detém geralmente o poder político e o poder econômico, a qual se deu o nome de ‘aristocracia’ ou elite.” (BOBBIO, 1998, p. 385).

Narrar a trajetória de Eunice Michiles tem nos proporcionado conhecer uma mulher que por trás da luta em defesa dos direitos de igualdade jurídica entre homens e mulheres se esconde uma mulher que, no meio de uma sociedade conservadora e patriarcal também lutou, discursou em favor de sua própria liberdade. Como afirma Arendt (2010, p. 232), “[...] só podemos saber quem é alguém ou foi, se conhecermos a história da qual ele foi herói. Em outras palavras, sua biografia”. Para a autora a construção da história de um indivíduo só se faz possível diante de suas ações e discursos, são nesses momentos que o homem revela a sua identidade. Porém, em campo como a guerra e a política o discurso nem sempre revela a verdadeira identidade do indivíduo já que na palavra pouco se deve confiar.

Eunice Michiles apesar de ter apresentado vários projetos enquanto senadora teve pouca divulgação pela mídia de sua atuação. Muitas pessoas da época não conseguiam acompanhar o trabalho da ex-senadora, pois existiam poucas emissoras de telecomunicação. No Amazonas, as informações sempre chegaram muito atrasadas e a imprensa local, como sempre, publica o que é de seu interesse e as revistas da época apenas divulgavam fatos da vida de Eunice relacionado só a sua indumentária, sua beleza, suas visitas de caráter social, enfim, tudo muito fútil, pois seus discursos e seu trabalho sequer obtiveram conhecimento. Sobre isso, ouçamos Do Carmo:

Eu na época não acompanhava muito essas discussões políticas e, aliás, poucas pessoas de fato acompanhavam. Eu era muito jovem e política era muito restrito aos mais velhos, mas eu me lembro de que nunca ouvi falar dos projetos apresentados no Senado pela Eunice. Talvez por não acompanhar, mas não se via divulgar os trabalhos dela no Senado e talvez pelo fato dela ter sido a única mulher, isso explique o fato de não darem a ela mais visibilidade (informação verbal)<sup>125</sup>.

Para Saffioti (1987, p. 8), “[...] a identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo”. A pouca visibilidade dos trabalhos realizados por Eunice no Senado, se deu pelo fato de ela ser a única mulher num ambiente dominado por homens, os quais não enxergavam com o mesmo direito de uma parlamentar. A falta de interesse da mídia em mostrar a atuação política da senadora contribuiu também para que boa parte dos projetos criados por Eunice não fossem aprovados. Isto é lamentável uma vez que a história nos mostra que a participação das mulheres junto à elaboração e aprovação de leis e políticas públicas tem conseguido avanços para a sociedade.

A forma como a mulher é retratada na mídia reflete diretamente em como a sociedade e as mulheres veem a si próprias. A mídia é responsável em difundir estereótipos de subalternidade com relação à imagem feminina e isso tem se tornado um ciclo vicioso. Atualmente com as manifestações do movimento feminista, algumas empresas têm buscado se retratar por veicularem propagandas depreciativas às mulheres, mas são casos isolados.

Se hoje com algumas conquistas no campo jurídico as mulheres ainda tem sua imagem denegrida pela mídia e até pelas redes sociais, imaginemos como era nas décadas de 1970/80 onde o monopólio da informação era concentrado nas mãos de instituições e empresas patriarcais que não tinham interesse em divulgar positivamente a imagem da mulher, principalmente daquela que por uma ironia do destino chegou num espaço dominado por homens.

Luzarina Varela, militante e sindicalista desde a década de 1980 foi uma das protagonistas na luta pelos direitos das mulheres operárias do PIM e nos

relata sobre a atuação política de Eunice Michiles enquanto senadora, a saber:

A Eunice Michiles abriu um espaço para que as mulheres pudessem pensar em um dia entrar para a política, sim isso é fato. As mulheres do norte sempre estavam mal representadas e ela de alguma forma contribuiu para que o nosso Estado tivesse mais visibilidade. Mas não conheço quais foram os seus projetos, talvez possa ser uma falha minha que na época não procurei saber, mas quando foi deputada federal, ela juntamente com as demais parlamentares daqui do Amazonas tiveram mais visibilidade com projetos aprovados que beneficiaram as mulheres brasileiras (informação verbal)<sup>126</sup>.

No Amazonas, poucas pessoas tinham o conhecimento da trajetória política da ex-senadora Eunice Michiles. Relatar essa história hoje é registrar os principais caminhos da vida de uma mulher que o desconhecido para ela era só mais um desafio. Para muitos, a participação política de Eunice apenas se limitou ao seu casamento não lhes dando nenhum crédito como mulher por ter sido durante anos uma das candidatas mais bem votadas no interior do Amazonas. Do Carmo nos desenha este quadro da seguinte maneira,

Eu nunca soube por que a escolheram para ser suplente de João Bosco. Naquela época as mulheres tinham tão pouco acesso aos partidos, mas é claro que, ela era muito bem relacionada, já era deputada estadual, mas eu penso que, o peso maior estava no fato de que o marido dela era muito querido em Maués e certamente de lá ela arrastaria muitos votos. Por outro lado, ela também arrastaria muitos votos da igreja da qual ela pertencia. Então eu acredito que também pode ser por esses dois motivos, por ser esposa de um político querido e por ser uma representante da igreja, pois não teria porque escolher uma mulher para compor a chapa composta por outros dois homens (informação verbal)<sup>127</sup>.

A candidatura de Eunice ao Senado sempre foi um fato pouco conhecido por parte da sociedade Amazonense que atribui a sua chegada ao parlamento brasileiro apenas por ter sido casada com um político. As análises feitas por nossa entrevistada também levanta uma discussão tecida em todo nosso trabalho. O preconceito sobre as mulheres que apesar de tantas dificuldades passam a fazer parte de espaços antes considerados masculinos. A procura por Eunice para a composição da chapa para o Senado Federal veio nos mostrar o

quanto o partido em nenhum momento se preocupou com a candidatura de uma mulher, na política os fins justificam os meios, assim afirma Maquiavel (1991). Eunice de fato foi usada como massa de manobra para contribuir para com o fortalecimento da candidatura de João Bosco que se viu ameaçado pela oposição que lançou Maria Julia Rodrigues como candidata na chapa.

Na política, as relações se dão única e exclusivamente para os interesses políticos e as relações de poder sempre estarão presente. Os assuntos de interesses privados serão sempre tratados como irrelevantes, não há relações que não seja de poder no meio político. O sentido de poder em Foucault não é estático e no campo político é transitável. “Não é uma instituição e nem uma estrutura, não é certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade.” (FOUCAULT, 1988, p. 89).

Eunice que conviveu nesses espaços onde as relações de poder sempre estiveram presentes sabe o quanto é difícil a permanência de uma verdadeira amizade, mas tentou ao longo do tempo preservar algumas. Sua maior vitória foi conseguir chegar até ao Senado e mostrar o quanto as mulheres brasileiras possuem potencial para exercer um cargo político. Aqueles que conheceram a ex-senadora sabem o quanto a sua chegada foi importante para que as mulheres repensassem a importância de sua presença no parlamento que ainda é dominado por homens.

Pela sua coragem e determinação em nunca desistir dos desafios, a jovem Eunice tornou-se a ilustre primeira senadora do Brasil, título este que representou uma vitória, pois naquele momento ela mostrou o quanto a presença feminina no parlamento é relevante para conquista de direitos além de ter contribuído primorosamente para motivar e sensibilizar as mulheres para participarem da política, numa franca busca de emancipação feminina na nossa sociedade brasileira de cariz patriarcal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conquista de espaços pelas mulheres nas esferas de poder tem sido destacada em diversas resoluções das Nações Unidas (ONU), como plataforma de ação mundial, aprovada durante a IV Conferência sobre mulheres, ocorrida em 1995, em Pequim, China. A partir dessa Conferência, muitos países, inclusive o Brasil, aprovaram leis que passaram a garantir cotas para mulheres nos processos eleitorais. Entretanto, anos se passaram e ainda podemos constatar que algumas iniciativas foram mais eficientes que outras já que as regras legais vigentes não vêm conseguindo a equidade de gênero no Poder Legislativo.

Em termos de representação das mulheres na política do parlamento brasileiro, deve-se registrar que Eunice Michiles chegou ao Senado como suplente do Senador João Bosco Ramos de Lima. Adentrou esse espaço de poder em desvantagem tanto pelo fato de ser mulher, como em virtude da sua situação de suplente parlamentar. Deve-se reconhecer que Eunice Michiles protagonizou a política representativa dentro de uma instituição eminentemente androcêntrica. Mesmo assim, não baixou guarda e lutou pela emancipação feminina dentro do próprio parlamento sendo duramente criticada. Enfrentou de cabeça erguida os preconceitos e depreciação desferida a ela por parte dos próprios senadores que resistiam em reconhecer os direitos femininos defendidos por ela.

Esta pesquisa constata que Eunice Michiles já possuía um protagonismo político antes da sua chegada ao Senado Federal, posto que havia desempenhado o papel de deputada estadual pelo Amazonas. Constata também que ela entrou na política pelos próprios méritos como deputada estadual haja vista que realizava uma política assistencialista junto ao povo do Município de Maués, onde seu cônjuge era governante. Por este motivo a ARENA sabia que

Eunice obteria muitos votos, e que a soma deles elegeria João Bosco Ramos de Lima, para o Senado nas eleições de 1978.

Constata, outrossim, que o movimento feminista não reconheceu o papel de Eunice como defensora das mulheres pelo fato de ela ser conservadora em relação à política de gênero e por pertencer à elite econômica do Amazonas. Deve-se reconhecer que, embora Eunice Michiles assumisse um cariz conservador a respeito da política de gênero, como por exemplo, ter se posicionado contra o aborto, ela foi uma das pioneiras no Senado brasileiro a defender os direitos de igualdade entre homens e mulheres. Muitos desses direitos se tornaram leis em 1988 com a promulgação da nova Constituição brasileira. A pesquisa mostra, por fim, que embora o Brasil possua uma política de cota para mulheres o parlamento continua com um *déficit* de mulheres persistindo a desigualdade de gênero na política representativa.

Esperamos que este livro possa contribuir para com a luta feminista que durante longos anos não se calou diante do discurso preconceituoso de que política não é lugar de mulher. Eunice como a primeira senadora do Brasil, representante do Amazonas, nos mostrou que a mulher é capaz de exercer relevante papel em qualquer instância de poder, não obstante, só alcançaremos uma sociedade equânime quando o parlamento possuir o mesmo quantitativo de mulheres com relação aos homens.

Deve-se reconhecer, por fim, que a realização deste estudo e seus resultados contribuíram enormemente para o meu crescimento profissional e intelectual. Assoma-se a isto, sobretudo, o sentimento de uma grande realização pessoal que vivenciamos nestes anos de estudos, o que me permitiu a concretização de um sonho.





## REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres brasileiras em tempos de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 29., *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2008.

AMATO, Vânia Lúcia. *Comitê pela legalização do aborto*. Organizado pela equipe do Projeto Mulher do Instituto de Ação Cultural. Rio de Janeiro: Marco Zero, [s.d.].

ARAÚJO, Wagner dos Reis Marques; TORRES, Iraíldes Caldas. Trajetória de Vida e de Trabalho de Mulheres Indígenas em Manaus/AM. In: TORRES, Iraíldes Caldas; SANTOS, Fabiane Vinente dos (Org.). *Intersecção de gênero na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2011.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução Roberto Raposo. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer; UNESP, 2001.

BATISTA, Djalma. *O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento*. 2. ed. Manaus: Valer; EDUA; INPA, 2007.

BARBOSA, Henrienne. *Eunice Michiles: a primeira senadora do Brasil*. São Paulo: 2006.

BENEVIDES, Vitor Luciano de Almeida. *Os estilos de lideranças e as principais táticas de influência utilizadas pelos líderes brasileiros*. 2010. 114 f.

Dissertação (Mestrado Executivo em Gestão Empresarial)–Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

BÍBLIA, Novo Testamento. *Juízes*. In: BÍBLIA de estudo Almeida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2010.

BIROLI, Flávia. Autonomia, dominação e opressão. In: MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flavia (Org.). *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BOTELHO, João Bosco; WEIGEL, Valéria Augusta. C.M. Comunidade Sateré- Mawé Y' Apyrehyt: ritual e saúde na periferia urbana de Manaus. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 723-744, jul./set. 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. *Relatório n. 2, de 1993 - CN: relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil*. Brasília, 1993.

\_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 05 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.100 de 29 de setembro de 1995*. Brasília, 1995. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9100.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.htm)>. Acesso em: 15 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9504 de 30 de setembro de 1997*. Brasília, 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm)>. Acesso em: 15 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993*. Brasília, 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993*. Brasília, 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. *Eunice Michiles: o primeiro pronunciamento após a posse no Senado Federal*. Brasília, 1979.

CANIZARES, Juan Carlos Lara; FILHO, Wilson Jacob. Fatores de risco à senilidade na transição à aposentadoria. *Revista Brasileira Geriatr. Gerontol*, Rio de Janeiro, 2011.

CHAIA, Miguel. A natureza da política em Shakespeare e Maquiavel. *Estudos Avançados*, v. 9, n. 23, p. 165-182, 1995.

COELHO, Inocêncio. Mártires. In: GRIMM, Dieter. *Constituição e política*. Trad. Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

CORSINO, Celso. *Evangélicos e política: os limites entre o sagrado e o profano*. Bauru, SP: Canal 6, 2010.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas no poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA- Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

\_\_\_\_\_. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: MELO, Hildete Pereira de et al (Org.). *Olhares feministas*. Brasília: Ministério da Educação: Unesco, 2009.

COSTA, Heloísa Lara Campos da. *As mulheres e o poder na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2005.

\_\_\_\_\_. Gênero, desenvolvimento e a universidade na Amazônia. In: NORONHA, Nelson Matos de; ATHIAS, Renato (Org.). *Ciência e saberes na*

*Amazônia: indivíduos, coletividades, gênero e etnias*. Recife: Universitária da UFPE, 2008.

CUNHA, Euclides. *Amazônia um paraíso perdido*. Organizado por Tenório Telles. 2. ed. Manaus: Valer, 2011.

CUNHA, Christina Vital da; LOPES, Paulo Victor Leite. *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

DANTAS, Ana Cecília de Moraes e Silva. *O segundo sexo na política: o papel do direito na inclusão das mulheres na democracia brasileira*. Maceió: EDUFAL, 2011.

DEBERT, Guita Grin. *A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas*. Artigo apresentado no GT Cultura e Política da ANPOCS, 1996.

\_\_\_\_\_. Entrevista com Guita Grin Debert. Entrevistador Johannes Doll. *Estudos Interdiscip. Envelhec*, Porto Alegre. v. 7, p. 101-116, 2005.

DEL PRIORE, Mary. Magia e Medicina na Colônia: o corpo feminino. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. Carla Bassanezi Pinsky coord. Textos. 10. ed. 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2012.

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE. *Anais do Senado Federal e publicações oficiais da Câmara dos deputados*. Brasília, 1987. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br> e [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

DIAS, Reinaldo. *Introdução à Sociologia*. 2. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2010.

DWORKIN, Ronald. *Domínio da vida*. Tradução: Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FERREIRA, Maria Mary. *Nos bastidores da Tribuna: mulher política e poder no Maranhão*. São Luís: [s.n.], 2010.

FIGUEIRA, Murilo Cristo. ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Gênero, política e representações sociais: a presença das mulheres nos cargos parlamentares, nas eleições de 2006 no Pará. In: FERREIRA, Maria Mary (Org.). *Gênero, política e poder: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste brasileiro*. São Luís: EDUFMA, 2012.

FOLLADOR, kellen Jacobsen. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: herança ocidental. *Revista Fato & Versões*, v. 1, n. 2, 2009.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Gracel, 1988.

GROSSI, Mírian Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. *Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, 2000.

HABNER, June. Mulheres da Elite. Nova história das mulheres no Brasil. In: PINSKY, Carla Bassarize; PEDRO, Maria Joana. *Qual o nome do livro?* São Paulo: Contexto, 2012.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu* [online], n. 17-18, p. 139-156, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Indicadores sociodemográficos: prospectivos para o Brasil 1991-2030*. São Paulo: Arbeit, 2006.

JORNAL A CRÍTICA. Manaus: 1979.

JORNAL A CRÍTICA. Manaus: 1986.

JORNAL A CRÍTICA. Manaus: 1987.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Escritos políticos*. Traduções de livro Xavier. 5. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1991.

MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru, SP: EDUSC 2001.

MARTINS, Patrícia Carla de Melo. *Práticas e representações femininas do Catolicismo à cultura letrada: o modelo civilizatório europeu sobre o Brasil, no início do século XX*. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

MATOS, Marlise; CORTÊZ, Iaris Raalho. *Mais mulheres no poder: contribuição à formação política das mulheres – 2010*. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MILL, John Stuart. *A sujeição das mulheres*. São Paulo: Escala, 2006. (Coleção grandes obras do pensamento universal).

MYRDAL, Gunnar. *Perspectivas de uma economia internacional*. Trad. De J. Regis. Rio de Janeiro: Saga. 1967.

NASCIMENTO, Solange Pereira do. *Baku: uma Tuxaua na Amazônia*. Manaus: Edua, 2013.

NICOLAU, Jairo. *Entrevista a Rádio Câmara*, 20 abr. 2012. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

OULALALOU, Lamia. *Le Monde Diplomatique Brasil*. O que mudou para as mulheres, Brasil. [S.l.: s.n.], 2011.

PESSOA, Mariene Soares. *Eleições de 1954 no Amazonas: o apoio dos segmentos populares à candidatura de Plínio Coêlho ao governo do Estado*. Monografia (Graduação em História)–UEA, Manaus, 1993.

PESSOA, Eudes André. A Constituição Federal e os direitos sociais básicos ao cidadãos brasileiro. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, v. XIV, n. 89, jun. 2011. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=9623&revista\\_caderno=9](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9623&revista_caderno=9)>. Acesso em: 14 ago. 2016.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil (1930-1967)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

\_\_\_\_\_. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no Pós-Constituinte*. Dissertação (Mestrado)–Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos: imagens e representações 1. In: \_\_\_\_\_. PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

RAMOS, Aparecida. No Senado, uma mulher em defesa da família. *Jornal de Brasília*, Brasília, 17 jun. 1979.

RAMOS, Jucelem G. Belchior. *Violência física contra a mulher na cidade de Manaus*. A visibilidade através da Delegacia de Crimes Contra a Mulher.

Entidades Feministas. Clube de mães e professores de 1ª a 4ª série do 1º Grau/Seduc. Manaus: EDUA, 1997.

RABAY, Gloria; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. *Mulher e política na Paraíba*: histórias de vida e luta. João Pessoa: Assembleia Legislativa da Paraíba; Editora da UFPB, 2010.

\_\_\_\_\_. Mulheres na política: as filhas herdeiras e a força do nome da família. In: FERREIRA, Maria Mary (Org.). *Gênero, política e poder*: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste. São Luís: EDUFMA, 2012.

RAGO, Margareth. Relações de gênero e classe operária no Brasil, 1890-1930. In: MELO, Hildete Pereira de et al (Org.). *Olhares Feministas*. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2009.

RIOUX, Jean Pierre. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

RODRIGUES, Maria Julia de Melo. *Vale a pena contar*. Manaus: Valer, 2000.

ROSEMBERG, Flávia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classe*: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface, Comunic, Saúde, Educ*, v. 5, n. 8, 2001.

SCHUMAHER, Schuma. Mulheres no poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil. In: SCHUMAHER, Schuma; CEVA, Antonia.



*Mulheres no poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil.* Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica.* Tradução Chistine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: [s.n.], 1989.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974- 1985 In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O tempo de ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4.

SILVA, Francisco de Assis. *História do Brasil: colônia, império, república.* São Paulo: Moderna, 1992.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, out. 1994. Número Especial.

SOUZA-LOBO, E. *Mulheres e feminismo e novas práticas sociais.* Porto Alegre: [s.n.], 1987.

STEARNS, Peter N. *História das relações de gênero.* Tradução Mirna Pinsky. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder.* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

TOLEDO, Cecília. *A mulher e luta pelo socialismo: clássicos do marxismo.* São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sunderman, 2012.

TORRES, Iraíldes Caldas. *A primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder.* São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *As novas amazônidas.* Manaus: EDUA, 2005.

\_\_\_\_\_. *Arquitetura do poder: memória de Gilberto Mestrinho.* Manaus: EDUA, 2009.

\_\_\_\_\_. Exclusão das mulheres nos escritos de Kant e Rousseau. In: FERREIRA, Maria Mary (Org.). *Gênero, política e poder: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste*. São Luiz: EDUFMA, 2012.

\_\_\_\_\_ (Org.). *Mulheres Sateré-Mawé: a epifania de seu povo e suas práticas sociais*. Manaus: Valer, 2014.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

WEBER, Max. Sociologia da dominação. In: \_\_\_\_\_. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensível*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UnB, 2014. v. I.

WESTIN, Ricardo. Entrevista com Eunice Michiles. *Jornal do Senado*, Brasília, 5 mar. 2013.

YOUNG, Íris Marion. Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. In SOUZA, Jessé (Org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: UNB, 2003.

)

❖ Entrevista concedida por Luzarina Varela, 55 anos, feminista membro do movimento MUSA, em 2015. ↵

)

◆ Entrevista concedida por Selda Vale, 70 anos, em 2015. ↵

)



Ver TOLEDO, 2012. ↵

)

❖ Hoje sob a denominação de Polo Industrial de Manaus. ↵

)



Entrevista concedida por Lúcia Antony, 52 anos, em 2015.



)



Ver TORRES, 2005. [↗](#)



)

❖ Elaborado em 1974 por Henry Kissinger o “memorando 200” tinha como objetivo a esterilização de mulheres em idade fértil como medidas de redução significativa da população excessiva no mundo. No Amazonas essa campanha contava com o financiamento de empresas Norte Americanas. Essa prática era bastante combatida pelo Comitê da Mulher Universitária no Amazonas que alegou que a medida era inviável, pois o Governo não podia controlar a explosão demográfica num país tão imenso como o Brasil. Para as feministas as mulheres amazonenses não podiam mais servir de cobaias de mais uma arma do neocolonialismo, através da larga distribuição de medicamentos duvidosos em todo o país. ↵

)

❖ BRASIL. Congresso Nacional. Relatório n. 2, de 1993 - CN: relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil. Brasília, 1993. ↵

)

◆ Entrevista concedida por Lúcia Antony, em 2015. ↵

0)

❖ Vide jornal A Crítica de 02 de janeiro de 1979 ↵

1)

❖ Entrevista concedida por Florismar Silva, em 2015. ↵

2)

❖ Entrevista concedida por Conceição Sampaio, 47 anos, em 2015. ↵

3)

❖ Vide <http://www.tre-am.jus.br/>. Acesso em: 4 abr. 2015. ↵

4)

❖ Vide Jornal A CRÍTICA. Manaus: 11 jan. 1987. ↱



5)

❖ O centrão era formado pelo Centro Democrático (PMDB, PFL, PTB, PDS). Representava a maioria dos membros da Assembleia Nacional Constituinte e segmentos conservadores da sociedade brasileira. ↵

6)

◆ Entrevista concedida por Elizabeth Azize, 76 anos, em 2015. ↵

7)

❖ O CNDM foi implantado em 1985 através de reivindicações de inúmeras organizações de mulheres. Para o movimento feminista a criação do conselho significou o reconhecimento da luta feminista. ↱

8)

❖ Beth Azize, Eunice Michiles e Sadier Hauache ao lado das demais deputadas eleitas no pleito de 1986 para a elaboração da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <<http://www.aleessandralima.wordpress.com>>. Acesso em: 10 jan. 2016. ↵

9)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, 87 anos, em 2015. ↵

0)

❖ Ver *Diários da Assembleia Nacional Constituinte de 27/03/1987*. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem>>. Acesso em: 15 maio 2015. ↵

1)

❖ Ver *Diários da Assembleia Nacional Constituinte de 27/03/1987*. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem>>. Acesso em: 15 maio 2015. ↵

2)

◆ Entrevista concedida por Beth Azize, em 2015. ↵



3)

◆ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. ↵

4)

❖ Ver Jornal A CRÍTICA. Manaus: p. 61, 9 nov. 1986. ↵

5)

❖ Encontro do CNDM, representantes dos movimentos feministas brasileiro com as deputadas federais para discutir as demandas femininas. FRANCA, Luka. O lugar da mulher na reforma política é para além da paridade e das cotas. [S.l.: s.n.], 2011. Disponível em: <http://bloqueirasfeministas.com/2011/07/lugar-da-mulher-na-reforma-politica>. Acesso em: 15 maio 2015. ↵

6)

❖ Ver COSTA, 2005. ↵

7)

Ver BARBOSA, 2006. ↵

8)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. ↵

9)

◆ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. ↵

0)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. [↗](#)



1)

❖ Ver DIAS, 2010. ↵

2)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. [↵](#)

3)

❖ É uma ética do amor e da felicidade, informada e polarizada pela caridade. ↵

4)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. [↵](#)

5)

◆ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. ↵

6)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. ↵

7)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. [↵](#)

8)

❖ O Serviço Social é uma profissão regulamentada pela Lei nº 8.662/93 e a assistência social é uma política pública que tem sua descrição e diretrizes básicas contidas na Constituição brasileira nos artigos 203 e 204, e sua regulamentação está sistematizada pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS nº 8.742/93. ↵



9)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. ↵

0)

❖ Integrantes filiados ou não a um partido político contratados para conseguir eleitores para votarem nos candidatos da legenda. ⚡

1)

Ver TORRES (2009). ↗

2)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. [↗](#)

3)

❖ Nome conhecido dos parlamentares eleitos indiretamente por um colégio eleitoral para compor um terço das cadeiras do Senado. Sendo nos últimos anos da ditadura militar. ↵

4)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. [↵](#)

5)

Ver SCHUMAHER, 2015. ↱

6)

❖ Ver BARBOSA, 2006, s.p. ↱



7)

◆ Santinho eleitoral de candidatura de Eunice Michiles,  
publicado no jornal A CRÍTICA. Manaus: 15 nov. 1978. ↵

8)

❖ Ver AMAZONAS. Tribunal Regional Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tre-am.jus.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2015. ↵

9)

◆ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. ↵

0)

❖ Ver RAMOS, Aparecida. No Senado, uma mulher em defesa da família. *Jornal de Brasília*, Brasília, 17 jun. 1979. ↵

1)

❖ Ver jornal A CRÍTICA. Manaus: 11 maio 1979. ↵

2)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. [↵](#)

3)

◆ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. ↵

4)



Entrevista concedida por Mary Ferreira, 60 anos, em 2015.





5)

◆ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. ↵

6)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. ↵

7)

◆ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. ↵

8)

❖ Ressalte-se que, ainda que Eunice não fizesse parte da militância feminista, sua luta no Senado foi árdua em favor dos direitos das mulheres, como vimos ao longo deste estudo. ↵

9)

❖ Entrevista concedida por Luzarina Varela, 55 anos, em 2015. ↵

0)

❖ O movimento EVA tinha como objetivo incentivar a participação feminina na política. O encontro ocorreu nas dependências do Teatro Amazonas em 1975 e contou com a participação de mulheres políticas do Estado do Amazonas. ↵

1)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. ↵

2)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. ↵



3)

◆ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. ↵

4)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. ↵

5)

◆ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. ↵

6)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. ↵

7)

◆ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. ↵

8)

❖ Entrevista ao Jornal do Senado, edição de 05 mar. 2013. [↗](#)

9)

❖ Ver CUNHA, Euclides da. Um paraíso perdido. Manaus: Valer, 2011. 4

0)

❖ A forma como os sateré-mawé chamam o guaraná  
(NASCIMENTO, 2013) ↵



1)

❖ Sateré significa lagarta de fogo e dá nome ao clã mais importante entre os que compõem essa sociedade, porque é de onde se originam os chefes políticos (Tuxauas). Mawé, por sua vez, quer dizer papagaio inteligente e curioso e não é uma designação para clã. ↵

2)

❖ BRASIL. *Eunice Michiles*. Primeiro pronunciamento após a posse no Senado Federal. Brasília, jun. 1979. ↵

3)

❖ “Os adventistas possuem um estilo de vida que envolve o descanso semanal no sábado [...]”. IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA. *Quem são os Adventistas*. [S.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <<http://www.adventistas.org/pt/institucional/os-adventistas/quem-sao-os-adventistas/>>. Acesso em: 15 mar. 2016. ↵

4)

❖ Ver BARBOSA, Henrienne. *Eunice Michiles: a primeira senadora do Brasil*. São Paulo: [s.n.], 2006. ↵

5)

❖ Revista internacional da comissão de fé Adventista.  
Disponível em: <<http://dialogue.adventist.org/pt/artigos/20-1/barbosa/eunice-michiles-dialogo-com-a-primeira-senadora-do-brasil>>. Acesso em: 16 mar. 2016. ↵

6)

❖ As igrejas entendem como perseguição política e jurídica as leis que contrariam a doutrina da igreja como a legalização de terrenos, isenção de impostos. Quanto maior for a bancada evangélica, maior possibilidade de aprovação de leis que beneficiem os interesses das igrejas. ↵

7)

❖ Ver CORSINO, Celso. *Evangélicos e política: os limites entre o sagrado e o profano*. Bauru, SP: Canal 6, 2010. ↵

8)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. ↵



9)

❖ Entrevista de Eunice Michiles concedida ao Jornal A crítica em 11 de maio de 1979. ↵

0)

INTER DEVELOPMENT BANK, 2009. Disponível em:  
<<http://www.iadb.org>>. Acesso em: 7 ago 2016. ↵

1)

❖ Ver discurso MICHILES, Eunice. Justifica projeto de lei que faculta a empregada com prole, o direito a jornada de trabalho reduzida, com remuneração proporcional. *Diário do Congresso Nacional*, Seção 2, p. 7496, 3 dez. 1980. ↵

2)

❖ O Código Civil Brasileiro de 1916 em seus artigos 218 e 219, dava ao marido o direito de pedir anulação do casamento após dez dias do casamento caso fosse constatado o defloramento da mulher ignorado pelo marido, ou seja, a falta de virgindade. ↵

3)

◆ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. ↵

4)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. [↵](#)

5)



Entrevista concedida por Mary Ferreira, 60 anos, em 2015.



6)

❖ BRASIL. Ata da 60ª sessão, em 12 de maio de 1981, 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, DF, 13 maio 1981. Seção 11, p. 1684. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/diarios/BuscaDiario?datSessao=12/05/1981&tipDiario=1>>. Acesso em: 22 mar. 2016.





7)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. ↵

8)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. ↵

9)

❖ Reuniões de filiados a um partido político para julgamento de assuntos de interesse do grupo ou para escolha de candidatos e formação de coligações. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br>>. Acesso em: 2 maio 2016. ↵

0)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2016. ↵

1)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2016. [↵](#)

2)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2016. [↵](#)

3)

◆ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2016. ↵

4)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2016. ↵



5)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2016. [↵](#)

6)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2016. ↵

7)

Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2016. [↵](#)

8)



Entrevista concedida por Mary Ferreira, 60 anos, em 2015.



9)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2016. ↵

00)

Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. ↵

01)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2015. ↵

02)

❖ Eunice recebendo homenagem pela passagem do Dia Internacional da Mulher em Maués ao lado de seu esposo Gerson Maly, do prefeito da cidade Padre Carlos Góes e Humberto Michiles, em 2015. 4



03)

Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2016. ↵

04)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2016. ↵

05)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2016. [↵](#)

06)

❖ Entrevista concedida por Do Carmo, 60 anos, em 2016. ↵

07)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2016. ↵

08)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2016. ↵

09)

❖ “Ato de paquerar, flertar, conversar com o parceiro com a intensão de conquista-lo”. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/cantada>>. Acesso em: 16 set. 2016. ↵

10)



Eunice Michiles em entrevista a Henrienne Barbosa, 2006.





11)

Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2016. ↵

12)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2016. [↵](#)

13)

❖ BÍBLIA SAGRADA, 2010. ↵

14)

Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2016. ↵

15)

❖ Entrevista concedida por Dona Neuma Monteiro, 62 anos, em Maués/AM, em 2016. 4

16)

❖ Entrevista concedida por Eunice Michiles, em 2016. [↵](#)

17)

❖ Entrevista concedida por Rosa Monteiro, 53 anos, em Maués/AM, em 2016. ↵

18)

❖ Entrevista concedida por Rosa Monteiro, 53 anos, em Maués/AM, em 2016. ↵



19)

❖ Entrevista concedida por Do Carmo, 60 anos, em 2016. ↵

20)

❖ Entrevista concedida por Do Carmo, 60 anos, em 2016. ↵

21)

❖ Entrevista concedida por Do Carmo, 60 anos, em 2016. ↵

22)

❖ Entrevista concedida por Do Carmo, 60 anos, em 2016. ↵

23)

❖ Entrevista concedida por Lúcia Antony, em 2015. ↵

24)

❖ A elite é detentora de autoridade e de poder (DIAS, 2010).

↵

25)

❖ Entrevista concedida por Do Carmo, 60 anos, em 2016. ↵

26)

❖ Entrevista concedida por Luzarina Varela, em 2015. ↵



27)

❖ Entrevista concedida por Do Carmo, 60 anos, em 2016. ↵

## **Sumario**

### PREFÁCIO

### INTRODUÇÃO

### SECÃO I: A PARTICIPAÇÃO DA MULHER AMAZONENSE NO PARLAMENTO BRASILEIRO

*O feminismo e a luta política pela presença de mulheres no parlamento*

*A Constituinte de 1987 e o Lobby do Batom*

*Trajetória de vida de Eunice Michiles*

### SECÃO II O PROTAGONISMO DE EUNICE MICHILES NO SENADO FEDERAL

*O processo histórico-conjuntural de entrada de Eunice Michiles no Senado Federal*

*O preconceito de gênero e a luta de Eunice Michiles para firmar-se como senadora*

*A plataforma política de Eunice Michiles e seus projetos no Senado*

### SECÃO III: AONDE ANDA EUNICE MICHILES

*Depois do mandato constituinte, a perda de eleição e a saída da política*

*Eunice Michiles por ela mesma (como vive?)*

*Eunice vista por populares*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS